



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
EMPREENHIMENTOS LOCAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AGLOMERAÇÕES E VANTAGENS COMPETITIVAS LOCACIONAIS: UMA
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E AÇÕES DE APOIO AOS ARRANJOS
PRODUTIVOS LOCAIS DE SERGIPE

MICHELE SANTOS OLIVEIRA

SÃO CRISTÓVÃO
SERGIPE – BRASIL
JUNHO 2010

**AGLOMERAÇÕES E VANTAGENS COMPETITIVAS LOCACIONAIS: UMA
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E AÇÕES DE APOIO AOS ARRANJOS
PRODUTIVOS LOCAIS DE SERGIPE**

MICHELE SANTOS OLIVEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais.

ORIENTADOR: DR. DEAN LEE HANSEN

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
EMPREENDIMIENTOS LOCAIS.
SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE
2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Oliveira, Michele Santos
O48a Aglomerações e vantagens competitivas locais: uma avaliação das políticas e ações de apoio aos Arranjos Produtivos Locais de Sergipe / Michele Santos Oliveira. – São Cristóvão, 2010.
xvii, 118 f. : il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

Orientador: Prof. Dr. Dean Lee Hansen.

1. Economia – Desenvolvimento econômico. 2. Políticas públicas – Economia. 3. Arranjos Produtivos Locais – Sergipe. I. Título.

CDU 338.23(813.7)

**AGLOMERAÇÕES E VANTAGENS COMPETITIVAS LOCACIONAIS: UMA
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E AÇÕES DE APOIO AOS ARRANJOS
PRODUTIVOS LOCAIS DE SERGIPE**

Dissertação de Mestrado defendida por **Michele Santos Oliveira** e aprovada em 22 de junho de 2010 pela banca examinadora constituída pelo(a):

Prof. Dr. Dean Lee Hansen
Orientador
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo
Examinador
Universidade Federal de Sergipe

Profa. Dra. Valdênia Apolinário
Examinadora
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

*Dedico esta dissertação a
Deus, a meu namorado,
às minhas irmãs e à
minha mãe.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, razão da minha existência e autor da minha fé. Àquele que me deu a vida e saúde para concretizar meus sonhos, além da capacidade de sentir sua presença em todos os momentos da minha vida. Por ter me dado a oportunidade de adquirir mais conhecimento.

Ao meu amor, anjo e companheiro de todas as horas, Wédmy, por partilhar comigo todo o processo de produção desta dissertação, pela força, compreensão, atenção, paciência e apoio constante, sobretudo, por acreditar no meu potencial. Deus não poderia ter me presenteado com um namorado melhor.

Às minhas irmãs, Marcela e Mayara, pela força, compreensão, paciência, estímulo e amizade. À minha mãe, por todo amor, carinho e apoio incondicionais.

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Dean Hansen, meu carinho e gratidão por sua orientação, empenho, sabedoria e apoio, além da confiança depositada em mim, recomendando-me como pesquisadora ao projeto financiado pelo BNDES.

Aos integrantes da banca examinadora, Prof. Dr. Ricardo Lacerda e Profa. Dra. Valdênia Apolinário, pelos comentários e sugestões apresentadas com o objetivo de enriquecer esta dissertação.

À UFS, por permitir e oportunizar este trabalho.

Ao BNDES, pelo suporte financeiro no projeto “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte e Nordeste do Brasil e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais em Estados Nordestinos Seleccionados”, e à RedeSist, pela coordenação dos estudos do projeto. Ambos contribuíram, indiretamente, para a escolha do tema deste trabalho.

Ao Núcleo de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais de Sergipe (APL-SE), especialmente à Sudanês Barbosa Pereira, diretora técnica da SEDETEC, Secretaria responsável pelo Núcleo, pela contribuição na pesquisa de campo.

A todos os professores que compartilharam sua sabedoria e seu conhecimento, colaborando para minha formação acadêmica e profissional.

Aos meus amigos, de forma especial, Dani (Daniela Regina), pela convivência gratificante, compartilhando dessa etapa da minha vida, pelas palavras de força e coragem.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, meu muitíssimo obrigada!!!

RESUMO

A presente dissertação tem como principal objetivo identificar e avaliar as ações e políticas de apoio aos APLs de Sergipe, através da articulação entre a revisão teórica e um tratamento minucioso de dados primários e secundários coletados durante a pesquisa empírica. Para tanto, o referencial teórico selecionado é empregado de modo a retratar os elementos fundamentais dos arranjos produtivos identificando seus principais conceitos, características, vantagens competitivas locais e modelos de políticas públicas. Por sua vez, para sua execução, a pesquisa empírica foi dividida em duas fases interdependentes. A primeira teve por fim levantar informações de fontes como RAIS/MTE, IBGE, SECEX/MDIC, BACEN, SEPLAN e SEDETEC. Os dados incluíram a participação de Sergipe na região Nordeste e no Brasil, com relação ao PIB; exportação e importação; valor e participação do PIB dos territórios sergipanos; número de empreendimentos e trabalhadores em Sergipe; fluxos de exportação e de importação; número de APLs identificados, entre outros. Na segunda fase foi realizado um levantamento de informações junto às entidades responsáveis pelo apoio aos APLs de Sergipe, mediante a aplicação de um questionário a um total de 25 instituições. Posteriormente, esses dados foram complementados com uma série de entrevistas realizadas com os dirigentes das instituições que mais contribuíram para a promoção e o desenvolvimento dos APLs no estado ou com os gestores responsáveis pelas ações direcionadas às aglomerações produtivas. A pesquisa identificou e avaliou as iniciativas de apoio aos APLs, confirmando a importância da interação entre os atores econômicos, sociais e políticos, bem como a necessidade de implementação de políticas públicas elaboradas à luz do conhecimento sobre os principais gargalos e entraves para o desenvolvimento regional e local identificados nesta pesquisa.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais (APLs); Interação; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This main objective of the present dissertation is to identify and evaluate the actions and policies that support Local Productive Arrangements (APLs) in the state of Sergipe by articulating theoretical notions with primary and secondary data collected during the empirical research. The conceptual framework developed in the dissertation treats the fundamental elements of productive arrangements by identifying their key features, characteristics, associated local competitive advantages, and public policy models for the promotion of APLs. The empirical research was divided into two interdependent phases. Initially, data was collected from secondary sources such as RAIS/MTE, IBGE, SECEX/MDIC, BACEN, SEPLAN and SEDETEC. This data represented Sergipe's participation in the Northeast region and Brazil, in areas such as GDP, international exports and imports, value and share of GDP of Sergipe's territories; the number of enterprises and workers in Sergipe; regional export and import flows, APLs identified, etc. In a second phase data was collected from government entities responsible for supporting APLs. For such, a questionnaire was applied to a total of 25 institutions; additional, more detailed questionnaires were applied to those institutions that contributed most to the promotion and development of APLs in the state. The respondents were directors or managers of the institutions responsible for actions directed to productive agglomerations. The research identified and evaluated initiatives that support APLs, confirming the importance of interaction among economic, social and political actors as well as the need for implementing public policies that specifically consider known bottlenecks, such as those identified in this dissertation, for regional and local development.

Key Words: Local Productive Arrangements (APLs), Interaction, Public Policy.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS OU SIGLAS.....	XI
LISTA DE QUADROS	XIV
LISTA DE TABELAS	XV
LISTA DE FIGURAS	XVI
LISTA DE GRÁFICOS.....	XVII
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 - ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: CONCEITO, CARACTERIZAÇÃO, VANTAGENS COMPETITIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS	22
1.1 Enfoque Teórico das Aglomerações Produtivas e Inovativas.....	22
1.1.1 Contexto histórico: as experiências internacionais.....	23
1.1.2 Tipos de aglomerações e sistemas produtivos.....	24
1.2 Arranjos Produtivos Locais: Conceito e Características.....	25
1.3 Elementos Estruturais dos APLs.....	27
1.4 Principais Vantagens do Foco em APLs.....	30
1.5 Políticas Públicas para APLs	32
CAPÍTULO 2 - POLÍTICA NACIONAL DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	36
2.1 RedeSist: Marco Conceitual e Difusor dos Arranjos Produtivos Locais.....	36
2.2 A Inserção do Enfoque em APLs no PPA 2004-2007 e 2008-2011	39
2.3 O Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais: O GTP-APL	42
CAPÍTULO 3 - O CENÁRIO ECONÔMICO SERGIPANO: ASPECTOS GERAIS	48
3.1 Um Breve Panorama do Estado de Sergipe em Relação ao Nordeste e ao Brasil	48
3.2 Características Gerais da Economia Sergipana.....	52
3.3 Organização Político-Administrativa: Nova Territorialização	60
CAPÍTULO 4 - AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E AÇÕES DE APOIO AOS APLS EM SERGIPE.....	66
4.1 O Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe: O APL-SE	66

4.2	As Instituições de Apoio aos APLs de Sergipe: Identificação, Conceito e Critérios de Seleção Adotados	82
4.3	Avaliação das Políticas e Ações de Apoio aos APLs de Sergipe	90
	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	96
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
	APÊNDICE	106

ABREVIATURAS OU SIGLAS

ACESE	-	Associação Comercial e Empresarial de Sergipe
ADEMA	-	Administração Estadual do Meio Ambiente.
APEX-BRASIL	-	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
APL-SE	-	Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais
BANESE	-	Banco do Estado de Sergipe
BB	-	Banco do Brasil
BNB	-	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	-	Comissão Econômica para a América Latina
CETEM	-	Centro de Tecnologia Mineral
CNPq	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEVASF	-	Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco
CODISE	-	Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe
COHIDRO	-	Companhia de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMDAGRO	-	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
EMGETIS	-	Empresa Sergipana de Tecnologia da Informação
FAPITEC/SE	-	Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe
FINEP	-	Financiadora de Estudos e Projetos
FIRJAN	-	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
GLOBELICS	-	<i>Global Network for Economics of Learning, Innovation, and Competence Building Systems</i> (Rede Global de Aprendizagem para a Economia, Inovação e Sistemas de Desenvolvimento de Competências)
GT		Grupo de Trabalho
GTP APL		Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais
IBGE		Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT		Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IEL	-	Instituto Euvaldo Lodi
IFS	-	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INT		Instituto Nacional de Tecnologia
IPEA	-	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI/SP	-	Instituto de Pesquisa Industrial de São Paulo
ITP	-	Instituto de Tecnologia e Pesquisa
ITPI	-	Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação
ITPS	-	Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe
MAPA	-	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCS	-	Movimento Competitivo Sergipe
MCT	-	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	-	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDIC	-	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MI	-	Ministério da Integração Nacional
MME	-	Ministério de Minas e Energia
OEA	-	Organização dos Estados Americanos

PD	Plano de Desenvolvimento
PDP	Plano de Desenvolvimento Preliminar
PEKEA	- <i>Political and Ethical Knowledge on Economic Activities</i> (Conhecimento Político e Ético sobre as Atividades Econômicas)
PIB	Produto Interno Bruto
PRONESE	- Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe
PPA	Plano Plurianual
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
REDESIST	- Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
SAGRI	- Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação de Sergipe
SEBRAE	- Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX	- Secretaria de Comércio Exterior
SEDETEC	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo de Sergipe
SEIDS	- Secretaria de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN	- Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe
SERGIPETEC	- Sergipe Parque Tecnológico
SETRAPIS	- Secretaria de Estado do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Social
SUDENE	- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNCTAD	- <i>United Nations Conference on Trade and Development</i> (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNB	Universidade de Brasília
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UCG	Universidade Católica de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

UNESP Universidade Estadual Paulista
UFSE Universidade Federal de Sergipe
UNIT - Universidade Tiradentes
UNU-MERIT - *Maastricht Economic Research Institute on Innovation and Technology*
 (Maastricht Instituto de Pesquisa Econômica de Inovação e Tecnologia)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Brasil - Universidades parceiras da RedeSist - 2009	38
Quadro 2 - Brasil - Papel das instâncias da Estratégia de Ampliação da Atuação do GTP APL	44
Quadro 3 - Sergipe - Nova Territorialização	62
Quadro 4 - Sergipe - APLs apoiados e instituições parceiras do APL-SE, por território - 2008	68
Quadro 5 - Sergipe - Principais ações desenvolvidas pelas instituições parceiras do APL-SE aos APLs apoiados – 2008-2009	69
Quadro 6 - Sergipe - Identificação, problemas, oportunidades, ações e políticas diagnosticadas nos PDs - 2008.....	72
Quadro 7 - Sergipe - Resultados da agenda de compromisso do APL-SE - 2009	78
Quadro 8 - Sergipe - Demandas vinculadas à agenda de compromisso do APL-SE com o governo federal- 2009.....	80
Quadro 9 - Sergipe - Encaminhamentos da agenda de compromisso com o governo federal - 2009	81
Quadro 10 - Sergipe – Características das instituições de apoio aos APLs - 2008-2009.....	84
Quadro 11 - Sergipe – Conceito de APL adotado pela instituição de apoio - 2008-2009.....	85
Quadro 12 - Sergipe - Critérios utilizados pela instituição para a seleção dos APLs que serão beneficiados - 2008-2009	87
Quadro 13 - Sergipe - APLs apoiados, por instituição - 2008-2009	88
Quadro 14 - Sergipe - APLs identificados, por instituição - 2008-2009.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil - Núcleos Operacionais do PEIEx - 2005	41
Tabela 2 - Sergipe, Nordeste e Brasil - Produto Interno Bruto <i>per capita</i> – 2002-2007.....	50
Tabela 3 - Sergipe – Valor das exportações, importações e saldo da balança comercial - 2002-2009	52
Tabela 4 - Sergipe - Os 20 principais produtos exportados – 2009.....	53
Tabela 5 - Sergipe - As 20 principais empresas exportadoras – 2009.....	54
Tabela 6 - Sergipe - Os 20 principais produtos importados – 2009	55
Tabela 7 - Sergipe - As 20 principais empresas importadoras – 2009	55
Tabela 8 - Sergipe - N° de estabelecimentos com vínculos, por atividade econômica - 2002/-2008	56
Tabela 9 - Sergipe - N° de trabalhadores formais, por atividade econômica – 2002/2008.....	57
Tabela 10 - Sergipe - Percentual de trabalhadores por setores de atividade econômica, segundo grau de instrução - 2008	59
Tabela 11 - Sergipe - Percentual de trabalhadores por setores de atividade econômica, segundo faixa etária (anos) - 2008.....	59
Tabela 12 - Sergipe - Faixa de remuneração média dos trabalhadores, em % - 2008.....	60
Tabela 13 – Sergipe – Valor e participação do PIB dos territórios sergipanos - 2003-2007 ...	64
Tabela 14 - Sergipe - Participação dos 20 municípios com maiores PIB, em % - 2003-2007.	64
Tabela 15 - Sergipe - Demandas extras a serem atendidas pela SEDETEC - 2009.....	79
Tabela 16 - Sergipe - Principais projetos da SEDETEC em execução/negociação vinculados a APLs – 2009	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Brasil - Fluxograma da Estratégia de Ampliação da Atuação do GTP APL.....	47
Figura 2 - Sergipe - Mapa dos novos territórios.....	18
Figura 3 - Sergipe - Mapeamento dos Arranjos Produtivos Locais - 2008.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sergipe, Nordeste e Brasil - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - 2002 - 2007	49
Gráfico 2 - Sergipe - Participação no Produto Interno Bruto (PIB), a preços de mercado, em relação ao Nordeste e ao Brasil, em % - 2002-2007	49
Gráfico 3 - Sergipe - Participação na exportação em relação ao Nordeste e ao Brasil, em % - 2002-2009	51
Gráfico 4 - Sergipe - Participação na importação em relação ao Nordeste e ao Brasil, em % - 2002-2009	51
Gráfico 5 - Sergipe - Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado (R\$ milhões) – 2002-2007	56
Gráfico 6 - Sergipe - Percentual de trabalhadores formais, por sexo – 2002/2008	58
Gráfico 7 - Sergipe - Percentual de trabalhadores por sexo, segundo setores de atividades econômicas – 2008	58

INTRODUÇÃO

No Brasil, a utilização de arranjo produtivo local (APL), recentemente, tornou-se uma importante ferramenta política. O direcionamento de ações e programas de apoio aos APLs provém da mais recente visão de políticas públicas de desenvolvimento, a de que o local é o fio condutor de desenvolvimento sócio-econômico. O foco em aglomerações produtivas é atribuído, sobretudo, à constatação de que as políticas para empresas de pequeno e médio porte dão melhores frutos se voltadas para um conjunto de firma do que para firmas isoladas, independente do porte do empreendimento, visto que a capacidade de competir incorre dos benefícios da cooperação interempresas (CERVIERI, 2008).

Cervieri (2008) define APL como um *lócus* produtivo formado por firmas que, através das vantagens locacionais, estimula o processo de inovação, uma vez que a interação entre empresas e outras instituições proporcionam o compartilhamento do conhecimento, a minimização de dúvidas e promove o desenvolvimento científico e tecnológico. Quando se encontram geograficamente próximas, as empresas conseguem maior interação, gerar e propagar novos conhecimentos e se esforçar para alcançar objetivos comuns. A proximidade com universidades, instituições de pesquisa e prestadoras de serviços também é fundamental para alavancar a atividade produtiva (SUZIGAN *et al.*, 2005).

As políticas para APLs têm a missão de nortear e organizar as iniciativas do Estado no fomento da economia local, em conformidade com as linhas de atuação públicas. Desse modo, procuram criar novos empreendimentos e oportunidades de trabalho, bem como aumentar o potencial de exportação das atividades produtivas. Várias ações de apoio aos APLs já foram implementadas pelos setores público e privado no Brasil. No entanto, como tais ações não estavam muito integradas e organizadas, seu resultado não foi satisfatório (SUZIGAN *et al.*, 2006; CERVIERI, 2008).

A partir de 2004, os arranjos produtivos locais tornaram-se objeto de políticas públicas de esfera federal. Com o fim de coordenar essa temática, duas medidas foram tomadas pelo Governo Federal: a inserção da abordagem em torno do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e 2008-2011 e a criação do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL.

Tendo como objetivo utilizar uma metodologia de suporte incorporada a arranjos produtivos locais, fundamentada na articulação das iniciativas públicas, o GTP APL procurou instalar em cada estado um Núcleo. O Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de

Sergipe (APL-SE) busca articular as ações de apoio as aglomerações locais, com a participação de instituições, que visem o crescimento das unidades produtivas.

À linha dessas discussões, restam questões sobre as ações e políticas de apoio aos arranjos produtivos locais em Sergipe, especificamente a avaliação e contribuição para o desenvolvimento do estado.

A presente dissertação tem como principal objetivo identificar e avaliar as ações e políticas de apoio aos APLs de Sergipe. Na primeira fase, o trabalho foi conduzido a partir de um referencial teórico acerca do conceito, características, vantagens competitivas e políticas públicas para os arranjos. A estrutura teórica permitiu analisar e interpretar os resultados da pesquisa empírica.

A segunda fase constituiu-se de levantamentos de dados secundários e primários. Num primeiro momento, foram levantados dados de fontes como Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC; Banco Central – BACEN; Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe – SEPLAN; e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo de Sergipe - SEDETEC. Os dados analisados incluíram a participação de Sergipe na região Nordeste e no Brasil, com relação ao PIB, exportação e importação; valor e participação do PIB dos territórios sergipanos; número de empreendimentos e trabalhadores em Sergipe; fluxos de exportação e de importação; número de APLs identificados; e outros.

Num segundo momento da pesquisa, foram levantadas informações junto às entidades responsáveis pelo apoio aos APLs de Sergipe. A coleta deu-se através de pesquisa de campo no âmbito do projeto, iniciado em junho de 2009, “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte e Nordeste do Brasil e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais em Estados Nordestinos Selecionados”, financiado pelo BNDES, sob a coordenação geral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)¹ e estadual da Universidade Federal de Sergipe (UFS)². A nível estadual, além do coordenador, a equipe técnica do projeto é composto por 05 pesquisadores³, dentre os quais estou incluída, e 04 estagiários⁴. Na operacionalização desse momento, inicialmente aplicou-se um questionário,

¹ Representada pela Profa. Dra. Valdênia Apolinário

² Representada pelo Prof. Dr. Dean Lee Hansen

³ Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo (colaborador externo), Prof. Dr. Elmer Nascimento Matos, MSc. Rodrigo Rocha Pereira Lima, Michele Santos Oliveira e Daniela Regina Santos de Jesus.

⁴ Alisson Diego Rocha do Nascimento, Lídia Carvalho Silva, Eliane Correia dos Santos Silva e Fernanda Marília dos Santos.

contendo 22 questões abertas, a um total de 25 instituições. O questionário englobou pontos, como: i) identificação e caracterização da entidade entrevistada; ii) histórico da entidade quanto às ações voltadas a APLs no estado, antes de 2008; iii) APLs identificados e apoiados pela entidade no estado (2008-2009); e iv) programas, projetos e/ou ações da entidade para APLs no estado (2008-2009). Posteriormente, para aprofundar sobre as políticas e ações de apoio aos arranjos, realizou-se uma entrevista com a SEDETEC, Secretaria responsável pelo Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe (APL-SE), e com algumas das instituições que mais contribuem para a promoção e o desenvolvimento dos APLs no estado: SEBRAE, EMDAGRO e ITPS. Os entrevistados foram os dirigentes das instituições ou gestores responsáveis pelas ações direcionadas às aglomerações produtivas.

O propósito da segunda fase da dissertação foi mostrar, através de indicadores, o cenário econômico sergipano, as vantagens competitivas locais dos arranjos, bem como identificar e avaliar as políticas e ações de apoio aos APLs de Sergipe.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro trata dos conceitos, características, vantagens competitivas e políticas públicas que envolvem os Arranjos Produtivos Locais. Nesse capítulo, buscou-se apresentar um enfoque teórico das aglomerações produtivas e inovativas, expondo um contexto histórico das bem-sucedidas experiências internacionais e os tipos de aglomerações e sistemas produtivos; conceituar, caracterizar e apontar elementos estruturais e principais vantagens dos APLs; além de abordar políticas de apoio a esses empreendimentos produtivos.

O segundo capítulo versa sobre a política nacional de APLs. Especificamente, procurou-se discutir a criação da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist) como marco conceitual e difusor dos APLs, como também os principais instrumentos do Governo Federal para coordenar a temática dos arranjos produtivos.

Na busca de entender a dinâmica da economia sergipana e os fatores que levaram à nova territorialização, o terceiro capítulo retrata um cenário da economia sergipana. Nele é exposto um breve panorama do estado de Sergipe em relação ao Brasil e ao Nordeste, as características gerais da economia do estado e sua nova territorialização.

O quarto capítulo refere-se à avaliação das políticas e ações de apoio aos arranjos produtivos em Sergipe. O capítulo divide-se em três seções. A primeira aborda a política do estado, que tem como estratégia o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe (APL-SE). A segunda identifica as instituições de promoção e desenvolvimentos dos APLs de Sergipe, mostrando o conceito, ações de apoio e critérios de seleção adotados. Tais discussões

convergem para uma avaliação das políticas e ações com foco nessas atividades produtivas, tema da última seção deste capítulo.

Por fim, são relatadas as considerações relacionadas às principais análises e discussões acerca do que foi visto, conduzindo para as recomendações.

Capítulo 1

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: CONCEITO, CARACTERIZAÇÃO, VANTAGENS COMPETITIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

As pequenas e médias empresas têm um importante papel na transformação industrial e no desenvolvimento local. A integração das pequenas e médias empresas nas aglomerações produtivas aumenta sua capacidade de sobreviver e crescer no mercado, uma vez que se obtêm vantagens competitivas (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

O presente capítulo trata dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), bem como das políticas públicas para seu apoio. Para tanto, na primeira seção, buscou-se contextualizar as aglomerações produtivas e inovativas, apresentando duas experiências internacionais de sucesso, os Distritos Industriais Italianos e o Vale do Silício, e os tipos de aglomerações definidos. Na segunda, são delimitados os conceitos e características dos APLs. A terceira e quarta seção expõem os elementos estruturais e as vantagens do foco em arranjos produtivos, respectivamente. Por fim, a quinta retrata as políticas de apoio aos arranjos, enfatizando a importância da interação entre os diversos agentes econômicos, políticos e sociais de âmbito local, regional e nacional.

1.1 Enfoque Teórico das Aglomerações Produtivas e Inovativas

O sucesso das aglomerações produtivas internacionais ocorreu em meio a uma forte transformação industrial caracterizada por progressos tecnológicos na produção, provenientes da incorporação de inovações fundamentadas na microeletrônica e nas tecnologias de informação (RESENDE; GOMES, 2004).

As transformações industriais permitiram uma maior flexibilização das técnicas de produção, possibilitando agilidade para responder as exigências dos consumidores. Com isso, houve uma descentralização da produção, com maior necessidade de recursos produtivos, resultando na construção de novas organizações industriais. A aglomeração produtiva é uma delas (RESENDE; GOMES, 2004).

1.1.1 Contexto histórico: as experiências internacionais

Várias definições de aglomerações produtivas surgiram nos anos 80 e 90, baseando-se nas bem-sucedidas experiências internacionais, como Distritos Industriais Italianos e Vale do Silício. Tais experiências tornaram-se modelos de promoção de desenvolvimento econômico a serem imitados (SANTOS *et al.*, 2004; IGLIORI, 2001).

Alfred Marshall foi o percussor da temática sobre ‘distritos industriais ingleses’. Por meio de suas concepções surgiram os estudos sobre aglomeração espacial, incluindo o dos distritos industriais italianos (SUZIGAN *et al.*, 2006).

Os distritos industriais italianos, também denominados ‘Terceira Itália’, são considerados modelo de aglomeração pela sua *performance* na economia. No período de recessão econômica, ocorrido nas décadas de 70 e 80, uma região do centro e nordeste da Itália conseguiu obter um ótimo desempenho econômico. A proximidade física entre firmas e outros atores locais possibilitou aumentar o grau de competitividade dos empreendimentos de pequeno e médio porte nesse período. Sob esse prisma, é pertinente afirmar que os distritos industriais italianos não são marcados somente pela aglomeração de empresas em um determinado espaço geográfico, senão também pela cooperação existente entre seus envolvidos, pela competição baseada no processo inovativo, por uma identidade social e cultural semelhante e pelo apoio governamental (IGLIORI, 2001; GARCEZ, 2000).

Além das suas favoráveis características, o êxito dos distritos industriais italianos é atribuído a algumas vantagens, como acesso e agilidade do fluxo de informações, tanto formais quanto informais; ausência ou pequenas barreiras à entrada e fácil reprodução em regiões menos desenvolvidas (AUN *et al.*, 2005; SILVA; BITOUN, 2006). Os distritos industriais italianos são formados por estruturas produtivas com reduzida ou inexistência de barreiras à entrada, favorecendo sua implantação em áreas ou nações pouco avançadas (SANTOS *et al.*, 2004). Neles estão concentradas pequenas e médias empresas dos segmentos têxtil, de movelaria, cerâmica, mecânica e outros (SANTOS; GUARNERI, 2000).

Outro modelo que merece destaque é o Vale do Silício, localizado no norte da Califórnia, nos Estados Unidos. A região que abriga um dinâmico aglomerado de empresas especializadas em eletrônica e informática possui estreita conexão com o conhecimento tácito, possível pelo contingente de trabalhadores com elevada qualificação, baseada nas inovações (GANZERT; MARTINELLI, 2009; SANTOS; GUARNERI, 2000).

Assim, enquanto o sucesso dos distritos industriais italianos está associado ao nível de cooperação e confiança, representação sindical, organização dos empresários e interesse

coletivo; o do Vale do Silício está associado à intensidade de trabalhadores qualificados, ao processo de rápida inovação, bem como à presença de instituições de pesquisa de tecnologia avançada (SANTOS *et al.*, 2004).

1.1.2 Tipos de aglomerações e sistemas produtivos

Distritos Industriais, *Clusters*, Rede de Empresas, Arranjos Produtivos Locais e outros são diferentes tipos de aglomerações produtivas que apresentam características básicas, como especialização setorial, compartilhamento de atividades interfirmas, formação do capital humano e presença de capital social (RESENDE; GOMES, 2004). Tais características fazem com que as aglomerações tenham um relevante papel para as empresas e na localidade, no que tange à competitividade, sobrevivência, expansão de emprego e renda (RESENDE; GOMES, 2004).

Quando as empresas encontram-se aglomeradas, possuem melhor capacidade de exportar que aquelas que se encontram fora. Outro ponto a ser salientado é quanto à implicação da produtividade. Comparando-se às empresas não aglomeradas com àquelas aglomeradas, nesta última, um maior desempenho produtivo, geralmente, incorre em maiores salários e grau de instrução (RESENDE e GOMES, 2004).

As diferenças entre uma e outra aglomeração residem em alguns fatores observados nas experiências estudadas e na importância empregada a cada peculiaridade e benefícios das aglomerações (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003).

Segundo Visconti (2001), os distritos industriais podem ser entendidos com uma concentração de empresas assinalada pela proximidade geográfica, especialização setorial, presença de instituições de ensino e pesquisa, cooperação interfirmas e mesma base sócio-cultural. Por seu turno, os *clusters* são concentrações de empresas pertencentes a um mesmo ramo de atividade e situadas em um determinado espaço geográfico (GARCEZ, 2000).

Não obstante a importância da cooperação, um elemento essencial nos *clusters* é a competição. Isso decorre da relação deste elemento com o processo inovativo. A competitividade entre os empreendimentos dão impulso para que o processo de inovação seja contínuo (VISCONTI, 2001).

As Redes de Empresas também são consideradas um tipo de aglomeração. Criadas com o fim de amenizar as dúvidas e possíveis perdas, as redes são definidas como

concentração de empresas que estabelece bases para sua dinâmica produtiva por meio da articulação e integração entre si (LÉON; AMATO NETO, 2001).

Outro conceito ligado à aglomeração é o de Sistemas Produtivos Locais e Inovativos (SPILs), denotado como um aglomerado produtivo especializado em uma determinada atividade e caracterizado pelo envolvimento de diferentes atores locais com o fim de criar e difundir conhecimento e inovação. A abordagem de SPILs, além da interação entre empresas e atores locais, está baseada no compartilhamento de conhecimento, aprendizado, aproximação espacial e aspectos culturais comuns (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Assim, diversas nomenclaturas e definições são adotadas para traduzir a concentração territorial e especializada de agentes econômicos, políticos e sociais. Analisando algumas experiências, observa-se que cada caso é um caso, ou seja, algumas aglomerações possuem diferentes peculiaridades no que tange ao contexto histórico, trajetória, identidade sócio-cultural e organização-institucional, as quais influenciam na dinâmica produtiva e inovativa, na articulação institucional e no tipo de governança local (SUZIGAN *et al.*, 2006).

1.2 Arranjos Produtivos Locais: Conceito e Características

A concentração espacial de empresas atuando numa mesma atividade econômica e interagindo com os atores locais reuniu esforços para o aparecimento e multiplicação dos Arranjos Produtivos Locais - APLs (AUN *et al.*, 2005).

De acordo com Dutra *et al.* (2007), arranjo produtivo local corresponde a um conjunto de empresas que produzem articuladamente. O conceito de APL envolve uma maneira, até então inexistente, de observar, compreender e direcionar o desempenho produtivo e inovativo. Por seu turno, os conceitos de Distrito Industrial, *Clusters* e outro tipos de concentrações produtivas abrangem a idéia destas como instrumentos que conduzem melhor a esse desempenho. Desse modo, a abordagem do SPILs não inclui apenas arranjos produtivos locais, mas também os conceitos de distritos industriais, *clusters* e outros tipos de aglomerações (LASTRES; CASSIOLATO, 2008).

Vale salientar que, a atuação das empresas no arranjo, a fim de obter um objetivo comum, tem de possuir um caráter de cooperação e não de concorrência, o que só é possível através do compartilhamento de informações, conhecimento e aprendizado coletivo (AUN *et al.*, 2005).

Os arranjos e sistemas produtivos locais são compreendidos através da definição de sistema de inovação. Entende-se sistema de inovação como um aglomerado de agentes produtivos que, associados ou não, promovem a geração e disseminação do conhecimento e da inovação (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Carleial (2001) conceitua sistema de inovação como um complexo de experiências efetivas, ocorridas nas empresas, departamentos de P&D, instituições do governo, sindicatos, instituições acadêmicas, agências bancárias entre outras. Tais agentes precisam estar articulados, cooperando formal ou informalmente, para acelerar o processo inovativo.

O sistema de inovação está subordinado ao sistema de produção. À medida que interagem, inovações são criadas e, através da aprendizagem, surge uma nova estruturação produtiva (CARLEIAL, 2001).

A partir dos anos 90, com a abertura comercial, a idéia de sistema de inovação propagou-se no Brasil. Alguns vocábulos relacionados à aglomeração deram lugar ao vocábulo Arranjos Produtivos Locais nas discussões políticas, promovendo a padronização de nomenclaturas (LASTRES; CASSIOLATO, 2008).

Apesar dos ganhos com a padronização - como, por exemplo, favorecimento do entrelaçamento das ações políticas -, o modo de compreender e definir APLs apresentou algumas diversificações e discordâncias. As políticas de apoio adotavam conceitos de APL que mais se assemelhavam ao de *cluster*, provocando discussões quanto à identificação de algumas concentrações de empresas como APLs (LASTRES; CASSIOLATO, 2008).

Na sua definição simples, APL abarca aglomerações produtivas de qualquer grau de especialização, quantidade de agentes envolvidos, nível de cooperação e maturidade. Ou seja, os APLs podem apresentar diferenças em termos de área, abrangência e maturidade (LASTRES; CASSIOLATO, 2008; SANTOS; GUARNERI, 2000).

Os APLs podem ser formados por empreendimentos pertencentes a um só ramo de atividade, ou por um conjunto de ‘fornecedores’ de bens e serviços, ou, ainda, por empreendimentos que utilizam as mesmas ‘tecnologias’ ou ‘insumos’ (SANTOS; GUARNERI, 2000).

A existência de alguns elementos favorece o crescimento e desenvolvimento das empresas aglomeradas. Através de seu processo de aprendizagem e potencial em inovar, elas conseguem alcançar melhores níveis de competitividade em comparação às empresas isoladas (CERVIERI, 2008). Destarte, o conceito de APL é formulado a partir das características do ambiente onde os agentes locais interagem, sobretudo, produzindo e trocando conhecimento para gerar inovação e promover o desenvolvimento do local/região.

1.3 Elementos Estruturais dos APLs

Os APLs são estruturados por diversos elementos, como: aprendizagem, conhecimento, inovação, cooperação, capital humano, capital social e governança. Através desses elementos as empresas aglomeradas conseguem conquistar espaço no mercado competitivo (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Elemento-chave das transformações, o aprendizado fundamenta-se no conjunto de habilidades das unidades produtivas (CASSIOLATO; LASTRES, 2003). Seu processo está vinculado à informação, criação e ampliação do conhecimento e à atividade inovativa do local.

No APL, a competitividade das unidades produtivas está apoiada em distintos setores, o que é atribuído à estreita ligação do arranjo com ações e potencialidades existentes no decorrer do processo produtivo (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

A eficiência do processo de aprendizagem de determinada localidade deriva de seus atores econômicos, políticos e sociais, como também da interação entre eles. Partindo do pressuposto que não apresentam as mesmas características, ainda que semelhantes, a capacidade de aprendizagem e de inovação são diferentes entre as localidades (ENRÍQUEZ; COSTA, 2001; ALBAGLI; MACIEL, 2004).

Em se tratando de arranjos produtivos, a inovação depende da aprendizagem interativa (CAMPOS *et al.*, 2002). Isso porque as inovações ocorrem no meio de um processo de aprendizagem nas empresas, através da articulação dos empregados, consumidores, fornecedores, atividades de P&D e de produção (IGLIORI, 2001).

Comumente, as inovações podem ser de dois tipos: radicais e incrementais. As inovações incrementais são aquelas que representam pequenas modificações nos produtos ou processos. Geralmente são geradas pelos próprios recursos humanos da unidade produtiva. Diferentemente, as inovações radicais são, por via de regra, provenientes de pesquisas em centros de P&D ou universidades (IGLIORI, 2001).

Oliveira (2001) denomina de radical a inovação que consegue mudar completamente o produto ou processo, provocando a substituição do antigo pelo novo, o qual passa a se tornar padrão. No outro extremo, a inovação incremental refere-se ao aperfeiçoamento do produto ou processo existente, através da incorporação de um novo material ou *design*, sem que haja modificação de sua função básica. O número de inovações incrementais é maior que o de inovações radicais.

O processo de inovação possui incertezas relacionadas tanto ao comportamento do mercado quanto às questões técnicas. A solução das incertezas depende de novos conhecimentos, os quais são inconstantes e de complexa transferência. Nesse enfoque, pode-se afirmar que o conhecimento é o elemento-chave da inovação. No início do processo inovativo, sem o conhecimento técnico fica impossível entender as “novas tecnologias” ou saber até onde o produto ou processo pode ser aperfeiçoado ou desenvolvido. Na fase de introdução do novo produto ou processo no mercado o conhecimento mercadológico é crucial para a aceitabilidade do produto pelo cliente/consumidores (SUZIGAN *et al.*, 2005).

Em geral, os novos conhecimentos estão limitados àqueles que detêm a inovação tecnológica, ainda não estandardizada, fazendo com que seu aspecto seja tácito e, assim, só possa ser transferido através do contato face-a-face com outros atores. A esse respeito, a proximidade geográfica permite a articulação e o compartilhamento de conhecimento entre os diferentes atores locais (SUZIGAN *et al.*, 2005).

A interação e aprendizagem são elementos provenientes dos laços entre os agentes locais. O conhecimento tácito e o *know-how* peculiar da localidade promovem um aprendizado interativo e potencial para inovar (AUN *et al.*, 2005).

Existem dois tipos de conhecimento, o tácito e o codificado. O primeiro, por ser de transferência complexa e de uso específico, requer um alto grau de interdependência entre transmissor e receptor. Já o segundo possui caráter de uso geral; sua transferência demanda um grau mais baixo de interdependência entre transmissor e receptor. Sendo assim, ao contrário do conhecimento codificado, no tácito os processos de aprendizagem coletivos são dinâmicos e a sinergia entre os atores e as especificidades locacionais são bastante significativas (CAMPOS *et al.*, 2003).

A fim de não confundir conhecimento com informação, Tigre (2005) procura distingui-los. Segundo este autor, enquanto a informação corresponde à reunião de dados, o segundo diz respeito, sobretudo, ao caráter tácito. O conhecimento tácito, quando ‘codificado’, converte-se em informação.

A capacidade de gerar e ampliar conhecimento está vinculada à base educacional local. A formação e o desenvolvimento de profissionais capacitados aumentam a competitividade do local no mercado globalizado. Daí a importância dos investimentos em capital humano (ENRÍQUEZ; COSTA, 2001; AUN *et al.*, 2005).

Entende-se capital humano como as aptidões, conhecimentos e capacidades dos indivíduos. Baseado no processo de aprendizagem e capacitação da mão-de-obra, a promoção

do capital humano conduz ao desenvolvimento econômico e social. À medida que o capital humano é expandido, cresce a capacidade do APL competir no mercado (PAULA, 2004).

Além do capital humano, outro elemento que merece destaque nos arranjos produtivos é o capital social. Esse elemento consiste em um conjunto de normas, princípios e costumes que colaboram para amenizar os riscos e custos transacionais. O capital social está intimamente ligado ao grau de confiança, cooperação, sinergia entre as empresas e entidades locais (PAULA, 2004).

A confiança e a cooperação tiveram um papel fundamental nos distritos industriais italianos. A esses elementos deve-se boa parte da notória melhoria nos indicadores de competitividade, durante os períodos de recessão econômica. Eles são considerados dois dos elementos-chave nos APLs (SANTOS *et al.*, 2004).

A cooperação entre empresas são fundamentadas em regras que reprimem a concorrência por preço e remuneração do trabalhador por parte do segmento produtivo e a conduzem para a inovação (CERVIERI, 2008). A cooperação entre os envolvidos e o potencial inovador facilitam o capital social, constituindo-se de vantagens competitivas para a região e o local (SILVA; BITOUN, 2006). Isso porque, quando as empresas cooperam entre si, conseguem melhorar a produtividade, intensificar a geração de inovação, obter economias de escala e ter seus ‘custos irreversíveis’ divididos, associando capacidades que uma empresa isolada não obteria (HASENCLEVER; TIGRE, 2002; RESENDE; GOMES, 2004).

Assim, os ganhos da cooperação com outros agentes de diferentes esferas estimulam competências e propiciam a disseminação do conhecimento e inovação. Vale salientar, ainda, que um maior nível de capital social implica em laços ainda mais fortes entre atores locais (TIGRE, 2005; TEIXEIRA *et al.*, 2006).

As vantagens de incentivar o capital humano e o capital social são visíveis. Levando-se em consideração que o capital humano baseia-se na formação educacional, saúde e acesso à informação dos profissionais; e o capital social, por meio da cooperação, contribui para criação e difusão de conhecimento, é pertinente afirmar que ambos são elementos vitais para a promoção e desenvolvimento dos arranjos produtivos.

Outro elemento estruturante dos APLs é a governança. A Governança consiste nas várias maneiras utilizadas pelos indivíduos e pelas iniciativas públicas e privadas na gestão das dificuldades semelhantes, deixando sobressair os interesses coletivos sobre os individuais (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003).

Para melhor entendimento, Cassiolato e Lastres (2005, p. 12) definem governança como:

(i) Processos de tomada de decisão levando à repartição de poder entre governantes e governados, descentralização da autoridade e das funções de governar e à parceria entre o público e o privado; ii) gestão das interações, sistemas de regulação e mecanismo de coordenação e negociação entre atores sociais.

Quanto mais estreitos os laços entre os atores, maior a importância da governança em termos de coordenação de suas ações. Através da governança, as iniciativas são melhores coordenadas a fim de possibilitar ganhos coletivos (BAPTISTA; ALVAREZ, 2007).

1.4 Principais Vantagens do Foco em APLs

A aglomeração produtiva contribui para a geração e disseminação da inovação. Os elementos que compõem os sistemas locais de produção têm um papel fundamental no aprendizado do processo inovativo, que só ocorre mediante interação face-a-face, rotatividade de mão-de-obra, capacitação profissional, presença de ‘fornecedores especializados’, capital social e esforços conjuntos (SUZIGAN *et al.*, 2005).

Como visto, as aglomerações apresentam algumas características comuns. Uma delas é o potencial de criar externalidades, o que contribui para o aumento da competitividade regional e local (SUZIGAN *et al.*, 2006). A definição de ‘economias externas locais’, ou externalidades, foi inicialmente introduzida por Marshall (1920, *apud* IGLIORI, 2001) nos estudos acerca dos distritos industriais (IGLIORI, 2001). As economias externas compreendem os ganhos secundários obtidos por um agente através da ação do outro. Os ganhos podem ser positivos (externalidades positivas) ou negativos (externalidades negativas).

De forma resumida, Nath (1969, p. 64, *apud* ERBER, 2008) define externalidades como ‘interdependências não comercializadas’. Em outras palavras, para que haja externalidade, a dependência entre os agentes não pode ser negociada (ERBER, 2008).

Partindo de um conceito mais rigoroso, designam-se economias externas:

Benefícios obtidos por empresas que se formam (ou já existentes) em decorrência da implantação de um serviço público (por exemplo, energia elétrica) ou de uma indústria, proporcionando à primeira vantagens antes inexistentes... A existência de economias externas permite em geral uma redução de custos para as empresas e significa uma importante alavanca do desenvolvimento econômico. Muitas empresas, antes de tomar a decisão de se instalar em determinados locais, avaliam seu potencial presente e futuro de economias externas (SANDRONI, 2005, p. 276).

Por apresentarem economias externas às unidades produtivas, as organizações de apoio ficam próximas a sistemas locais de produção (SLPs) já formados ou geram os mesmos.

A interação dessas organizações com as empresas pode formar um ‘ciclo virtuoso’, com geração e difusão de conhecimento, tecnologia e inovação capazes de aprimorar as atividades das unidades produtivas, constituir novos empreendimentos e fortalecer o SLPs (SUZIGAN *et al.*, 2005).

A concentração produtiva e a constituição de sistemas locais de produção apresentam vantagens competitivas locais, posto que estão diante diversas externalidades positivas, (SUZIGAN *et al.*, 2005). De acordo com Santos (2004a, *apud* CUNHA, 2002), existem dois tipos de vantagens locais: as ativas e as passivas. Enquanto a segunda provém, principalmente, dos benefícios com baixo custo logístico e aproximação física com clientes ou fornecedores; a primeira deriva, sobretudo, da criação e compartilhamento de conhecimento tácito (SANTOS *et al.*, 2004a).

As vantagens competitivas presentes em um determinado local atraem a instalação de novos empreendimentos, bem como elevam a produtividade e lucratividade daquelas aglomeradas. Desse modo, a criação de determinado APL depende das vantagens competitivas presentes naquele local (SANTOS *et al.*, 2004b; SANTOS *et al.*, 2004a).

Uma das vantagens competitivas do APL localizado em áreas menos desenvolvidas é a mão-de-obra barata. Os APLs tradicionais localizam-se, sobretudo, em pequenos e médios municípios, uma vez que estes possuem mão-de-obra barata e a rentabilidade é aplicada nas atividades associadas aos arranjos (SANTOS *et al.*, 2004a).

A dinâmica e o desempenho dos segmentos produtivos e as formas por parte das firmas de consecução e fortalecimento das vantagens locais são vitais para o ambiente competitivo, visto que a economia local integra-se à mundial. Isso denota uma evidente contradição, já que, à medida que a economia torna-se mais integralizada, as vantagens competitivas tornam-se mais vinculadas ao local (CERVIERI, 2008).

Os investimentos direcionados às atividades ligadas aos APLs, além de elevarem a escala de produção, permitem que novos produtos sejam criados e inseridos no mercado, aumentando a capacidade competitiva e o desenvolvimento do empreendimento (SANTOS *et al.*, 2004). Com isso, os atores locais obtêm ganhos com sua participação no arranjo. As instituições acadêmicas e de pesquisa, por exemplo, são favorecidas com expansão de renda, consolidação institucional e melhor articulação com o setor produtivo. Já as empresas de pequeno e médio porte conseguem: i) reduzir seus custos, mediante a participação das mesmas atividades, como aquisição de matérias-primas, transporte de mercadorias, ‘contratação de serviços’ e capacitação de pessoal; ii) melhorar a qualidade de seus produtos;

iii) incorporar tecnologia ao processo produtivo; iv) obter maior facilidade às linhas de crédito; entre outros (SANTOS; GUARNERI, 2000).

A esse respeito, as iniciativas com foco nos APLs de MPEs têm sido cada vez mais implementadas pelos estados e cidades brasileiras (AMARAL FILHO *et al.*, 2003). Alguns dos fatores positivos do enfoque em APLs são:

- Compreende a concentração de empresas tanto de setores tradicionais quanto de alta tecnologia;
- Envolve agentes e empresas de diversos tamanhos e segmentos, as quais produzem para o mercado interno e/ou externo;
- Valoriza a criação e a difusão do conhecimento, direcionando agentes econômicos, sociais e políticos aos processos de aprendizagem e inovação.
- Insere a questão da importância do espaço como fator de competitividade, destacando a identidade histórico-cultural e as características econômicas, sociais e políticas da localidade;
- Estimula a articulação das ações de iniciativa pública e privada (LASTRES; CASSIOLATO, 2008).

Especificamente, em se tratando do Brasil, mais um fator positivo dessa abordagem é a capacidade de abranger a vasta extensão territorial, diferenças e disparidades sócio-econômicas e política interregionais (LASTRES; CASSIOLATO, 2008).

O foco em concentrações espacial e setorial sempre esteve ligado à capacidade de competir, acentuando-se ainda mais após os anos 90. Em razão disso, as aglomerações passaram a ser consideradas instrumentos de investigação e de diretrizes de políticas públicas, sobretudo pelo notório papel no Vale do Silício e na Terceira Itália (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003).

1.5 Políticas Públicas para APLs

No Brasil, a partir da década de 90, os APLs ganharam espaço na articulação de novas políticas públicas. A nomenclatura Arranjos Produtivos Locais (APLs) difundiu-se pelos mais diferentes atores. Contudo, ainda que muito utilizado, o termo APLs não possui uma definição única, acarretando na condução de uma visão ‘analítica’ e de diferentes propostas de

programas. Para simplificação, a iniciativa pública federal, a fim de representar as aglomerações, adotou o termo Arranjo Produtivo Local – APL (LASTRES; CASSIOLATO, 2008; SUZIGAN *et al.*, 2006).

Os APLs são caracterizados, principalmente, pela sinergia dos atores participantes, seja de âmbito local, estadual ou nacional. É mediante o aumento da competitividade econômica, atuando de forma cooperativa e interativa com os agentes locais e visando atingir objetivos comuns, que os arranjos procuram promover o desenvolvimento local (SUZIGAN *et al.*, 2006; DUTRA *et al.*, 2007).

A interação com universidades e instituições de pesquisas eleva a competitividade das empresas através do aperfeiçoamento das habilidades ‘técnicas’ e ‘tecnológicas’ (SUZIGAN *et al.*, 2005). No que tange à eficiência do relacionamento entre clientes e empresários, esta depende de diferentes atribuições, como proximidade geográfica, identidade cultural comum e objetivos idênticos. A esse respeito, o papel do Estado é crucial, ante a sua capacidade de interferir na dinâmica inovativa (CARLEIAL, 2001).

Além de terem se tornado instrumento de políticas governamentais, por seus diversos benefícios para o local e região, os arranjos produtivos vêm sendo objeto formador e fomentador das micro e pequenas empresas (AMARAL FILHO *et al.*, 2003).

O papel das micro e pequenas empresas tem se tornado cada vez mais relevante diante do seu potencial em criar novas oportunidades de trabalho e geração de renda para o local e regiões (DUTRA *et al.*, 2007). A estrutura produtiva vem passando por intensas mudanças. O estudo que antes era voltado para a empresa isolada deu lugar a um novo enfoque: a interação entre as próprias firmas e os agentes locais, bem como a contribuição desta interação para a região. Esse novo direcionamento torna-se o norteador de ações ou programas do governo, que fomentam a política de desenvolvimento (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Considerada uma poderosa estratégia de elevação da capacidade competitiva de determinadas atividades econômicas, como também disseminadora do conhecimento, as políticas voltadas aos APLs estabelecem vantagens competitivas que fortalecem as empresas (SANTOS *et al.*, 2004c).

A intensa atuação do governo é fundamental para o desenvolvimento regional e local, principalmente daquelas áreas menos avançadas (SANTOS *et al.*, 2004c). Para promover e dar suporte aos APLs, as iniciativas públicas voltadas aos arranjos podem desempenhar ações como: i) oferecer a base infra-estrutural adequada para o desempenho dos arranjos; ii) incentivar a formação de trabalhadores capacitados e qualificados; iii) estimular as atividades de P&D; iv) oferecer subsídio fiscal; v) investir em projetos/programas/ações que possam

promover economias externas para a localidade do APL; e vi) incentivar as atividades de cooperação entre os empresários (SANTOS *et al.*, 2004).

O APL não é uma panacéia. É um instrumento que, articulando diferentes atores, promove o desenvolvimento das economias locais. Sob esse prisma, as políticas focalizadas nos APLs não podem ser a única estratégia de desenvolvimento. Seu êxito está vinculado ao entrelaçamento e coordenação das políticas e ações do local, região e país (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Segundo Cervieri (2008), a política de promoção e desenvolvimento dos APLs deve, indispensavelmente, abranger cinco linhas de atuação:

- Crédito e Financiamento - com o intuito de estimular a capacidade produtiva local;
- Governança e Cooperação - com o objetivo de estabelecer e sustentar a articulação institucional e entre empresas;
- Tecnologia e Inovação - a fim de elevar o potencial tecnológico das empresas;
- Formação e Capacitação - para estruturar um capital humano qualificado no arranjo;
- Atuação nos mercados locais, regionais, nacional e internacional - a fim de desenvolver o APL. Diante da globalização, para o arranjo manter-se competitivo, é necessário que seja bem coordenado, procurando orientar as empresas aglomeradas ao comércio interno e externo (CERVIERI, 2008).

No que tange às proposições de políticas de apoio aos APLs, há desafios a serem superados, a saber:

- a) Estender a compreensão da noção de arranjos e sistemas de inovação;
- b) Recuperar, assegurar e estimular as ações de articulação das políticas de âmbito estadual e local, baseando-se no modelo federal;
- c) Procurar unir esforços para tornar os segmentos produtivos propícios a gerar conhecimento e inovação;
- d) Alinhar o progresso econômico ao social (LASTRES; CASSIOLATO, 2008).

Tais estratégias, além de permitir o desenvolvimento dos APLs, possibilitam sua formação. Outrossim, as políticas para APLs visam tornar a concentração de pequenas empresas, composta por elementos informais, em um ambiente empreendedor e inovativo,

mediante uma base institucional promotora de desenvolvimento de produtos e processos (SANTOS *et al.*, 2004a; CERVIERI, 2008).

Por fim, o êxito dos APLs está vinculado à presença de diversos elementos estratégicos. Não basta a participação das entidades de apoio, como universidades e centros de P&D; é necessária a presença de alguns elementos, como capital social, capital humano, governança e esforços do governo (ex.: implementação de programas e ações voltadas ao apoio dos APLs).

Capítulo 2

POLÍTICA NACIONAL DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

As aglomerações produtivas e inovativas passaram a ser instrumentos de políticas de desenvolvimento. O fomento aos APLs é atribuído à premissa de que agentes econômicos, políticos e sociais articulados têm a capacidade de reconhecer suas necessidades comuns, seja por ação particular, ou por estímulo de instituições comprometidas com a estrutura produtiva (CERVIERI, 2008).

O presente capítulo retrata a evolução da política nacional para arranjos produtivos locais. O capítulo está dividido em três seções. A primeira versa sobre a criação da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais – RedeSist como marco conceitual e difusor dos APLs. A segunda seção trata da inserção dos APLs no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e 2008-2011. A terceira, do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL. Essas duas últimas seções referem-se aos principais instrumentos criados pelo Governo Federal para coordenar a temática dos Arranjos Produtivos Locais no Brasil.

2.1 RedeSist: Marco Conceitual e Difusor dos Arranjos Produtivos Locais

Nos anos 80, quando os conceitos de sistemas nacionais de inovação estavam sendo discutido na Inglaterra e Dinamarca, uma rede de pesquisadores, no Brasil, iniciou seu trabalho sobre este conceito. As pesquisas foram atribuídas à importância dessa abordagem conceitual e analítica na compreensão do processo de aprendizagem, como também no processo de criação e difusão do conhecimento e da capacidade competitiva (LASTRES *et al.*, 2005).

Em 1997, tendo seu projeto de pesquisa conjunto apoiado, no Brasil, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, no exterior, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), os pesquisadores criaram oficialmente a Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais - RedeSist. Em atendimento a recomendação da OEA, de elevar a pesquisa em nível do Mercosul, a rede

estabeleceu parcerias com pesquisadores do Uruguai, Argentina e de sete estados⁵ do Brasil (LASTRES *et al.*, 2005).

Aos poucos a RedeSist foi se firmando. Além de contar com o CNPq, passou a ter o apoio de outras instituições, como o FINEP, BNDES, IPEA e SEBRAE, obtendo, assim, o aumento do número de participantes associados e amplitude nacional. Em 2003, pesquisadores do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Goiás, Mato Grosso do Sul, Brasília, Ceará, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba tornaram-se parceiros da rede (LASTRES *et al.*, 2005).

Situado no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, sob a coordenação de José Eduardo Cassiolato e Helena M. M. Lastres, a RedeSist, procurando analisar novas formas do desenvolvimento industrial e tecnológico relacionados à Economia do Conhecimento, além da importância, objetivos e estratégias de políticas tecnológicas e industriais utilizadas no novo cenário econômico internacional, o grupo de pesquisadores atuou no desenvolvimento de uma definição e abordagem metodológica da temática em sistemas e arranjos produtivos locais.

Através de pesquisas empíricas, a RedeSist conseguiu definir Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (SPILs) como:

[...] arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local (CASSIOLATO; LASTRES, 2005, p. 01).

Por sua vez, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) são:

[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO; LASTRES, 2005, p. 01).

Contudo, vale ressaltar que, as pesquisas desenvolvidas pela RedeSist não se limitam a aspectos conceituais e metodológicos, abrangem também:

⁵ São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

- a interação da unidade produtiva com outros agentes locais;
- a criação e difusão de conhecimento, especialmente, tácito;
- a dinâmica do processo de aprendizagem;
- a aproximação física e semelhança de identidade sócio-cultural para obtenção de vantagens competitivas;
- as políticas e ações direcionadas aos arranjos e sistemas produtivos locais.

Ao analisar os dados e/ou informações das pesquisas, a rede de pesquisa comprovou que a concentração geográfica e a interação de atores locais elevam a capacidade de sobrevivência e crescimento das empresas, gerando nelas vantagens competitivas. As empresas aglomeradas, sobretudo as de pequeno e médio porte, obtêm elementos necessários para continuar competindo no mercado brasileiro e permitem, até, um avanço para produzir e comercializar no exterior (LASTRES *et al.*, 2005).

Universidade	Sigla	Estado
Universidade Federal do Acre	UFAC	Acre
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	Alagoas
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	Amazonas
Universidade Federal da Bahia	UFBA	Bahia
Universidade de Brasília	UNB	Brasília
Universidade Federal do Ceará	UFCE	Ceará
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Espírito Santo
Universidade Católica de Goiás	UCG	Goiás
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	Maranhão
Universidade Católica Dom Bosco	UCDB	Mato Grosso do Sul
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Minas Gerais
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	Minas Gerais
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	Paraíba
Universidade Federal do Paraná	UFPR	Paraná
Universidade Federal do Pará	UFPA	Pará
Universidade Federal do Piauí	UFPI	Piauí
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Rio de Janeiro
Universidade Federal Fluminense	UFF	Rio de Janeiro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	Rio Grande do Norte
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	Rio Grande do Sul
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	Rio Grande do Sul
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Santa Catarina
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	Santa Catarina
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	São Paulo
Universidade Estadual Paulista	UNESP	São Paulo
Universidade Federal de Sergipe	UFSE	Sergipe

Quadro 1- Brasil - Universidades parceiras da RedeSist - 2009

Fonte: REDESIST. Elaboração própria.

A RedeSist vem juntando esforços e se fortalecendo cada vez mais. Atualmente, conta com a parceria de 27 universidades (ver Quadro 1). No tocante a outras entidades de apoio, o grupo de pesquisa conta, ainda, com instituições nacionais, como IBGE, IBICT, INT, SEBRAE, FINEP, BNB, BNDES, CNPq, MCT, MDIC, IPEA, FIRJAN e outros; e internacionais, das quais as principais são GLOBELICS, PEKEA, CEPAL, OEA, UNCTAD, UNU-MERIT.

2.2 A Inserção do Enfoque em APLs no PPA 2004-2007 e 2008-2011

O Plano Plurianual (PPA) é uma ferramenta de planejamento prenunciada na Constituição Federal, a qual estabelece os objetivos, diretrizes e metas centrais da Administração Pública Federal para um intervalo de quatro anos. São através do PPA que devem ser norteados os outros planos e programas do governo. Desse modo, o PPA é considerado o instrumento que coordena as ações e projetos de longo prazo aos orçamentos anuais, que asseguram a destinação dos recursos públicos para cada exercício (MPOG, 2007).

O Programa é o instrumento-chave do PPA. Designa-se Programa o complexo de iniciativas orçamentárias, como projetos, atividades e ‘operações especiais’, e não-orçamentárias que visam atingir um fim específico. A associação do grupo de gestão federal com os programas garante melhores resultados para a administração pública (MPOG, 2007).

A inserção da abordagem dos APLs no PPA 2004-2007 e 2008-2011 deu-se no âmbito do Programa 0419, que versa sobre o desenvolvimento de micro, pequenas e médias Empresas. O programa é composto por 16 ações, dentre as quais, três são voltadas para arranjos produtivos locais: Pesquisa de Mercado para Arranjos Produtivos Locais, Projeto Extensão Industrial Exportadora das Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte (PEIEx) e Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte.

A Pesquisa de Mercado visa dar suporte aos projetos de pesquisa de mercado voltados para comércio interno de arranjos produtivos locais formados por micro, pequenas e médias empresas. A ação procura reconhecer oportunidades de negócios e direcionar estrategicamente os empreendimentos em termos de setores produtivos, logística e fornecedores. As informações obtidas servirão para a elaboração do plano de atuação estratégica do APL, objetivando a elevação da capacidade competitiva e a criação de ‘novos mercados’ para o arranjo. A ação é executada mediante o desenvolvimento de estudos e pesquisas, com foco na ampliação da participação no comércio interno das empresas

aglomeradas, realizados através do estabelecimento de convênios com entidades que contribuirão diretamente para a promoção e desenvolvimento dos APLs de cada estado (MPGO, 2008).

A ação Promoção Comercial pretende promover o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, através do elevação da sua participação no mercado. Para isso, busca realizar atividades de capacitação de gestores empresariais e de promoções comercial e estratégica, voltadas para o comércio interno, de empresas aglomeradas (MPGO, 2008).

Por seu turno, o Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), uma das mais importantes ações de promoção e desenvolvimento dos APLs, trata-se de um conjunto de formas de resolver questões de ordem técnica, gerencial e tecnológica, com o fim de elevar a capacidade competitiva e difundir a cultura de exportação das empresas que formam o APL. Ademais esses objetivos, o projeto contempla, ainda, a expansão da disponibilidade de bens e serviços subsidiários oferecidos pelas entidades governamentais e privadas, o incentivo para gerar emprego e renda, a elevação da capacidade inovativa, o estímulo à inovação e a cooperação entre os agentes econômicos, políticos e sociais e outros (MPGO, 2008).

O PEIEx é um projeto estruturador das atividades econômicas e dos APLs, prenunciado na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do Governo Federal, cuja execução se dá pelo convênio entre a Apex-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) e o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) com universidades e/ou instituições de pesquisa nas localidades dos arranjos produtivos ou de setor(es) produtivo(s) selecionado(s). Especificamente, o projeto é composto por 01 Coordenação Geral, desempenhada pelo MDIC, por meio da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, pelo Departamento de Competitividade Industrial e Apex-Brasil; 01 Comitê Consultivo (CC), de dimensão regional, formado por agentes governamentais (estaduais e municipais), associações e entidades de apoio, responsável pela interação dos órgãos federais e estaduais/regionais; 01 Governança Local, composta por entidades pertencentes aos arranjos selecionados, que responde pela governança do arranjo; e, 01 Núcleo Operacional (NO), constituído por 01 coordenador (que faz a interação entre a coordenação geral do projeto, as entidades parceiras e o Núcleo Operacional), 01 monitor extensionista (que responde pela execução das metas do projeto), 07 técnicos extensionistas (responsável pelo acolhimento das empresas aglomeradas) e 04 estagiários (a quem cabe o apoio técnico-administrativo). Ao Núcleo cabe o atendimento às empresas (MDIC, 2005).

O PEIEx desenvolve o acompanhamento técnico aos empreendimentos ou arranjos produtivos, realizado pelos extensionistas; a mobilização e suporte necessário para a formação

de novos empreendimentos e/ou arranjos produtivos; a atração de novas empresas para a participação no Plano de Desenvolvimento das localidades; promove a interação entre agentes econômicos, políticos e sociais; a conscientização dos empreendedores para integração ao PEIEx; envolve os atores locais na modernização de seus produtos, em vista a suprir as fragilidades das empresas; e aumenta a capacidade competitiva das empresas (MDIC, 2005).

No tocante às suas principais ações nas unidades produtivas, podem-se citar:

- Identificação da fase tecnológica em que se encontra a empresa;
- Melhoria na administração e técnicas de produção das unidades;
- Mobilização dos empresários para a inovação e aproveitamento das oportunidades de negócios;
- Busca pela proximidade da empresa com o fornecedor da tecnologia, agilizando a aprovação e adesão ao PEIEx , quando identificado o instrumento de extensão oferecido na localidade do Núcleo Operacional (MDIC, 2005).

O trabalho a ser cumprido nas empresas divide-se em 06 etapas. A primeira refere-se à criação de uma base de dados das empresas. A segunda, da marcação de visitas técnicas. A etapa posterior trata da visita para exposição do PEIEx. A quarta diz respeito ao diagnóstico da empresa. Nesta etapa, através da coleta de informações e elaboração de relatório, os extensionistas conseguem identificar as oportunidades e os gargalos de todos os setores da empresa. A quinta trata da introdução de benfeitorias no ambiente produtivo. A última etapa consiste na avaliação do PEIEx pelo dirigente da empresa.

Tabela 1 - Brasil - Núcleos Operacionais do PEIEx - 2005

Estado	Núcleo Operacional
Rio Grande do Sul	7
Minas Gerais	6
Bahia	4
Paraná	3
Ceará	1
Distrito Federal	1
Pernambuco	1
Sergipe	1
Goiás	1
Total	25

Fonte: MDIC, 2005. Elaboração própria.

Por meio do convênio firmado, em 2008, com a Apex-Brasil e universidades e/ou instituições de pesquisa tecnológica, no valor de R\$ 10,06 milhões, o PEIEx instituiu 25 Núcleos Operacionais, distribuídos em 09 estados do Brasil: Rio Grande do Sul (07), Minas Gerais (06), Bahia (04), Paraná (03), Ceará (01), Distrito Federal (01), Pernambuco (01), Sergipe (01) e Goiás (01), conforme Tabela 1. O convênio resultou no beneficiamento de 5.348 empresas em 2009.

2.3 O Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais: O GTP-APL

Em 03 de agosto de 2004, através da Portaria Interministerial nº 200, reeditada em 24 de outubro de 2005, foi criado o GTP APL. Formado por 33 entidades governamentais e não governamentais de amplitude nacional, incluindo 12 Ministérios, o GTP APL é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e apoiado pela Secretaria Técnica lotada no Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas da Secretaria do Desenvolvimento da Produção.

O GTP APL tem como objetivo utilizar uma metodologia de suporte incorporada a arranjos produtivos locais, fundamentada na articulação das iniciativas públicas. O Grupo foi criado com as seguintes atribuições:

- a) identificar os APLs que existem no Brasil;
- b) formular um Termo de Referência que incluísse conceitos e metodologia importantes para os APLs;
- c) estabelecer critérios de atuação articulada governamentais para a promoção e consolidação de arranjos;
- d) indicar o modelo de gestão multissetorial para as iniciativas públicas, de âmbito federal, no apoio aos arranjos; e
- e) formar sistemas de informação, com o fim de gerenciar as ações de apoio aos arranjos produtivos locais (MDIC, 2004).

Destarte, o trabalho inicial do GTP APL foi o de identificar os APLs brasileiros. No estágio piloto, realizado em 2004, a seleção dos APLs deu-se a partir de um “Levantamento da Atuação Institucional de APL” que registrou o número de arranjos produtivos existentes nas localidades das 11 entidades integrantes do GTP APL. Para o registro, abrangeu-se APLs

em suas distintas fases de desenvolvimento, incluindo nível de integração territorial e potencial de cooperação com empresas e diferentes atores locais. A seleção foi baseada em características, como: i) quantidade de entidades de apoio ao arranjo; ii) mínimo de um arranjo por macrorregião; e iii) diversidade de atividades econômicas no quadro de arranjos selecionados. O levantamento identificou 460 APLs no Brasil.

Em 2005, a partir de informações provenientes de 37 entidades governamentais e não-governamentais, de âmbito federal e estadual, foi realizado um segundo levantamento. O número de APLs identificados passou para 957. O levantamento permitiu a elaboração de relatórios sobre o cenário econômico do estado e da entidade de apoio ao arranjo na localidade.

Posteriormente, visando evidenciar alguns dos arranjos produtivos identificados e aumentar a eficácia do GTP APL, foi elaborada uma lista de até 5 APLs por estado, indicados pelas entidades participantes do GTP APL para serem priorizados em 2005-2006. A lista continha 141 APLs prioritários. Em 2007, com base em informações dos 27 núcleos estaduais de apoio aos APLs, o Levantamento Institucional foi atualizado, registrando um total de 261 APLs prioritários. Tendo como propósito formar uma relação de dados sócio-econômicos padronizados dos APLs, o levantamento incluiu dados como: população, IDH, PIB, número de empresas por porte, empregos gerados e valor da produção.

De acordo com o Termo de Referência do GTP APL, os Arranjos Produtivos Locais devem apresentar características como:

Ter um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante; e que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança. Pode incluir pequenas e médias empresas (www.mdic.gov.br).

Baseando-se nessas características, foi detectado um número significativo de APLs no Brasil, o qual elevou a importância da criação da “Estratégia de Ampliação da Atuação do GTP APL”. A Estratégia se deu a partir da necessidade de utilizar instrumentos de atendimento aos projetos e de articular entidades estaduais a fim de incentivar e envolver os gestores dos APLs na preparação dos Planos de Desenvolvimento. Para tanto, procurou-se instalar em cada estado um núcleo estadual de APLs, formado por instituições de diferentes setores da sociedade com capacidade para planejar e implementar os PDPs (Plano de Desenvolvimento Preliminar), também conhecido como PDs (Plano de Desenvolvimento).

Para compor o núcleo estadual, o GTP APL sugeriu a participação de, no mínimo: um agente da iniciativa pública estadual, atuante do tema em seu estado; um agente do Sistema S;

um agente de uma entidade financeira; um agente da unidade produtiva; um agente de entidades científico-tecnológicas; e um agente dos trabalhadores (MDIC, 2004).

Com o desafio de melhorar e elevar o apoio aos arranjos produtivos locais existentes, o GTP APL, sua Secretaria Técnica e o Núcleo de APL de cada estado brasileiro, desempenham papéis fundamentais na Estratégia de Ampliação da Atuação do GTP APL, o que pode ser observado no Quadro 2.

Instância	Papel
Núcleo Estadual	1) Promover a Reunião de Sensibilização nos APLs selecionados no seu estado para provocar a elaboração dos PDPs; 2) Acompanhar a elaboração dos PDPs; 3) Receber e apreciar os PDPs dos APLs selecionados; 4) Promover as Rodadas de Apreciação dos PDPs a nível estadual; 5) Articular soluções estaduais para as demandas dos APLs selecionados; 6) Submeter ao GTP APL as demandas que podem ser resolvidas no âmbito federal; 7) Acompanhar a implementação das ações do PDP; e 8) Reportar resultados ao GTP APL.
Secretaria Técnica do GTP APL	1) Encaminhar o formulário de PDP ao Núcleo Estadual; 2) Receber e encaminhar os PDPs às instituições do GTP APL; 3) Promover os Workshops de Integração dos Instrumentos em nível federal; 4) Articular soluções federais para as demandas dos APLs selecionados; 5) Consolidar e encaminhar a Agenda de Compromissos de âmbito federal aos núcleos estaduais e aos interlocutores do APL; 6) Disponibilizar o sistema de informação (em construção) para o encaminhamento dos processos de análise e para acompanhamento da implementação das ações dos PDPs.
GTP APL	1) Receber os PDPs da Secretaria Técnica; 2) Analisar as ações do PDP a partir das condições de atendimento dos instrumentos disponíveis e de suas regras de acesso; 3) Participar dos Workshops de Integração das Ações; 4) Participar da construção da Agenda de Compromisso de âmbito federal; e 5) Promover os projetos específicos.

Quadro 2 - Brasil - Papel das instâncias da Estratégia de Ampliação da Atuação do GTP APL

Fonte: MDIC, 2004. Elaboração própria.

Partindo do argumento de que distintos agentes econômicos, políticos e sociais são capazes de juntar esforços e apontar suas demandas conjuntas, através de ações individuais ou de organizações comprometidas com o setor econômico, o trabalho desenvolvido pelo GTP APL possui duas linhas centrais de atuação. A primeira versa sobre a conscientização e importância da ação local, através do incentivo à elaboração de planos de desenvolvimento, com a participação fundamental de entidades de âmbito local e regional, e da procura pela interação dos atores locais, a fim de impulsionar o processo de elaboração do plano. A segunda linha refere-se ao fomento: i) da equiparação do conhecimento das ações de cada agente nos arranjos; ii) do uso comum de um meio de comunicação local, estadual e federal; e iii) da adequação das agendas institucionais a uma ‘estratégia de atuação’ única (MDIC, 2004).

Assim, a metodologia do GTP APL procura articular os agentes locais para a identificação de seus problemas e oportunidades, bem como de suas ações e políticas, em um

plano de desenvolvimento para cada APL. Desse modo, o Plano de Desenvolvimento Preliminar (PDP) é um documento único com a finalidade de retratar as ações conjuntas de atores locais, contendo informações acerca dos entraves e potencial de mercado dos APLs, das ações previstas e em andamento para tornar os arranjos bem-sucedidos; bem como acerca dos investimentos necessários para o desenvolvimento local.

Segundo Cervieri (2008), o processo de elaboração do PDP único, com base na governança local, necessita compreender:

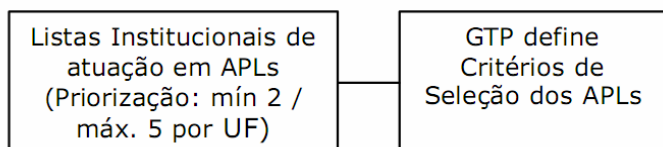
- a criação de uma infra-estrutura institucional e operacional na esfera do GTP APL, através da articulação das entidades e demais atores locais integrantes;
- a criação de uma infra-estrutura locacional para coordenar as ações dos atores em prol do desenvolvimento dos APLs;
- a criação de infra-estruturas institucionais para atuar conjuntamente as iniciativas públicas.

No que concerne à sua execução no núcleo estadual, o PDP passa, necessariamente, por três estágios. No primeiro momento, o núcleo é orientado a elaborar o PDP de acordo com as normas do termo de referência para atuação do GTP APL. Para tanto, é indispensável capacitar e treinar os recursos humanos das entidades que trabalharão com os APLs, bem como integrantes dos núcleos. Nesse estágio, compete a cada núcleo incorporar critérios e procedimentos para a padronização dos PDPs. No segundo estágio, o Núcleo envia o PDP à Secretaria Técnica do GTP APL. O documento enviado deve ter sido aprovado, segundo normas e critérios estabelecidos no Manual Operacional. Após receber o PDP, a Secretaria entrega-o aos participantes do grupo de trabalho (GT), os quais indicarão as melhores formas de apoio aos APLs. Posteriormente, a Secretaria informará aos elaboradores do PDP e aos núcleos para contactarem os responsáveis pelas instituições, citados em uma “Agenda de Compromisso” do Governo Federal. No terceiro estágio, através da agenda de compromisso, as entidades federais, estaduais e locais são encarregadas de fomentar as cooperações e discussões, com o fim de possibilitar os esforços e ações previstas nos seus PDPs (MDIC, 2004).

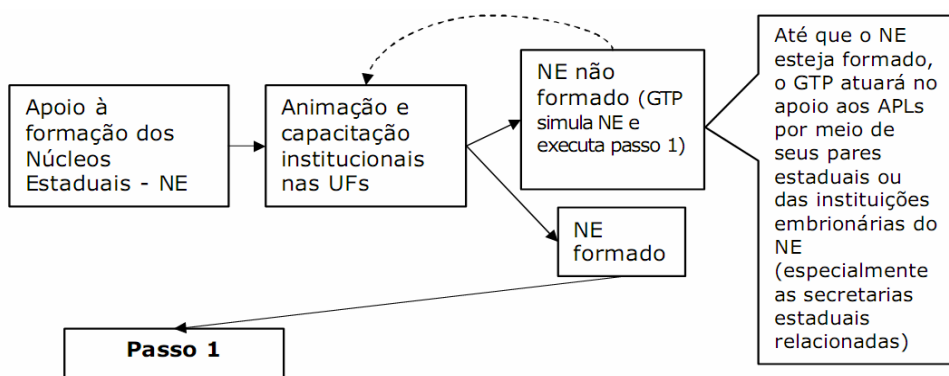
A Figura 1 resume as etapas supracitadas percorridas por cada instância envolvida na Estratégia de Ampliação de Atuação do GTP APL. O fluxograma mostra desde a etapa preliminar - referente à identificação dos arranjos produtivos locais existentes no Brasil - ,

passando pela forma de atuação, até a ação integrada do GTP APL, da Secretaria Técnica do GTP APL e do núcleo de apoio de cada estado.

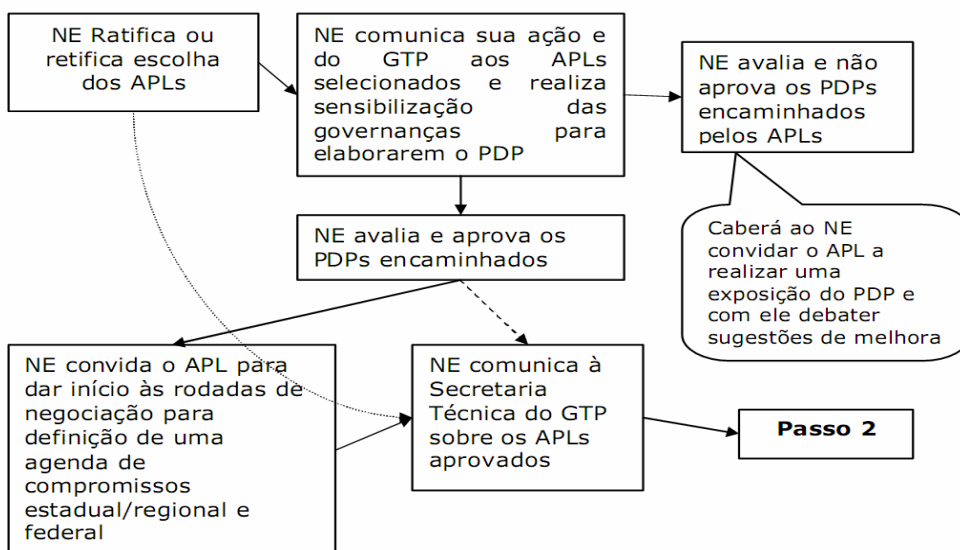
1) Etapa preliminar



2) Iniciativa do GTP APL



3) Passo 1: Iniciativa estadual/regional



4) Passo 2: Ação integrada do Núcleo Estadual/GTP APL

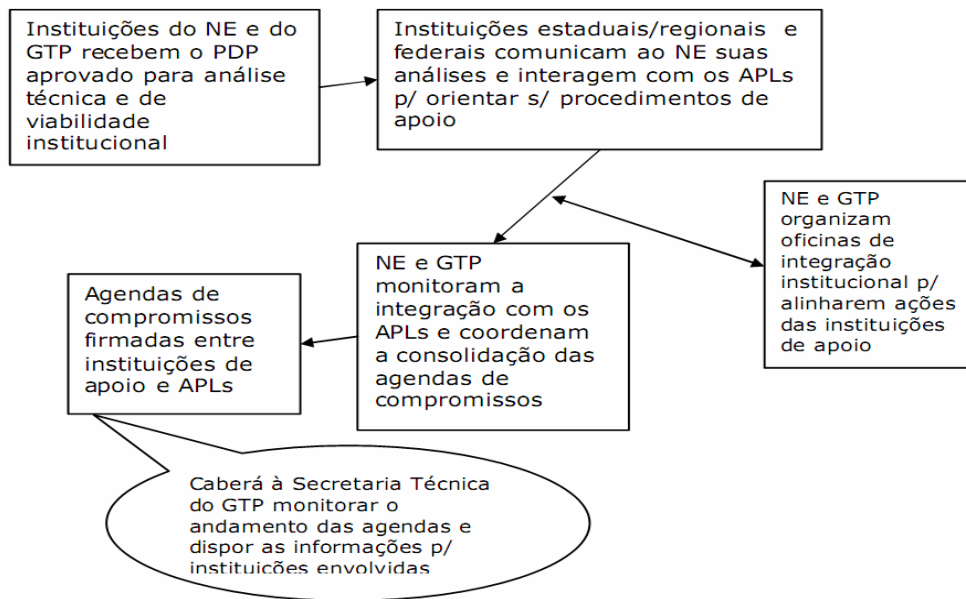


Figura 1- Brasil - Fluxograma da Estratégia de Ampliação da Atuação do GTP APL

Fonte: MDIC, 2004.

Como visto, as instituições públicas estão cientes das vantagens dos arranjos produtivos para a região e a localidade. O governo, a nível federal e estadual, tem, cada vez mais, juntado esforços para articular e coordenar as ações voltadas para este tipo de empreendimento. Analisando os indicadores de cada estado, percebe-se o quanto se evoluiu. Diante do exposto, antes de tratar da política e ações voltadas para os arranjos produtivos de Sergipe, faz-se necessário retratar a dinâmica econômica do estado.

Capítulo 3

O CENÁRIO ECONÔMICO SERGIPANO: ASPECTOS GERAIS

Sergipe, ocupando 21.910,3 km², o que corresponde a 0,26% da área nacional, em termos de extensão territorial, é o menor estado do Brasil. Situado no Nordeste, representando 1,4% do território da região, Sergipe limita-se ao Norte com o estado de Alagoas (tendo como demarcador o rio São Francisco), ao Sul e ao Oeste com o estado da Bahia e a Leste com o Oceano Atlântico.

Na busca de entender a dinâmica da economia sergipana e os fatores que levaram à nova territorialização - essencial para o planejamento de ações e políticas públicas, sobretudo, com foco nos APLs -, este capítulo, referente aos aspectos gerais da economia sergipana, está dividido em três seções. Na primeira, é apresentado um breve panorama de Sergipe no Brasil e no Nordeste. Na segunda, são expostas as características gerais do estado, enfatizando os principais indicadores econômico-sociais. Na terceira, é apresentada a organização político-administrativa com sua nova territorialização.

3.1 Um Breve Panorama do Estado de Sergipe em Relação ao Nordeste e ao Brasil

Sergipe possui uma população estimada de 1.939.426 habitantes, respondendo por aproximadamente 1,1% da população do país e 3,8% da região, e uma densidade demográfica de 89,9 hab/km², acima das médias do Nordeste (32,8 hab/km²) e do Brasil (21,6 hab/km²), conforme contagem populacional 2007 do IBGE. Com 81,7%, o estado possui a maior taxa de urbanização da região, ultrapassando a média do Nordeste, de 71,8%, e pouco inferior à nacional, de 83,5%.

Ao observar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador que mede a qualidade de vida humana de um determinado país, região ou localidade, através dos indicadores longevidade, renda e educação, pode-se afirmar que o nível de desenvolvimento e condições de vida da população sergipana tem melhorado gradativamente. Em 2002, o estado alcançou um índice de 0,730; em 2003, passou para 0,736. Melhores resultados ocorreram no período de 2005 a 2007, quando cresceu relativamente 28 pontos, passando de 0,742 para 0,770. Apesar disso, nesses cinco anos, os índices de Sergipe estiveram acima dos do Nordeste, porém abaixo dos do Brasil, que, em 2002, apresentaram IDH de 0,706 e 0,782; e, em 2007, de 0,749 e 0,816, respectivamente (ver Gráfico 1).

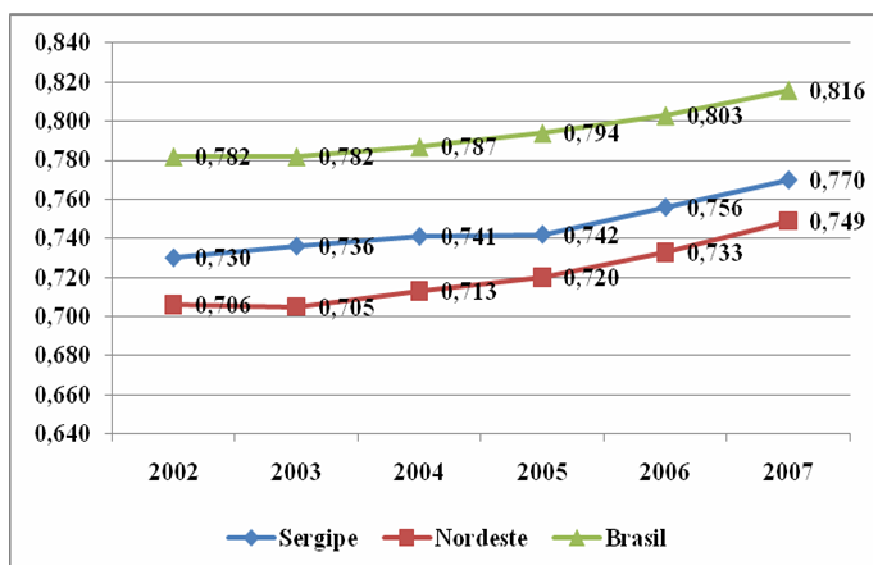


Gráfico 1 - Sergipe, Nordeste e Brasil - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - 2002 - 2007

Fonte: PNUD (2002-2005) e Banco Central (2006/2007). Elaboração própria.

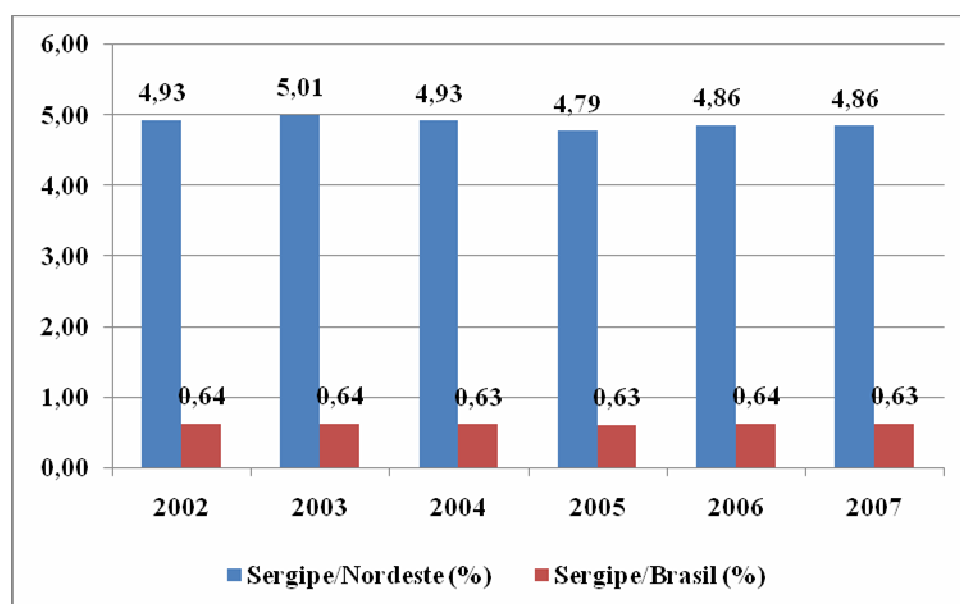


Gráfico 2 - Sergipe - Participação no Produto Interno Bruto (PIB), a preços de mercado, em relação ao Nordeste e ao Brasil, em % - 2002-2007

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A participação de Sergipe, na região Nordeste e no Brasil, com relação ao PIB, variou no período de 2002 a 2007. Em 2002, Sergipe representava 4,93% do total do PIB da região. Em 2003, esse percentual subiu para 5,01%, atingindo o melhor resultado no período. Em 2004, a participação caiu para 4,93%. Chegando 2006, o percentual atingiu 4,86%, mantendo-se estável até 2007. No que concerne à sua participação no Brasil, o quadro mostrou-se quase

constante. Em 2002, a participação era de 0,64% e em 2004, de 0,63%. Em 2006, retornou-se ao percentual de 0,64%, como observado no Gráfico 2.

Considerando outro indicador de análise da qualidade de vida, o PIB “*per capita*” do estado aumentou no período de 2002 a 2007. No início do intervalo, o PIB “*per capita*” era de R\$ 5.059,88, superior ao da região (R\$ 3.890,86), mas inferior ao nacional (R\$ 8.378,10). Em 2007, o valor subiu para R\$ 8.711,70, continuando acima do do Nordeste (R\$ 6.748,81) e abaixo do Brasil (R\$ 14.464,73), conforme Tabela 2. O PIB *per capita* é obtido através da divisão da renda total com a população. De acordo com Sandroni (2005), o indicador dá uma noção do grau de desenvolvimento do país. Contudo, por se tratar de uma média, não revela como a renda é repartida entre sua população.

Tabela 2 - Sergipe, Nordeste e Brasil - Produto Interno Bruto *per capita* – 2002-2007

Ano	PIB <i>per capita</i> (R\$)		
	Sergipe	Nordeste	Brasil
2002	5.059,88	3.890,86	8.378,10
2003	5.718,37	4.355,28	9.497,69
2004	6.289,39	4.898,99	10.692,19
2005	6.823,61	5.498,83	11.658,10
2006	7.559,35	6.028,09	12.686,60
2007	8.711,70	6.748,81	14.464,73

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A exportação de produtos é muito relevante para o aumento da competitividade. De 2002 a 2007 a participação de Sergipe no Nordeste apresentou expressivas variações. No início do período, o estado representou 0,81% do que foi exportado no Nordeste, caindo para 0,64% e, posteriormente, 0,59% nos dois anos subsequentes. Em 2005, a participação começou a aumentar, chegando a alcançar, em 2007, um percentual de 1,11%, ou seja, a responder a pouco mais de 1% das exportações da região. A partir desse ano, a participação do estado foi caindo, chegando, em 2009, a 0,52%. Com relação ao Brasil, o quadro não é diferente. A participação de Sergipe é ínfima, não chegando a 0,1%, em 2009. Isso reflete o grau de integração externa da economia de Sergipe e a necessidade de elevar sua cultura de exportação (ver Gráfico 3).

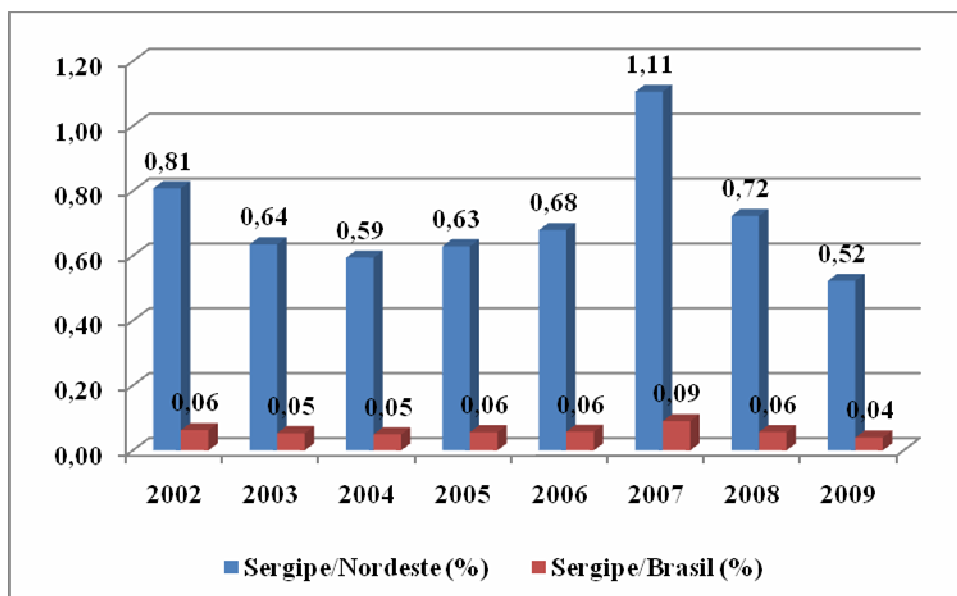


Gráfico 3 - Sergipe - Participação na exportação em relação ao Nordeste e ao Brasil, em % - 2002-2009

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração própria.

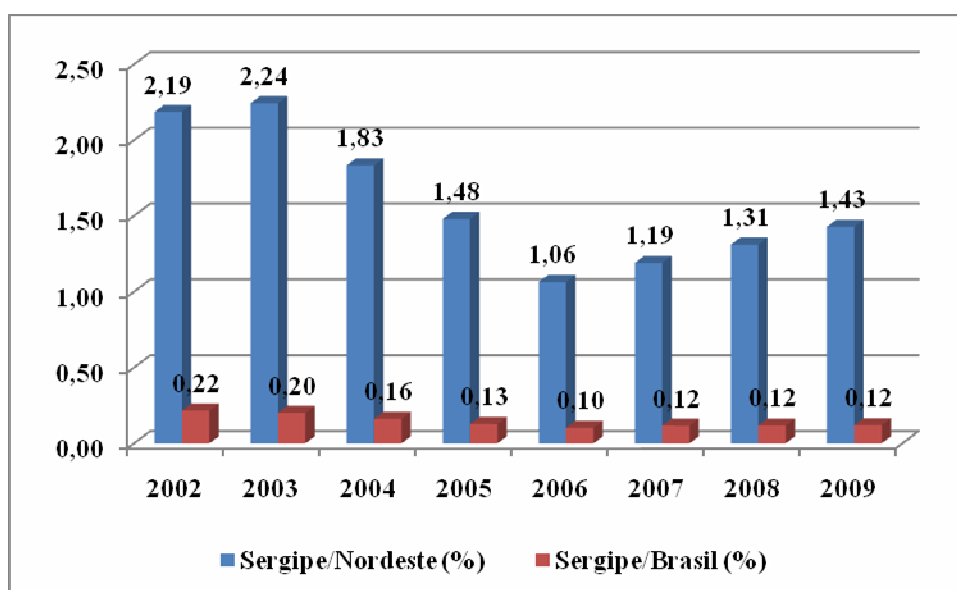


Gráfico 4 - Sergipe - Participação na importação em relação ao Nordeste e ao Brasil, em % - 2002-2009

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração própria.

No tocante às importações, no ano de 2002, Sergipe foi responsável por 2,19% das compras internacionais do Nordeste e 0,22% das nacionais. No ano seguinte, o percentual subiu para 2,24% e 0,20%, respectivamente. De 2004 a 2006, a participação do estado foi obtendo valores cada vez menores. Depois de responder, em 2006, por 1,06% das importações da região e 0,10% do país, a participação de Sergipe começou a aumentar,

alcançando, em 2009, um percentual de 1,43% das compras internacionais do Nordeste e 0,12% do Brasil (ver Gráfico 4).

3.2 Características Gerais da Economia Sergipana

A balança comercial registra o valor das exportações e das importações de mercadorias de um país, em determinado período. Quando o montante das exportações é superior ao das importações, tem-se um superávit ou saldo positivo na balança comercial; quando, ao contrário, o montante das importações ultrapassa o das exportações, a balança é deficitária ou apresenta saldo negativo.

A Tabela 3 mostra que a balança comercial sergipana, entre 2002 e 2006, registrou déficits. Em 2007, apesar da crise financeira internacional, a balança encerrou o ano com o superávit de US\$ 4,5 milhões, o que reflete a fraca sensibilidade da economia sergipana frente ao momento. Nos dois anos subsequentes, a balança comercial voltou a registrar déficits. Em 2008, o saldo negativo somou US\$ 91,88 milhões; em 2009, US\$ 92,58 milhões.

Tabela 3 - Sergipe – Valor das exportações, importações e saldo da balança comercial - 2002-2009

(US\$ 1.000 FOB)

Ano	E x p o r t a ç ã o		I m p o r t a ç ã o		S a l d o
	Valor (A)	Var% (*)	Valor (B)	Var % (*)	(A) – (B)
2002	37.630	- - -	101.886	- - -	-64.256
2003	38.847	3,23	97.152	-4,65	-58.305
2004	47.792	23,03	101.051	4,01	-53.260
2005	66.482	39,11	93.359	-7,61	-26.877
2006	79.002	18,83	94.224	0,93	-15.221
2007	144.760	83,24	140.196	48,79	4.564
2008	111.677	-22,85	203.560	45,20	-91.883
2009	60.730	-45,62	153.318	-24,68	-92.580

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração própria.

Nota: (*) Var% => Critério de Cálculo: Anual = Sobre o ano anterior na mesma proporção mensal

A Tabela 3 mostra, ainda, que, no período de 2002 a 2007, as vendas externas cresceram gradativamente. O valor que, em 2002, era de US\$ 37,63 milhões, subiu para US\$ 144,76 milhões, em 2007. Após este ano, as exportações recuaram. Em 2008, as exportações alcançaram o valor de US\$ 111,68 milhões, um recuo de 22,85% frente ao ano anterior. Valor ainda menor foi atingido em 2009, US\$ 60,73 milhões, ou seja, uma queda de 45,62% em relação a 2008.

Em 2009, as importações também apresentaram queda, face ao ano de 2008, registrando o montante de US\$ 153,31 milhões contra US\$ 203,56 milhões, declínio de 24,68%. Confrontando-se o montante das importações de 2008 com o montante do ano de 2007, a redução foi de 45,20% (ver Tabela 3).

Tabela 4 - Sergipe - Os 20 principais produtos exportados – 2009

Produtos exportados	2009 (Jan/Dez)	
	US\$ F.O.B	Part%
Total	60.729.971	100,00
Sucos de laranjas, congelados, não fermentados	20.147.331	33,18
Cimentos não pulverizados ("Clinkers")	10.380.804	17,09
Outs. açúcares de cana, beterraba, sacarose Quim	8.724.999	14,37
Outs. Calç. Cobr. Tornoz. Part. Sup. Borr., Plást.	6.600.238	10,87
Sucos De Outras Frutas, Prods. Horticolas, Nao F	4.303.875	7,09
Outros Sucos De Abacaxi	2.100.869	3,46
Outras Frutas Congelad. N/Cozidas, Cozidas Em A	1.278.512	2,11
Outs. Sucos De Outs. Citricos	1.268.197	2,09
Tecido De Algodao >=85%, Tinto, Ponto Sarjado, Pe	1.099.718	1,81
Aquecedores Eletr. De Agua, Incl. De Imersao, Uso	1.036.100	1,71
Outs. Calçados De Materia Textil, Sola De Borra	830.792	1,37
Outros Oleos Essenciais, De Laranja	637.287	1,05
Suco De Abacaxi Com Valor Brix <=20	320.584	0,53
Outs. Couros Bovinos, Incl. Bufalos, N/Div. Umid. P	318.294	0,52
Roupas De Toucador/Cozinha, De Tecidos Atoalh.	303.786	0,50
Outras Frutas Secas	256.377	0,42
Tecido Poliester <85% C/Algodao, P>170g/M2, Sarj	236.413	0,39
Outs. Calçads. Sol. Ext. Borr./Plást. Couro/Nat.	159.182	0,26
Tecido Algodao <85%, Tinto/Fibr. Sint/Art. Sarjad	139.018	0,23
Resistencias Aquecim. P/Apars. Eletroterm. Uso D	79.187	0,13
Demais produtos	508408	0,82

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração própria.

No que diz respeito aos produtos que compõem a pauta das exportações, merecem destaque, em 2009, os sucos de laranja, representando 33,18% do total; seguido por cimentos não pulverizados - Clinkers (17,09%) e outros açúcares de cana, beterraba, sacarose (14,37%). Os três produtos, juntos, respondem por 64,64% do total das exportações de Sergipe, o que equivale a US\$ 39,25 milhões (ver Tabela 4). Já entre as principais empresas exportadoras, em 2009, destacam-se a Maratá, correspondendo a 25,10% de tudo o que foi exportado; a Tropfruit, com 24,21%; e a Companhia de Cimento Portland Poty, com 17,09% (ver Tabela 5).

Tabela 5 - Sergipe - As 20 principais empresas exportadoras – 2009

Empresas exportadoras	2009 (Jan/Dez)	
	US\$ F.O.B	Part%
Total	60.729.971	100,00
Marata Sucos do Nordeste Ltda.	15.241.678	25,10
Tropfruit Nordeste S/A	14.700.857	24,21
Companhia de Cimento Portland Poty	10.380.804	17,09
Calçados Hispana Ltda	6.986.069	11,50
Energy Comercial Importadora e Exportadora Ltda	6.764.859	11,14
Usina São Jose do Pinheiro Ltda	1.963.980	3,23
Santista Textil Brasil S.A.	1.572.509	2,59
Sideragro Siderúrgicos e Agropecuários Ltda	714.426	1,18
Dakota Calçados S/A	345.453	0,57
Curtume Souza Ltda	318.294	0,52
Calçados Azaléia Nordeste S/A	306.010	0,50
Sergipe Industrial SA	305.896	0,50
Duas Rodas Nordeste Indústria de Alimentos Ltda	260.670	0,43
Novinternational Exportadora e Comercial Ltda	203.006	0,33
Destro Macro Exportação de Alimentos Ltda	150.028	0,25
Forcomex Trade Company Brasil Ltda - ME	137.472	0,23
Flama Fábrica de Laminados de Mármore S A	74.120	0,12
Latinex International Importação e Exportação Ltda	73.551	0,12
Dedini S/A Indústrias de Base	58.734	0,10
Londres Macro Atacado de Produtos Alimentícios	32.120	0,05
Demais empresas	139.435	0,21

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração própria.

Com relação aos produtos importados em 2009, os três principais foram trigo, representando 14,18% do total das importações; coque de petróleo não-calcinado, com 8,47%; e elevadores de líquidos, correspondendo a 6,77% (ver Tabela 6). Já entre as principais empresas importadoras, lidera a Petrobras, com 19,75%. O segundo lugar é ocupado pela Aruma Produtora de Embalagens (15,71%) e o terceiro pela Moinho de Sergipe (14,18%). Em seguida vêm as empresas Fertilizantes Heringer (12,45%) e Companhia de Cimento Portland Poty (8,54%) (ver Tabela 7).

Tabela 6 - Sergipe - Os 20 principais produtos importados – 2009

Produtos importados	2009 (Jan/Dez)	
	US\$ F.O.B	Part%
Total	153.317.521	100,00
Trigo (Exc.Trigo Duro Ou P/Semeadura),E Trigo	21.735.168	14,18
Coque De Petróleo Nao Calcinado	12.990.296	8,47
Elevadores de Líquidos	10.382.314	6,77
Sulfato de Amônio	10.048.627	6,55
Diidrogeno-Ortofosfato De Amonio,Incl.Mist.Hi	6.042.087	3,94
Fio De Fibras Artificiais>=85%,Simples	5.950.281	3,88
Outs.Maqs.Ferram.P/Forjar/Estampar Metais,Mar	5.512.081	3,60
Outras Máquinas Ferram.P/Enrolar,Arquear,Etc.	3.948.199	2,58
Maquinas E Aparelhos P/Encher Caixas/Sacos Co	2.896.507	1,89
Tubo Rígido,De Outros Plásticos	2.385.659	1,56
Outs.Máqs.Aps.Ofset Form.<=37,5x51cm	2.280.954	1,49
Outras Maquinas E Aparelhos Mecanicos C/Funca	2.046.037	1,33
Maquinas Ferram.P/Cisalhar Metais,C/Comando N	1.915.681	1,25
Superfosfato,Teor De Pentoxido De Fósforo (P2	1.912.846	1,25
Tubos D/Perfuração S/Cost.D/Aços Ñ Ligados	1.898.245	1,24
Outras Bombas Volumetricas Alternativas	1.699.822	1,11
Bacalhaus Polares,Lings,Zarbos,Etc.Secos,Nao	1.674.807	1,09
Maquinas E Apars.P/Limpar/Secar Garrafas/Outs	1.584.529	1,03
Outs.Maquinas E Apars.P/Empacotar/Embalar Mer	1.528.303	1,00
Apars.Elevadores/Transp.De Mercadorias,De Tir	1.482.520	0,97
Demais produtos	53.402.558	34,82

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração própria.

Tabela 7 - Sergipe - As 20 principais empresas importadoras – 2009

Empresas importadoras	2009 (Jan/Dez)	
	US\$ F.O.B	Part%
Total	153.317.521	100,00
Petróleo Brasileiro S A - Petrobras	30.281.463	19,75
Aruma Produtora de Embalagens do Sergipe Ltda	24.087.617	15,71
Moinho de Sergipe SA	21.735.168	14,18
Fertilizantes Heringer S.A.	19.082.535	12,45
Companhia De Cimento Portland Poty	13.090.433	8,54
Ematex do Nordeste Ltda	8.270.434	5,39
Indústrias Alimentícias Maratá Ltda.	5.335.401	3,48
Schlumberger Serviços de Petróleo Ltda	4.106.507	2,68
G. Barbosa Comercial Ltda.	2.862.854	1,87
Colortêxtil Nordeste Ltda	2.375.401	1,55
Vale S.A.	2.193.447	1,43
Nataly Group Importação e Exportação Ltda	2.063.229	1,35
Fapese - Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão	1.802.790	1,18
Indústria Alimentícia Mendonça Ltda	1.198.257	0,78
Intergriffé's Nordeste Indústria de Confecções	1.054.237	0,69
H Dantas Construção e Reparos Navais Ltda	879.244	0,57
Fertinor Fertilizantes Ltda	876.627	0,57
Radio Televisão de Sergipe SA	784.373	0,51
Sandvik Mining and Construction do Brasil S/A	740.544	0,48
Fiação e Tecelagem Nortista Ltda.	604.923	0,39
Demais empresas	9.892.037	6,46

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração própria.

Entre 2002 e 2007, o Produto Interno Bruto – PIB apresentou crescimento. Com um PIB de R\$ 16,9 bilhões, em 2007, Sergipe cresceu 15,01% em relação ao ano anterior. Quando comparado ao ano de 2002, a taxa de crescimento foi de 78,71% (ver Gráfico 5). O resultado foi atribuído ao aumento da demanda interna, possibilitado pela geração de novos empregos e postos de trabalho.

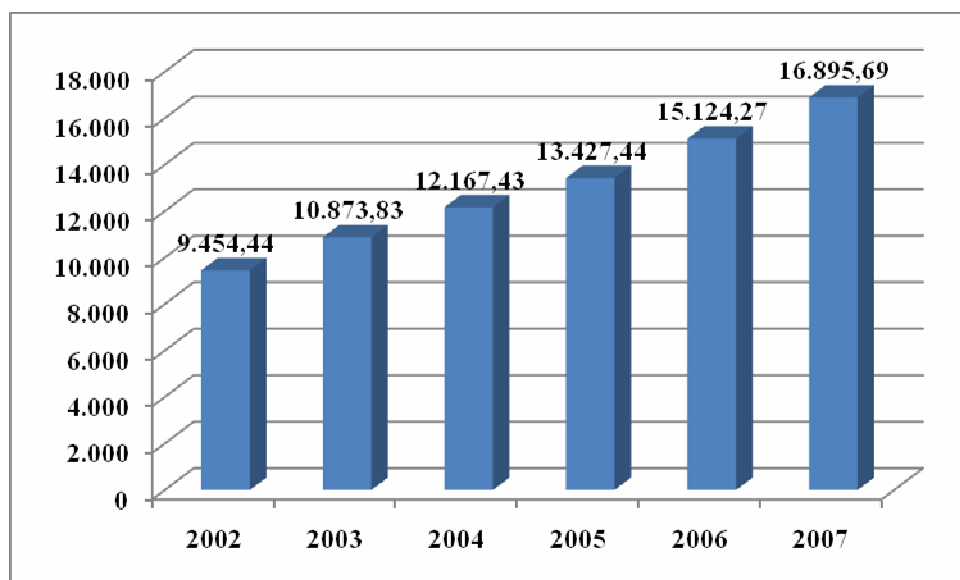


Gráfico 5 - Sergipe - Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado (R\$ milhões) – 2002-2007

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Tabela 8 - Sergipe - Nº de estabelecimentos com vínculos, por atividade econômica - 2002/-2008

Atividade econômica	2002		2008	
	Número	%	Número	%
Comércio	5969	37,80	7965	39,45
Serviços	5405	34,23	6840	33,87
Agropecuária	1894	11,99	2235	11,07
Ind. de Transformação	1267	8,02	1647	8,16
Construção Civil	947	6,00	1169	5,79
Administração Pública	190	1,20	246	1,22
Extrativa Mineral	27	0,17	62	0,31
Serv. Ind. de Utilidade Pública	91	0,58	28	0,14
Total	15.790	100,00	20.192	100,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Os dados da Tabela 8 revelam uma expansão no número de estabelecimentos em Sergipe, no período de 2002 a 2008, de 27,88%. O número de empresas localizadas em

Sergipe foi de 20.192 contra 15.790. Maior parte das empresas pertence ao Comércio (39,45%), seguido pela atividade de Serviço, com 6.840 empresas (33,87%). A Agropecuária e Indústria de Transformação ocupam a terceira e quarta posições, contando com 2.235 (11,07%) e 1.647 (8,16%) estabelecimentos, respectivamente. Vale destacar, também, o número de empresas de Construção Civil, 1.169, o que equivale a 5,79% do total.

No que se refere ao número de empregos gerados, através da Tabela 9, pode-se verificar um crescimento de 33,41%, no período de 2002 a 2008, decorrente da situação positiva da demanda interna. Com 35,08% do total, em 2008, a Administração Pública foi a atividade que mais criou oportunidades de trabalho; seguida pela de Serviços, com 25,8%. As atividades que menos contribuíram para esse resultado foram as de Serviço Industrial de Utilidade Pública (1,2%) e Extração Mineral (1,4%).

Tabela 9 - Sergipe - N° de trabalhadores formais, por atividade econômica – 2002/2008

Atividade econômica	2002		2008	
	Número	%	Número	%
Administração Pública	97.104	40,58	111.978	35,08
Serviços	59.652	24,93	82.275	25,77
Comércio	31.431	13,13	48.674	15,25
Ind. de Transformação	25.155	10,51	34.265	10,73
Construção Civil	12.995	5,43	20.997	6,58
Agropecuária	7.448	3,11	12.777	4,00
Extrativa Mineral	1.619	0,68	4.537	1,42
Serv. Ind. de Utilidade Pública	3.901	1,63	3.743	1,17
Total	239.305	100,00	319.246	100,00

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

O Gráfico 6 trata da participação da mão-de-obra, em termos de gênero, na economia sergipana. Em 2002, os trabalhadores do sexo masculino detinham 57,25% da participação total. Em 2008, o percentual subiu para 58,40%. Apesar dessa pequena queda, a mulher tem ganhado cada vez mais espaço no mercado de trabalho, em reflexo à redução da taxa de fecundidade e ao aumento de seu grau de instrução.

Analisando os dados da participação da mão-de-obra, em relação ao sexo, por recorte setorial, verifica-se que, em todos os setores da economia, os homens respondem por mais da metade da mão-de-obra total, exceto na Administração Pública, na qual quase 60% dos trabalhadores são mulheres (ver Gráfico 7).

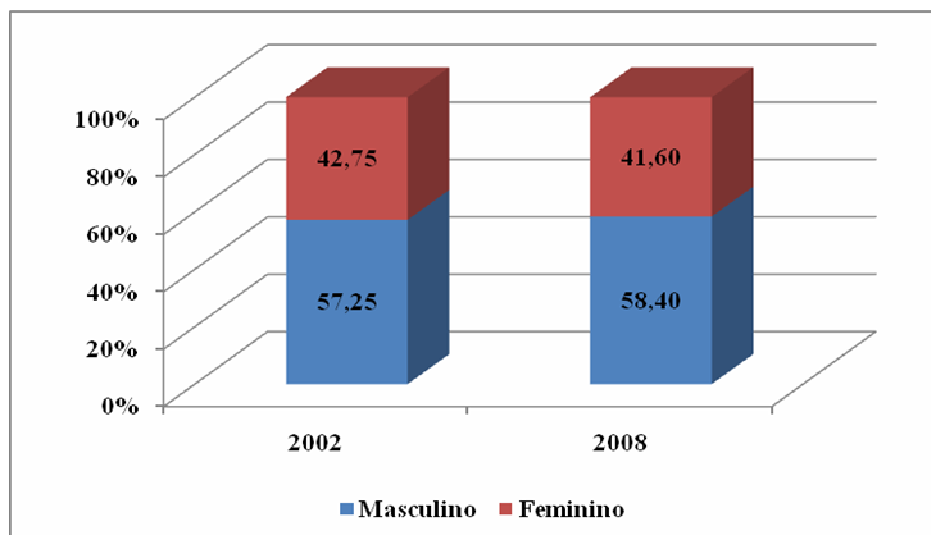


Gráfico 6 - Sergipe - Percentual de trabalhadores formais, por sexo – 2002/2008

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

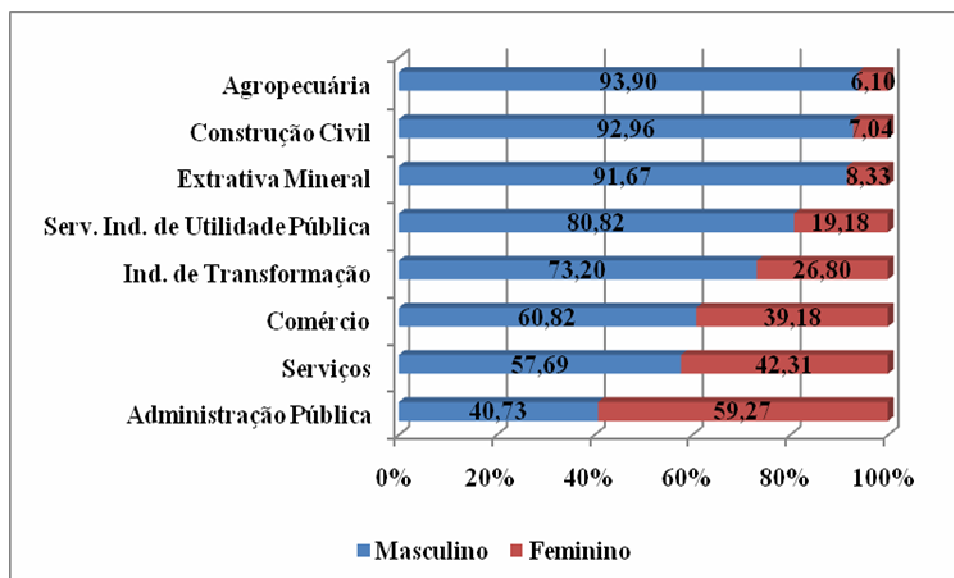


Gráfico 7 - Sergipe - Percentual de trabalhadores por sexo, segundo setores de atividades econômicas – 2008

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

No que concerne à escolaridade, a Tabela 10 mostra que maior parte dos trabalhadores possui nível médio completo. A atividade que possui trabalhadores com maior grau de instrução é a Administração Pública, na qual 30,21% possuem nível superior ou algum tipo de pós-graduação, seguidas pelas atividades Extrativa Mineral (21,60%) e de Serviços (17,48%). Esse resultado deve-se, em alguns casos, ao fato de as empresas procurarem investir no capital humano, promovendo cursos e incentivando o trabalhador a melhorar seu nível de instrução, ao esforço individual por escolaridade e à ampliação de unidades educacionais. Na outra extremidade, com mais da metade dos trabalhadores com escolaridade de ensino

fundamental incompleto ou analfabetos, encontram-se a Agropecuária, com 76,78%, e a Construção Civil, com 54,04%.

Tabela 10 - Sergipe - Percentual de trabalhadores por setores de atividade econômica, segundo grau de instrução - 2008

Atividade econômica	Analfabeto	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Mestrado	Doutorado
Extrativa Mineral	0,13	7,34	4,03	3,22	57,57	6,11	21,56	0,04	0,00
Ind. de Transformação	1,34	30,71	15,78	13,23	33,62	2,38	2,92	0,02	0,00
Serv. Ind. de Utilidade Pública	0,11	14,00	19,08	5,16	41,04	7,29	13,17	0,16	0,00
Construção Civil	1,56	52,48	16,52	6,14	17,40	2,01	3,85	0,03	0,01
Comércio	0,25	11,31	10,75	10,81	60,30	3,18	3,37	0,01	0,01
Serviços	0,50	13,66	13,47	9,56	40,48	4,85	16,76	0,58	0,14
Administração Pública	0,40	15,30	9,42	4,63	35,62	4,43	29,70	0,43	0,08
Agropecuária	11,55	65,23	8,03	3,25	8,82	0,43	2,67	0,02	0,01

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Tabela 11 - Sergipe - Percentual de trabalhadores por setores de atividade econômica, segundo faixa etária (anos) - 2008

Atividade econômica	Até 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	Total
Extrativa Mineral	0,48	7,21	16,31	22,97	26,18	26,47	0,37	100
Ind. de Transformação	0,60	24,60	22,41	29,43	16,25	6,43	0,29	100
Serv. Ind. de Utilidade Pública	0,05	5,72	16,08	24,10	29,01	23,46	1,58	100
Construção Civil	0,18	16,16	18,19	29,21	22,27	13,50	0,49	100
Comércio	0,79	26,84	25,27	30,07	13,07	3,83	0,13	100
Serviços	0,29	14,35	19,34	33,29	22,21	10,09	0,43	100
Administração Pública	0,00	5,06	10,95	28,05	32,86	21,59	1,48	100
Agropecuária	0,09	16,36	17,66	30,58	20,80	13,74	0,78	100

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Outro dado interessante diz respeito à idade dos trabalhadores. Os dados da RAIS revelam que a maioria dos empregados em Sergipe tem entre 30 a 49 anos de idade. O setor de atividade que possui mais jovens e menos idosos é o Comércio. 27,63% possuem idade igual ou inferior a 24 anos e 3,96% acima de 64 anos. A Indústria de transformação fica em segundo lugar, respondendo por 25,20% e 6,72% dessas classes, respectivamente (ver Tabela 11).

No que se refere à remuneração da mão-de-obra, maior parte dos trabalhadores, no mercado sergipano, recebe entre 1,01 e 2 salários mínimos. Só no Comércio são 80,33% trabalhadores recebendo remunerações nesse intervalo. Ou seja, o Comércio é o setor que emprega maior número de jovens e oferece baixos salários (ver Tabela 12).

Tabela 12 - Sergipe - Faixa de remuneração média dos trabalhadores, em % - 2008

Atividade econômica	Salários										
	Até 1	1,01 a 2	2,01 a 3	3,01 a 4	4,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	10,01 a 15	15,01 a 20	Mais de 20	Total
Extrativa Mineral	1,92	7,43	5,40	5,20	3,64	12,12	12,92	11,86	13,40	25,94	100
Ind. de Transformação	13,25	68,53	8,42	2,96	1,56	1,61	1,00	0,74	0,42	0,78	100
Serv. Ind. de Utilidade Pública	1,10	23,88	21,51	8,18	4,94	10,74	11,43	9,97	3,42	4,01	100
Construção Civil	12,67	67,92	7,95	2,99	1,89	2,04	1,63	0,94	0,40	0,42	100
Comércio	6,31	80,33	7,33	2,52	1,06	0,95	0,45	0,30	0,10	0,13	100
Serviços	11,81	59,05	9,94	4,67	3,06	4,35	2,81	1,85	0,98	0,38	100
Administração Pública	8,82	35,51	16,44	12,10	9,21	7,95	4,40	2,26	0,94	2,23	100
Agropecuária	32,25	56,47	4,23	1,24	0,90	1,10	1,30	1,00	0,43	0,36	100

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Nota: Os valores de ignorados estão incorporados no total

O setor de atividade que melhor remunera seus funcionários é o de Extração Mineral, no qual 51,20% recebem mais de 7 salários. Vale destacar que, nesse setor, 25,94% recebem mais de 20 salários. Na agropecuária, o percentual de trabalhadores que recebem até 1 salário mínimo é bastante significativo, 32,25%, o que é refletido pelo baixo grau de escolaridade da mão-de-obra que compõe esse setor (ver Tabela 12).

3.3 Organização Político-Administrativa: Nova Territorialização

O estado de Sergipe conta com uma população estimada, para 2009, em 2.019.679 habitantes distribuídos entre seus 75 municípios⁶, tendo como capital Aracaju. Os 75 municípios são organizados pelo IBGE em 13 microrregiões político-administrativas: Agreste de Itabaiana, Agreste de Lagarto, Aracaju, Baixo Cotinguiba, Boquim, Carira, Cotinguiba, Estância, Japarutuba, Nossa Senhora das Dores, Propriá, Sergipana do Sertão do São Francisco e Tobias Barreto. Tais microrregiões pertencem a 03 mesorregiões: Agreste Sergipano, Leste Sergipano e Sertão Sergipano.

⁶ Aracaju (Capital), Amparo de São Francisco, Aquidabã, Arauá, Areia Branca, Barra dos Coqueiros, Boquim, Brejo Grande, Campo do Brito, Canhoba, Canindé de São Francisco, Capela, Carira, Carmópolis, Cedro de São João, Cristinápolis, Cumbe, Divina Pastora, Estância, Feira Nova, Frei Paulo, Grageru, General Maynard, Graccho Cardoso, Ilha das Flores, Indiaroba, Itabaiana, Itabaianinha, Itabi, Itaporanga d'Ajuda, Japarutuba, Japoatã, Lagarto, Laranjeiras, Macambira, Malhada dos Bois, Malhador, Maruim, Moita Bonita, Monte Alegre de Sergipe, Muribeca, Neópolis, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pedra Mole, Pedrinhas, Pinhão, Pirambu, Poço Redondo, Poço Verde, Porto da Folha, Propriá, Riachão do Dantas, Riachuelo, Ribeirópolis, Rosário do Catete, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Santa Rosa de Lima, Santana do São Francisco, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, São Domingos, São Francisco, São Miguel do Aleixo, Simão Dias, Siriri, Telha, Tobias Barreto, Tomar do Geru e Umbaúba.

Território	Localização/Região	Municípios
Alto Sertão Sergipano	Noroeste de Sergipe	Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha.
Leste Sergipano	Leste de Sergipe	Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japaratuba, Pirambu, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima e Siriri.
Médio Sertão Sergipano	Centro-Norte de Sergipe	Aquidabã, Cumbe, Feira Nova, Graccho Cardoso, Itabi e Nossa Senhora das Dores.
Agreste Central Sergipano	Centro-Noroeste de Sergipe	Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo.
Baixo São Francisco Sergipano	Nordeste de Sergipe	Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha.
Grande Aracaju	Centro-Leste de Sergipe	Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão.
Centro-Sul Sergipano	Centro-Sul de Sergipe	Lagarto, Poço Verde, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto.
Sul Sergipano	Sul de Sergipe	Araúá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhhy, Tomar do Geru e Umbaúba.

Quadro 3 - Sergipe - Nova Territorialização

Fonte: SEPLAN, 2008. Elaboração própria.

O Alto Sertão Sergipano, situado no Noroeste do estado, é formado por sete municípios, a saber: Canindé de São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha. Possui um PIB de R\$ 1,43 bilhões (8,49% do PIB estadual) e, segundo a Contagem Populacional 2007 do IBGE, conta com uma população de 137.926 habitantes, o que equivale a 7,11% do estado, em uma área de 4.900,00 km² (22,37% da área de Sergipe).

O Leste Sergipano, situado no Leste do estado, é constituído por nove municípios: Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japaratuba, Pirambu, Rosário do Catete, Santa Rosa de Lima e Siriri, distribuídos em uma área de 1.518,66 km² (6,93% do estado). Possui um PIB de R\$ 1,25 bilhões (7,41% do PIB do estado) e uma população de 90.452 habitantes (2007), o que corresponde a 4,66% da população de Sergipe.

O Médio Sertão Sergipano, situado no Centro-Norte do estado, é composto por 6 municípios: Aquidabã, Cumbe, Feira Nova, Graccho Cardoso, Itabi e Nossa Senhora das Dores. Conta com uma área de 1.582,45 km² (7,22% de Sergipe), uma população de 62.644 habitantes (em 2007), equivalendo a 3,23% da população estadual; e um PIB de R\$ 284,71 milhões (1,69% do PIB do estado).

No que concerne ao Agreste Central, situado no Centro-Noroeste e contando com uma área de 3.123,21 km² (14,25% da área estadual), sabe-se que é formado por 14 municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo. Sua população é de 222.197 habitantes e seu PIB soma R\$ 1,27 bilhões, o que equivale a 7,49% do PIB estadual.

O Baixo São Francisco, situado no Nordeste do estado, com uma área de 1.946,09 km² (8,88% da área de Sergipe), é constituído por 14 municípios: Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha. Conta com uma população de 123.482 habitantes (6,37% da população estadual) e um PIB de R\$ 717,71 milhões (4,25% do PIB de Sergipe).

Com uma área de 2.187,35 km² e uma população de 847.941 habitantes, respondendo por 9,98% e 43,72% do total do estado, respectivamente, a Grande Aracaju situa-se no Centro-Leste do estado e é constituído por 9 municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão. O PIB do território é de R\$ 9,25 bilhões, o que corresponde a 54,78% do PIB do estado.

O Centro-Sul Sergipano localiza-se no Centro-Sul do estado, abrangendo uma área de 3.520,90 km² (16,07% do estado) e uma população de 213.492 habitantes (11,01% do estado). É formado por 5 municípios: Lagarto, Poço Verde, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto, que somando detém um PIB de R\$ 1,08 bilhões, equivalendo a 6,37% do total.

Outro território é o Sul Sergipano, situado no Sul do estado, com uma área de 3.130,99 km² (14,29% de Sergipe). É formado por 11 municípios: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba. Soma uma população de 241.292 habitantes e um PIB de R\$ 1,61 bilhões, 12,44% e 9,54% do total do estado.

Logo, a Grande Aracaju responde por maior parte do PIB sergipano. De acordo com a Tabela 13, que trata do valor e participação do PIB dos territórios em Sergipe, pode-se verificar que, em 2003, a Grande Aracaju foi responsável por 52,19% do PIB do estado; seguida pelos territórios Sul e Alto Sertão, com 10,58% e 11,32%, respectivamente. O Agreste Central (com 7,29%), Leste (com 5,69%) e Centro-Sul Sergipano (com 6,88%) ocupavam a quarta, quinta e sexta posição. As duas últimas posições ficaram com o Baixo

São Francisco e Médio Sertão, com uma participação de 4,41% e 1,63% do PIB estadual, respectivamente.

Tabela 13 – Sergipe – Valor e participação do PIB dos territórios sergipanos - 2003-2007

Unidades da Federação e Territórios	PIB (R\$ milhões)									
	2003		2004		2005		2006		2007	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Sergipe	10.873,83	100	12.167,43	100	13.427,44	100	15.124,27	100	16.895,69	100
Grande Aracaju	5.675,59	52,19	6.517,92	53,57	7.410,95	55,19	8.203,21	54,24	9.254,80	54,78
Sul	1.150,87	10,58	1.138,30	9,36	1.223,26	9,11	1.450,09	9,59	1.611,95	9,54
Alto Sertão	1.230,87	11,32	1.384,95	11,38	1.286,49	9,58	1.260,50	8,33	1.433,87	8,49
Agreste Central	793,17	7,29	854,98	7,03	945,83	7,04	1.110,88	7,35	1.265,04	7,49
Leste	618,52	5,69	722,51	5,94	929,47	6,92	1.208,08	7,99	1.252,08	7,41
Centro-Sul	747,90	6,88	773,69	6,36	820,01	6,11	948,17	6,27	1.075,54	6,37
Baixo São Francisco	480,04	4,41	574,92	4,73	591,45	4,40	684,63	4,53	717,71	4,25
Médio Sertão	176,89	1,63	200,16	1,65	219,98	1,64	258,70	1,71	284,71	1,69

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Tabela 14 - Sergipe - Participação dos 20 municípios com maiores PIB, em % - 2003-2007

Unidades da Federação e municípios	Localização	Produto Interno Bruto (R\$ milhões)				
		2003	2004	2005	2006	2007
Sergipe	-	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Aracaju	Grande Aracaju	35,90	37,14	38,71	37,25	37,60
Nossa Senhora do Socorro	Grande Aracaju	5,17	5,22	5,44	5,55	5,66
Canindé de São Francisco	Alto Sertão	8,59	8,65	6,59	5,17	5,27
Estância	Sul	6,16	5,10	4,65	4,95	5,12
Laranjeiras	Grande Aracaju	4,82	4,58	4,44	4,44	4,56
Itabaiana	Agreste Central	3,07	3,07	3,15	3,24	3,35
Lagarto	Centro-Sul	3,59	3,28	3,00	3,07	3,15
São Cristóvão	Grande Aracaju	1,98	2,06	2,05	2,09	2,07
Itaporanga d'Ajuda	Grande Aracaju	1,66	1,83	1,68	1,85	2,03
Japarutuba	Leste	1,35	1,50	1,89	2,18	1,85
Carmópolis	Leste	1,26	1,30	1,55	1,94	1,83
Rosário do Catete	Leste	1,14	1,10	1,13	1,23	1,29
Propriá	Baixo São Francisco	1,36	1,37	1,27	1,30	1,24
Tobias Barreto	Centro-Sul	1,12	1,12	1,16	1,18	1,18
Barra dos Coqueiros	Grande Aracaju	1,12	1,13	1,35	1,42	1,18
Nossa Senhora da Glória	Alto Sertão	0,89	0,89	1,00	1,04	1,14
Simão Dias	Centro-Sul	1,18	1,05	0,99	1,04	1,10
Frei Paulo	Agreste Central	0,76	0,72	0,69	0,88	0,93
Itabaianinha	Sul	0,86	0,84	0,88	0,90	0,88
Capela	Leste	0,69	0,69	0,70	0,77	0,79
Demais municípios	-	17,33	17,36	17,67	18,50	17,79

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Em 2007, a Grande Aracaju aumentou sua expressiva participação na economia sergipana, respondendo por mais da metade do PIB de Sergipe (54,78%). A participação dos territórios Agreste Central (7,49%), Leste (7,41%) e Médio Sertão (1,69%) seguiu o mesmo resultado de crescimento. Por outro lado, a do Sul (9,54%), Alto Sertão (8,49%), Centro-Sul (6,37%) e Baixo São Francisco (4,25%) foram diminuídas (ver Tabela 13). Essas variações não foram tão significativas ao ponto de alterar o *ranking* dos territórios no PIB sergipano.

A significativa representação da Grande Aracaju no PIB sergipano é atribuída à cidade de Aracaju, que, sozinha, deteve 37,60% do PIB, em 2007. O segundo município com maior participação também pertence à Grande Aracaju; Nossa Senhora do Socorro, que, nesse mesmo ano, foi responsável por 5,66% do PIB de Sergipe. Ou seja, 43,27% do PIB de todo o estado provêm desses dois municípios. O terceiro lugar ficou com Canindé de São Francisco, localizado no Alto Sertão, com 5,27%. Ao município de Estância, localizada no território do Sul, ficou a quarta posição. Dos vinte municípios com maiores PIB, nas três últimas posições, representando menos de 1% do PIB do estado, cada uma, ficaram Frei Paulo (0,93%), Itabaiana (0,88%) e Capela (0,79%), conforme Tabela 14.

Capítulo 4

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS E AÇÕES DE APOIO AOS APLS EM SERGIPE

As políticas e ações de apoio aos Arranjos Produtivos Locais em Sergipe seguem uma orientação da política nacional, que tem o GTP-APL como um dos principais instrumentos de coordenação do foco em APLs. O GTP APL, coordenado pelo MDIC e apoiado pela Secretaria Técnica lotada no Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, tem como objetivo utilizar uma metodologia de suporte incorporada a arranjos produtivos locais, fundamentada na articulação das iniciativas públicas. Visando atingir esse objetivo, foi implementado em cada estado brasileiro um núcleo de apoio aos APLs.

O intuito do presente capítulo é avaliar as políticas e ações de apoio aos arranjos produtivos do estado de Sergipe. Para tanto, o mesmo está dividido em três seções. A primeira discorre sobre o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe: O APL-SE, coordenado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo – SEDETEC/SE, bem como das ações de políticas públicas dessa Secretaria. A segunda, sobre as instituições de apoio aos APLs do estado. Por fim, a terceira seção, apresenta uma avaliação das políticas e ações estaduais de apoio aos APLs de Sergipe.

4.1 O Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe: O APL-SE

O Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe, APL-SE, criado em 23 de maio de 2007, tem como propósito articular as iniciativas de promoção aos arranjos produtivos do estado. Sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo – SEDETEC/SE, o APL-SE tem sua governança constituída por agentes de órgãos governamentais, de entidades financeiras, do Sistema S, de instituições acadêmicas e científico-tecnológicas, da unidade produtiva e da entidade de classe (BNDES, 2009)

Em conformidade com a solicitação do GTP-APL, de identificar os arranjos produtivos existente no estado, o APL-SE realizou um levantamento de informações sobre os arranjos e as instituições de apoio em Sergipe. O levantamento contou com a parceira das entidades integrantes do Núcleo (BNDES, 2009).

Na primeira fase do levantamento, buscou-se identificar os APLs, bem como seus principais gargalos, e mapear as ações de apoio no estado. Na segunda, foram estabelecidos critérios (como atividade e renda, número de entidades de apoio, oportunidades de mercado, inovação e capital social) para priorizar os arranjos identificados (OLIVEIRA, 2009).



Figura 3 - Sergipe - Mapeamento dos Arranjos Produtivos Locais - 2008

Fonte: APL-SE/SEDETEC.

Através do levantamento, foi possível identificar 17 APLs (ver Figura 3), sendo que 10 foram registrados no MDIC como prioritários para as políticas públicas (a saber: Apicultura, Cerâmica Vermelha, Confecções e Artesanato de Bordado, Fruticultura, Mandioca, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite, Petróleo e Gás, Piscicultura e Tecnologia da Informação); e verificar os distintos estágios de desenvolvimentos dos arranjos identificados. O levantamento revelou, também, que os laços entre as empresas, associações e entidades locais ainda são frouxos.

Localização	APL apoiado	Instituição
Agreste Central	Ovinocaprinocultura	BB; BANESE; BNB; CODEVASF; EMDAGRO; EMBRAPA e PRONESE
	Mandiocultura	BB; BANESE; BNB; EMDAGRO e PRONESE
	Carrocerias	BANESE e PRONESE
	Cerâmica Vermelha	BANESE; BNB; FAPITEC; SENAI; PRONESE e SEBRAE
Alto Sertão	Ovinocaprinocultura	BB; BANESE; BNB; CODEVASF; EMDAGRO; EMBRAPA e PRONESE
	Apicultura	BB; BANESE; BNB; CODEVASF; EMDAGRO; SENAC e PRONESE
	Piscicultura	BB; BANESE; BNB; CODEVASF; SENAC; EMBRAPA e PRONESE
	Pecuária do Leite	BANESE; BNB; EMDAGRO; CODISE; FAPITEC; UFS e PRONESE
	Confecções e Bordado	BB; SEBRAE; SENAI; UFS e PRONESE
	Fruticultura	BB; BANESE; BNB; FAPITEC; EMBRAPA; PRONESE e EMDAGRO
Baixo São Francisco	Piscicultura	BB; BANESE; BNB; CODEVASF; SENAC; EMBRAPA e PRONESE
	Artesanato de Cerâmica	BANESE; SEBRAE e PRONESE
	Rizicultura	BB; BANESE e BNB
	Carcinicultura	BANESE; BNB e EMBRAPA
	Confecções e Bordado	BB; SEBRAE; SENAI; UFS e PRONESE
	Fruticultura	BB; BANESE; BNB; FAPITEC; EMBRAPA; PRONESE e EMDAGRO
	Cerâmica Vermelha	BANESE; BNB; FAPITEC; SENAI; PRONESE e SEBRAE
Centro-Sul	Confecções e Bordado	BB; SEBRAE; SENAI; UFS e PRONESE
	Artesanato de Madeira e Móveis	BANESE e PRONESE
	Mandiocultura	BB; BANESE; BNB; EMDAGRO e PRONESE
	Ovinocaprinocultura	BB; BANESE; BNB; CODEVASF; EMDAGRO; EMBRAPA e PRONESE
Grande Aracaju	Apicultura	BB; BANESE; BNB; CODEVASF; EMDAGRO; SENAC e PRONESE
	Tecnologia da Informação	BANESE; ITPS; SEBRAE; SERGIPETEC e PRONESE
	Carcinicultura	BANESE; BNB e EMBRAPA
	Saúde	BANESE e PRONESE
	Petróleo e Gás	BANESE; BNB; SEBRAE; SERGIPETEC; UFS e PRONESE
	Artesanato de Madeira e Móveis	BANESE e PRONESE
Leste Sergipano	Piscicultura	BB; BANESE; BNB; CODEVASF; SENAC; EMBRAPA e PRONESE
	Apicultura	BB; BANESE; BNB; CODEVASF; EMDAGRO; SENAC e PRONESE
	Petróleo e Gás	BANESE; BNB; SEBRAE; SERGIPETEC; UFS e PRONESE
Médio Sertão	Confecções e Bordado	BB; SEBRAE; SENAI; UFS e PRONESE
	Piscicultura	BB; BANESE; BNB; CODEVASF; SENAC; EMBRAPA e PRONESE
Sul Sergipano	Petróleo e Gás	BANESE; BNB; SEBRAE; SERGIPETEC; UFS e PRONESE
	Citricultura	BB; BANESE; BNB; EMDAGRO e PRONESE
	Carcinicultura	BANESE; BNB e EMBRAPA
	Cerâmica Vermelha	BANESE; BNB; FAPITEC; SENAI; PRONESE e SEBRAE
	Confecções e Bordado	BB; SEBRAE; SENAI; UFS e PRONESE

Quadro 4 - Sergipe - APLs apoiados e instituições parceiras do APL-SE, por território - 2008

Fonte: APL-SE/SEDETEC.

Na busca por elevar o grau de interação e cooperação entre os atores locais, o APL-SE definiu, em seu planejamento estratégico para 2008 e 2009, a missão de melhor articular os

atores locais que apóiam os arranjos produtivos, visando à promoção de ações direcionadas ao desenvolvimento local (BNDES, 2009).

Além da identificação, o levantamento realizado resultou na localização territorial dos arranjos, bem como das instituições que os apóiam. Conforme Quadro 4, maior parte dos APLs está localizado no Baixo São Francisco, com 07, Grande Aracaju e Alto Sertão, ambos com 06. Em 2008, os arranjos produtivos, juntos, receberam o apoio de 14 instituições: BB, BANESE, BNB, CODEVASF, EMDAGRO, EMBRAPA, PRONESE, FAPITEC/SE, SENAI/SE, SEBRAE/SE, UFS, SERGIPETEC, SENAC/SE e ITPS (ver Quadro 4).

Por sua vez, o Quadro 5 apresenta as ações desenvolvidas pelas instituições parceiras no Núcleo, no período de 2008 a 2009. O apoio oferecido é consoante à política de atuação de cada instituição, como é o caso do Banco do Brasil – BB, BANESE e Banco do Nordeste – BNB, que atuando com crédito e financiamento, apóiam através da oferta de linhas de crédito.

Ações	Instituição
Capacitação Profissional/Técnica	CODEVASF - 4ª SR, EMDAGRO, SEBRAE/SE, SENAI/SE, UFS, CODISE, SENAC/SE, EMBRAPA e PRONESE
Capacitação em Gestão	CODEVASF - 4ª SR, EMDAGRO, SEBRAE/SE, SENAI/SE, UFS, CODISE, SENAC/SE, EMBRAPA e PRONESE
Capacitação na Organização de Grupos (associativismo e cooperativismo)	BNB, CODEVASF - 4ª SR, EMDAGRO, UFS, CODISE, SENAC/SE e PRONESE
Concessão de Crédito	BB, BANESE e BNB
Fornecimento de infra-estrutura (Prédios e lotes)	CODEVASF - 4ª SR, EMDAGRO, CODISE e PRONESE
Fornecimento de Equipamentos e Instalações	CODEVASF - 4ª SR, EMDAGRO e PRONESE
Apoio à comercialização	CODEVASF - 4ª SR, EMDAGRO, SERGIPETEC, BNB, SEBRAE/SE, UFS, SENAC/SE e PRONESE
Aquisição de bens e serviços dos grupos (uso do Poder de Compra)	SENAC/SE e PRONESE
Outras	CODISE (Fomento à industrialização através do PSDI, com a concessão de apoio fiscal, locacional e infra-estrutura) e EMBRAPA (Realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, para a geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias para o desenvolvimento sustentável do espaço rural)

Quadro 5 - Sergipe - Principais ações desenvolvidas pelas instituições parceiras do APL-SE aos APLs apoiados – 2008-2009

Fonte: APL-SE/SEDETEC

Desde quando foi instituído, o APL-SE tem procurado reunir seus integrantes, pelo menos, duas vezes ao mês. Em uma de suas reuniões, foi determinada a criação de grupos de trabalho para cada arranjo, com o propósito de elaborar os Planos de Desenvolvimento – PDs. A montagem dos PDs conta com a participação do governo, entidades de classe e o setor produtivo de cada arranjo identificado. O Plano, que tem sua metodologia de trabalho

designada pelo MDIC, permite identificar as principais demandas dos APLs (OLIVEIRA, 2009).

Para a elaboração dos PDs, foram levantados os desafios e oportunidades de cada APL - utilizando-se do método METAPLAN -, bem como as ações previstas e necessárias para sua promoção e desenvolvimento. Depois de elaborados, os PDs foram apresentados aos integrantes do APL-SE para validação e aprovação. Em seguida, os grupos de trabalho apresentaram os PDs ao GTP APL, em Brasília, a fim de obter parceria para atender as demandas indicadas (BNDES, 2009; OLIVEIRA, 2009).

Até 2008, o Núcleo de APLs de Sergipe elaborou PDs de 05 APLs: 1) Apicultura, no Alto Sertão; 2) Confecções e Artesanato de Bordado, nos territórios do Sul e Centro-Sul sergipanos; 3) Cerâmica Vermelha, de Itabaina, Itabianinha e Santana do São Francisco; 4) Pecuária de Leite e seus Derivados, no Alto Sertão; e 5) Ovinocaprinocultura, no Alto Sertão, no Centro-Sul e no Agreste Central. O Quadro 6 apresenta uma síntese deles, compreendendo os principais problemas, oportunidades de desenvolvimentos, ações e políticas dos arranjos produtivos.

IDENTIFICAÇÃO			PRINCIPAIS PROBLEMAS E OPORTUNIDADES		PRINCIPAIS AÇÕES E POLITICAS	
ATIVIDADE PRODUTIVA	LOCALIZAÇÃO	PESSOAS OCUPADAS	DESAFIOS E OPORTUNIDADES	GARGALO(S)	AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES EM ANDAMENTO
Apicultura	Porto da folha/SE	1000 apicultores	DESAFIOS: Organização da base produtiva; Certificação dos produtos; Promover a preservação ambiental; Dificuldade para escoar a produção; Articular e sincronizar as ações para potencializar o desenvolvimento; e Outros. OPORTUNIDADES: Exploração do mercado interno e externo; Acrescentar o mel e pólen na merenda escolar utilizando sachê; Agregar valor ao mel com novos produtos (alimento, artesanato, saúde, etc.); Inserção da apicultura nas políticas públicas dos governos Federal, Estadual e Municipais (apoio a estruturação); e Outras.	Assistência técnica e capacitação, devido à insuficiência de assessoria e capacitação técnica, gestão inadequada dos empreendimentos individuais e associativos e das unidades de beneficiamento.	Seminário Sergipano de apicultura; Capacitações nas áreas gerencial, técnica e de gestão ambiental; Montar banco de dados para o APL de Apicultura; Consultorias e oficinas para o aprimoramento da apicultura; Entrepósito apícola; Implantação de meliponários no Alto Sertão; entre outras.	Organização da base produtiva; Implementação da meliponicultura como produto competitivo; Implantação do sistema da produção de cera apícola (orientação aos apicultores); Financiar os apicultores inseridos no APL; e Outras.
Cerâmica Vermelha	Itabaianinha/SE	170 empregos diretos	DESAFIOS: Cumprir a Legislação; Promover o associativismo; Modernização Tecnológica; Capacitação; Recuperação de áreas; Comercialização; e Outras. OPORTUNIDADES: Melhor utilização da mão-de-obra sazonal; Exploração Sustentável; Verticalização da cadeia produtiva; Expansão do Mercado; Aproveitamento de resíduos; e Reflorestamento.	A atividade de comercialização devido à insuficiente integração das unidades produtoras, que poderá ser minimizado através de um maior associativismo e/ou da instituição de centrais de negócios.	Recuperação de áreas degradadas; Instalação de unidade de preparação de massa e aproveitamento do rejeito; Montar banco de dados para o APL de Cerâmica Vermelha; Implantação de uma usina de preparo do rejeito para uso como fonte de energia; entre outras.	Capacitação/formação, assessoria técnica, diagnóstico do setor, inovação e tecnologia, promoção do mercado interno, fomento, incentivos, meio ambiente, associativismo e crédito.
Confecção	Tobias barreto/SE	3.382 trabalhadores	DESAFIOS: Escoamento do produto; Criar marca para agregar valor; Infra-estrutura para a produção; Criação/Inovação; Qualificação de mão-de-obra; Excesso de empresas informais; Acesso ao crédito; Aumentar a escala de produção; e Outros. OPORTUNIDADES: Exportação de produtos; Fortalecer a FACTOB (Feira de artesanato de Tobias Barreto); Implantação de indústria de tecidos, linhas e outros aviamentos; Expansão e melhoria da infra-estrutura; Oferta de mão de obra; Valorização da identidade local; e Outras.	A qualificação da mão de obra é apontada como um dos principais gargalos do arranjo porque, além da pouca qualificação dos funcionários que trabalham nas confecções, faltam pessoas com qualificação em áreas específicas como corte, produção, mecânica, dentre outras	Capacitação gerencial e operacional; Prospecção de mercado para o APL de Confecções e Artesanato de Bordado dos territórios Sul e Centro Sul sergipano; Catálogo dos produtos do artesanato de bordado e de linha; Montar banco de dados para o APL de Confecções e Artesanato de Bordado; e outras.	Capacitação/Formação, Formalização de empresas, Promoção do mercado interno, Inovação Tecnológica, Incentivos, Infra-Estrutura, Crédito e Divulgação.

IDENTIFICAÇÃO			PRINCIPAIS PROBLEMAS E OPORTUNIDADES		PRINCIPAIS AÇÕES E POLITICAS	
ATIVIDADE PRODUTIVA	LOCALIZAÇÃO	PESSOAS OCUPADAS	DESAFIOS E OPORTUNIDADES	GARGALO(S)	AÇÕES PREVISTAS	AÇÕES EM ANDAMENTO
Pecuária do Leite	Nossa Senhora da Glória/SE	560 pessoas empregadas formalmente e cerca de 45.000 informalmente.	DESAFIOS: Capacitação gerencial; Elevar a escolaridade dos produtores de leite; Padronização da qualidade dos produtos; Certificação das fabriquetas; Melhoria da qualidade do leite e derivados; Capacitação dos produtores em associativismo e cooperativismo; Assistência técnica para todos; Informalidade das fabriquetas; Alto índice de endividamento dos produtores de leite; e Outras. OPORTUNIDADES: Disponibilidade de linhas de crédito (e outros produtos) para todos os elos da cadeia; Criação de marca; Utilizar as políticas públicas para alcançar mercados institucionais; Diversificação de produtos lácteos para melhor competir; Mão-de-obra especializada; e Outras.	A qualidade do leite e derivados se manifesta como um dos maiores gargalos do arranjo, sobretudo, pela falta de condições higiênico-sanitárias identificadas nas queijarias e pela falta de adequação, por parte dos produtores de leite, aos padrões legais exigidos pela Instrução Normativa 51, além dificuldade de criação de uma unidade de referência (UR) que beneficiaria o desenvolvimento da atividade.	Implantação de tanques de resfriamento; Capacitações nas áreas gerencial e manejo da produção; Montar banco de dados para o APL de Pecuária de Leite; Difundir pesquisas para desenvolvimento de sistemas silvipastoris; Fomentar a mecanização para produção e conservação de forragem; entre outras.	Promoção do mercado (estadual e nacional) qualidade e agregação de valor ;assistência técnica ao produtor; inovação tecnológica; capacitação e divulgação.
Ovinocaprinocultura	Lagarto/SE	Não informado.	DESAFIOS: Melhorar o manejo alimentar e consequentemente melhorar a qualidade dos produtos; Promover o aumento da produtividade do rebanho através da melhoria dos sistemas de criação; Capacitar produtores e trabalhadores rurais; Fortalecer o associativismo; e Outras. OPORTUNIDADES: Recursos genéticos e melhoramento; Parcerias; Ampliação dos setores de comercialização; Certificação de origem/Criação de selo; Agregação de valor ao produto e a produção; Disponibilidade de recursos através das instituições financeiras (BB, BNB, BNDES); e Outras.	A capacitação é apontada como um dos gargalos dado à necessidade existente de dispor de profissionais habilitados ao uso de técnicas avançadas em produção, comercialização e administração, além da necessidade de capacitar produtores e trabalhadores rurais em gestão, associativismo, manejo, industrialização, gerenciamento e etc.	Promover a diversificação de produtos de origem caprina e ovina; Criar uma infra-estrutura de reprodução de caprinos e ovinos; Montar banco de dados para o APL de Ovinocaprinocultura; Melhoramento genético de ovinos e caprinos; entre outras.	Ampliação do Mercado (interno e externo), Capacitação, Valorização da Identidade Local, Inovação Tecnológica, Assistência Técnica ao Produtor, Crédito, Divulgação, Proteção Ambiental, Recursos Genéticos e Melhoramentos, Fomento e Governanças.

Quadro 6 - Sergipe - Identificação, problemas, oportunidades, ações e políticas diagnosticadas nos PDs - 2008

Fonte: APL-SE/SEDETEC

Em 2009, o APL-SE preparou uma agenda de compromissos estadual e federal, a qual incluía projetos e ações para atrair recursos e, assim, atender as demandas dos arranjos. O acompanhamento da execução das ações dos PDs cabe aos gestores dos APLs (OLIVEIRA, 2009).

A SEDETEC, através do Núcleo Estadual de APL, procura aliar as ações de apoio às aglomerações produtivas a outras políticas estadual e/ou nacional visando o desenvolvimento dos APLs. Além da criação do APL-SE, a Secretaria utilizou as seguintes iniciativas de políticas públicas: i) a incorporação do tema APL no Plano Purianual do estado, prevendo recursos específicos para a política de apoio; ii) o lançamento de linha de crédito pelo BANESE para os arranjos produtivos, denominado Credi-APL; iii) a Campanha de Formalização de Micro e Pequenos Negócios em Sergipe (Formalize-SE), a fim de discutir incentivos para a formalização de empresas desse porte; iv) edital do BNDES e Governo do Estado (SEDETEC e SEIDS) para APLs de baixa renda. Merece destaque, também, o Programa Sergipe Cidades, que prevê a implantação de Centros de Vocação Tecnológicas (CVTs) em arranjos produtivos selecionados pela política estadual; e a atuação do Instituto Tecnológico e de Pesquisas de Sergipe (ITPS), que vem oferecendo testes laboratoriais de certificação e de qualidades de produtos para as empresas dos APLs.

Outras iniciativas de políticas públicas utilizadas pelo Núcleo, sob coordenação da SEDETEC, foram:

A) Extensão Industrial – PEIEx (Projeto Extensão Industrial Exportadora)

Através do Projeto de Extensão Industrial e Exportadora – PEIEX, da APEX-IEL-SEDETEC, que tem por objetivo aumentar a competitividade e fomentar a cultura de exportação nos arranjos produtivos locais, são desenvolvidas ações de capacitação produtiva e para exportação, direcionadas às empresas integrantes dos arranjos apoiados. Atualmente, foram atendidos os APLs/Setores de Confecções, em Tobias Barreto e Itabaianinha; Tecnologia da Informação, em Aracaju; Fabricação de Calçados, em Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Itaporanga e Itabaiana; Fabricação de Móveis, em Aracaju, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão; e Petróleo e Gás, em Aracaju, Carmópolis e Itaporanga. Ao todo são 140 empresas assistidas por 05 extensionistas.

B) Extensão Tecnológica: SIBRATEC – REDETEC-SE

O Programa de Extensão Tecnológica, no âmbito do SIBRATEC da SEDETEC-ITPS-FAPITEC-IEL-SEBRAE-ITP-UFS-IFS, é voltado para capacitação gerencial e tecnológica das empresas dos arranjos produtivos, e assiste aos APLs/Setores de Alimentos de todo o estado; Confeções, da Grande Aracaju, Centro-Sul Sergipano, Sul Sergipano, Baixo São Francisco e Médio Sertão; e Petróleo e Gás, da Grande Aracaju, Leste e Sul Sergipano. São 130 empresas beneficiadas, assistidas por 06 extensionistas, por um período de 03 anos. As empresas são distribuídas por modalidades de atendimento: 80 para adequação e adaptação ao mercado interno, 35 para gestão e produção, e 15 para adaptação e adequação ao mercado externo.

C) Contratação de Gestores para os APLs

Os gestores contratados para atuar nos arranjos produtivos devem acompanhar os PDs, além de articular o apoio junto aos parceiros, através da disponibilidade de transporte e utilização das estruturas municipais. Foram 05 gestores contratados para atender os APLs de Ovinocarinocultura, Pecuária do Leite, Cerâmica Vermelha, Confeções e Artesanato de Bordado, e Apicultura.

D) Lançamento de Editais com foco em APLs

- **AVISO ETENE/FUNDECI FAPITEC-SE 07-2008:** *Pesquisa e Difusão de Tecnologias para os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado de Sergipe.*

O edital tem como objetivo selecionar projetos que contribuam para o equacionamento de entraves tecnológicos ou para difusão de tecnologias, dinamizando as atividades inerentes aos APLs, interiorizando o desenvolvimento para todas as regiões e territórios sergipanos, como também explorando as potencialidades do estado. O valor do edital foi de R\$ 300 mil, oriundos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI/BNB, concedidos às instituições proponentes em caráter não-reembolsável. O valor individual não poderá ser superior a R\$ 30 mil.

Os projetos aprovados foram: “Utilização de resíduos de mandioca na alimentação de cordeiros”, da EMBRAPA; “Avaliação dos impactos ambientais da indústria de Cerâmica no APL de Itabaiana/SE”, da UFS; “Estudo de aspectos sazonais, florísticos e farmacológicos relevantes para a produção de própolis vermelha no estado de Sergipe”; e “Desenvolvimento

de um suplemento alimentar a base de licopeno para camarões de cativeiro de Sergipe”, ambos do ITP/UNIT. Como pode ser observado, os projetos estão relacionados aos APLs de ovinocaprinocultura, cerâmica vermelha, apicultura e carcinicultura.

- **AVISO ETENE/FUNDECI/FAPITEC 09-2008:** *Apoio à Elaboração de Teses e Dissertações sobre os Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Sergipe*

Tem como objetivo apoiar a formação de recursos humanos, nas áreas de agropecuária e indústria, mediante a concessão de auxílio financeiro a estudantes de Mestrado ou Doutorado de Instituições de Ensino Superior que desenvolvam projetos com temáticas de relevância econômica para o desenvolvimento e consolidação dos APLs de Sergipe. O edital possui as seguintes linhas prioritárias: pecuária, piscicultura, agricultura, apicultura, meliponicultura e indústria. O valor do edital foi de R\$ 200 mil, oriundos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI/BNB-ETENE, concedidos às instituições proponentes em caráter não-reembolsável. O apoio financeiro foi dividido em R\$ 132 mil para auxílios financeiros de Mestrado (11 vagas) e R\$ 68 mil para auxílios financeiros de Doutorado (4 vagas). O valor individual de cada auxílio financeiro foi de R\$ 12 mil para mestrado e R\$ 17 mil para doutorado em cada projeto.

A FAPITEC aprovou três projetos, sendo dois da UFS, “Estudo de beneficiamento e caracterização de méis de abelhas *Melipona fasciculata* (Uruçu cinzenta)” e “Estudo fenológico e reprodutivo do marmeleiro (*Croton Sonderianus*) como componente do pasto apícola numa área de caatinga”, e um do ITP/UNIT, “Estudo de aspectos sazonais, florísticos e farmacológicos relevantes para a produção de própolis vermelha no estado de Sergipe”. Todos os projetos estão relacionados ao APL de apicultura.

- **AVISO ETENE/FUNDECI/FAPITEC-SE 02-2009:** *Pesquisa e Difusão de Tecnologias para os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado de Sergipe.*

O Edital visa apoiar a realização de projetos de pesquisa e de difusão de tecnologias de interesse do BNB e do estado de Sergipe, no âmbito dos seus APLs, que contribuam para a inovação, disseminação e/ou avanço do conhecimento relativos aos APLs indicados. O valor do edital foi de R\$ 200 mil, oriundos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNDECI/BNB, concedidos às instituições proponentes em caráter não-reembolsável. O valor individual não poderia ser superior a R\$ 30 mil.

O resultado foi a aprovação, pela FAPITEC, de oito projetos relacionados aos APLs de ovinocaprinocultura, citricultura, mandioca, cerâmica vermelha, citricultura. São eles: i) “Utilização da palma forrageira e feno de gliricídia como alternativa para redução dos custos de ração para cabras leiteiras na região semi-árida de Sergipe”; ii) “Manejo agroecológico de pragas de citros: ecofisiologia e extratos botânicos”; iii) “Produção de manivas-sementes de mandioca brava e mansa para implantação de áreas coletivas no semi-árido sergipano”; iv) “Difusão e transferência de tecnologias para o aproveitamento da parte aérea da mandioca na alimentação do gado leiteiro em Sergipe”; v) “Efeito da utilização de fitase sobre o desempenho e digestibilidade do tabaqui (*Colossoma Macropomum*)”; vi) “Padronização das propriedades mecânicas de painéis de matriz cerâmica vermelha”; vii) “Atributos de qualidade de frutas cítricas produzidas em Sergipe e estudo das alterações fisiológicas pós-colheita”; e viii) “Levantamento das doenças que incidem na citricultura do Estado de Sergipe”.

- **AVISO ETENE/FUNDECI/FAPITEC-SE 03-2009:** *Apoio à elaboração de teses e dissertações sobre os arranjos produtivos locais (APLs) de Sergipe, através do programa de bolsas de mestrado e doutorado.*

Objetivando apoiar a formação de recursos humanos nas áreas de agropecuária e indústria, mediante a concessão de bolsa de pós-graduação para estudantes de mestrado ou de doutorado de instituições de ensino superior, que desenvolvam projetos com temáticas de relevância econômica para o desenvolvimento e consolidação dos respectivos APLs de Sergipe (nas linhas prioritárias: pecuária, piscicultura, agricultura e indústria), foi lançado um edital, em 2009, com valor de R\$ 160.800,00, oriundos do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNDECI, do BNB-ETENE, concedidos às instituições proponentes em caráter não-reembolsável, única e exclusivamente à concessão de bolsas de mestrado e doutorado. O apoio financeiro foi dividido em R\$ 60 mil para bolsas de mestrado (05 vagas) e R\$ 100.800,00 para bolsas de doutorado (06 vagas). O resultado foi a aprovação do projeto “Influência da suplementação alimentar com ácidos graxos associados a antioxidante sobre os aspectos quanti-qualitativos do sêmen in natura e criopreservado de carneiro Santa Inês”.

- **Edital FAPITEC/SE/FUNTEC/BNB Nº 11/2008 – Tecnologias Sociais**

Lançado com o objetivo de dar suporte financeiro à execução de projetos apresentados por pesquisadores individuais, que se constituem em instrumentos de auxílio à geração de renda em comunidades sergipanas, contribuindo para redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida no estado, o edital FAPITEC/SE/FUNTEC/BNB Nº 11/2008, referente às Tecnologias Sociais, contou com um valor de R\$ 240 mil, oriundos do Fundo Estadual para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNTEC; e, com valor individual, do auxílio-pesquisa de R\$ 30 mil. Esse edital resultou na aprovação de três projetos, sendo dois relacionados aos APLs de Apicultura e um ao de Mandioca. São eles: “Estudo de aspectos sazonais, florísticos e farmacológicos relevantes para a produção de própolis vermelha no estado de Sergipe”, “Seleção de bactérias diazotrificas com potencial para inoculação em mandioca (*Manihot esculenta Crantz.*)” e “Estudo fenológico e reprodutivo do marmeleiro (*Croton Sonderianus*) como componente do pasto apícola numa área de caatinga”. Os valores aprovados foram R\$ 27.880,64, R\$ 27.857,99 e R\$ 27.881,15, respectivamente.

E) Agendas de Compromisso – 2009

No ano de 2009, o núcleo estadual elaborou duas agendas de compromisso, buscando atender as demandas estabelecidas nos planos de desenvolvimento dos APLs, bem como a sistemática de acompanhamento das ações executadas. Uma delas refere-se ao compromisso do APL/SE com o estado; a outra, com o governo federal.

A agenda de compromisso estadual possui o apoio de instituições parceiras de âmbito estadual. A agenda do exercício 2009 resultou na definição de 20 ações, sendo 07 voltadas para o APL de Ovinocaprinocultura, 06 de Pecuária de Leite e Derivados, 04 de Apicultura, 02 de Confeções e Artesanato de Bordado e 01 de Cerâmica Vermelha. As ações tiveram como público-alvo produtores, técnicos e profissionais envolvidos nos arranjos (ver Quadro 7).

APLs beneficiados	Instituição parceira	Descrição das ações	Público-alvo
Apicultura	SENAR	Capacitação manejo das colméias, melhoramento genético, sanidade e manejo ambiental	360 produtores (20 produtores por turma). Municípios: Canindé do São Francisco, Gararu, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo, Porto da Folha, Japarutuba, São Cristóvão, Frei Paulo, Ribeirópolis, Carira, Lagarto, Tobias Barreto, Poço Verde, Pacatuba, Brejo Grande, Neópolis e Japoatã.
	SEBRAE	Capacitação em gestão coletiva para associações e cooperativas	450 produtores (25 produtores por turma). Municípios: Japarutuba, São Cristóvão, Lagarto, Pacatuba, Brejo Grande, Neópolis e Japoatã.
		Realizar seminário anual de apicultura	Apicultores do estado
	CODEVASF	Implantação de 50 meliponários no território do Alto Sertão	Apicultores do Alto Sertão Sergipano
Confecções e Artesanato de Bordado	SENAI/SEDETEC	Curso: Mecânico de manutenção de máquina de costura industrial	02 turmas de 20 alunos cada. Municípios: Tobias Barreto e Itabaianinha.
		Curso e consultoria: controle na qualidade na indústria do vestuário	02 turmas de 20 alunos cada. Municípios: Tobias Barreto e Itabaianinha.
Cerâmica Vermelha	ADEMA	Orientações técnicas sobre o meio ambiente e a atividade produtiva - normas e procedimentos	60 pessoas de 20 alunos cada. Municípios: Itabaianinha, Itabaiana e Propriá.
Ovinocaprinocultura	SENAR	Capacitação tecnológica (manejo sanitário, alimentar e reprodutivo, melhoramento de pastagem)	160 produtores (20 participantes por turma). Municípios: Nossa Senhora da Glória, Gararu, Poço Verde, Canindé e Pinhão.
		Capacitação de inseminação artificial em caprinos	10 técnicos agrícolas (01 turma). Municípios: Nossa Senhora da Glória.
	SEBRAE/SEDETEC	Capacitação em gestão coletiva para associações e cooperativas	30 pessoas (Dirigentes, 08 associações que compõem a FACCOS e representantes da mesma). Municípios: Nossa Senhora da Glória.
		Capacitação de diversificação dos produtos derivados de leite	20 produtores (04 produtores das 05 associações: Poço Verde, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Malhador e Capela). Município: Gararu.
		Capacitação de inseminação artificial em caprinos	10 técnicos agrícolas (01 turma). Município: Nossa Senhora da Glória.
		Capacitação de gerenciamento de negócios e venda de material genético	20 pessoas em uma turma. Município: Lagarto.
Missões técnicas nacionais	1) FEILITE - São Paulo: 03 a 07/11/2009; e 2) Visita à SERTÂNIA/PE		
Pecuária de Leite e Derivados	SENAR	Capacitação na melhoria da qualidade do leite	60 produtores (20 participantes por turma). Municípios: Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Poço Redondo.
		Capacitação e orientação técnica em manejo do rebanho para produtores	140 produtores (20 participantes por turma). Municípios: Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre, Canindé, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes.
		Capacitação em operação de máquinas e equipamentos agrícolas	30 produtores (02 turmas). Municípios: Nossa Senhora da Glória.
	SENAI	Capacitação em orientação em boas práticas de fabricação	60 pessoas (20 participantes por turma). Municípios: Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Poço Redondo.
	SEBRAE	Capacitação em gestão coletiva para associações e cooperativas	75 pessoas (25 participantes por turma). Municípios: Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Poço Redondo.
		Apoio à missão técnica para conhecer o Programa de Pastejo Intensivo Irrigado em Souza/PB	30 produtores e 05 técnicos. Municípios: Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre, Canindé, Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes.

Quadro 7 - Sergipe - Resultados da agenda de compromisso do APL-SE - 2009

Fonte: APL-SE/SEDETEC

Em 2009, a SEDETEC, através de estudos e pesquisas realizadas pelo APL-SE, identificou a necessidade de capacitação e treinamento do pessoal envolvido nos arranjos. Conforme Tabela 15, as demandas a serem atendidas compreenderam ações para os APLs de Ovinocaprinocultura (Curso de Gestão Comercial e Consultoria para Melhoramento do Produto), Pecuária de Leite e Derivados (Capacitações Gerenciais e Consultoria em Gerenciamento das Propriedades) e Cerâmica Vermelha (Noções básicas de cerâmica vermelha, com também Programação e controle da produção para a indústria de cerâmica).

Tabela 15 - Sergipe - Demandas extras a serem atendidas pela SEDETEC - 2009

APLs beneficiados	Descrição das ações	Número de turmas
Ovinocaprinocultura	Curso de Gestão Comercial	01
	Consultoria para melhoria do produto	01
Pecuária de Leite e Derivados	Capacitações Gerenciais (associativismo e cooperativismo, formalização das agroindústrias)	05
	Consultoria em gerenciamento das propriedades - Nossa Senhora da Glória	01
Cerâmica Vermelha	Noções básicas de cerâmica vermelha – Itabaianinha	01
	Noções básicas de cerâmica vermelha – Itabaiana	01
	Noções básicas de cerâmica vermelha – Própria	01
	Programação e controle da produção para a indústria de cerâmica – Itabaiana	01
	Programação e controle da produção para a indústria de cerâmica – Própria	01

Fonte: APL-SE/SEDETEC

Por sua vez, a agenda de âmbito federal engloba compromissos que não puderam ser assumidos pelas instituições parceiras locais ou estaduais. Através da elaboração de projetos, a SEDETEC, juntamente com os integrantes do APL-SE, consegue captar recursos federais para atender as demandas dos arranjos, utilizando como estratégia visitas técnicas aos ministérios mediante intervenção e articulação do GTP-APL.

As demandas identificadas, em 2009, foram referentes à infra-estrutura e equipamentos. As ações foram direcionadas a 04 APLs (Apicultura, Cerâmica Vermelha, Pecuária de Leite e Derivados e Ovinocaprinocultura), tendo como prováveis entidades parceiras o MDA, o MI, o MAPA, o MME, a CODEVASF e o BNDES (ver Quadro 8).

Ações	APL	Prováveis instituições parceiras
Infra-estrutura e equipamentos		
Aquisição e distribuição de 100 kits (10 colméia, macacão, fumegador, cera e cavalete) para incrementar produtividade nas casas de mel	Apicultura	MDA e MI
Implantação de 50 meliponários no território do Alto Sertão	Apicultura	CODEVAF e MAPA
Construir e equipar uma unidade para preparação de massa para as cerâmicas e aproveitamento de rejeito	Cerâmica Vermelha	MME e BNDES
Implantação de uma usina de preparo do rejeito para uso como fonte de energia	Cerâmica Vermelha	MME e BNDES
Aquisição de 30 tanques de resfriamento de leite (comunitário)		
Construção da unidade de captação do leite para atender as exigências legais	Pecuária de Leite e Derivados	MDA e MAPA
Treinamento de funcionário para gestão de uso do tanque		
Aquisição de 02 patrulhas mecanizadas com os seguintes instrumentos: trator, arado, grade, niveladura, plantadeira/adubadeira, colheitadeira, ensiladeira	Pecuária de Leite e Derivados	MDA e MI
Adquirir 08 tanques de resfriamento com capacidade de 1.000 litros	Ovinocaprinocultura	MDA e MI

Quadro 8 - Sergipe - Demandas vinculadas à agenda de compromisso do APL-SE com o governo federal- 2009

Fonte: APL-SE/SEDETEC

O Quadro 9 descreve as ações de compromisso do governo federal, tendo como parceiros o BNDES, BB, SUDENE e MAPA, bem como a situação em que se encontram cada uma delas. Em 2009, foram contemplados os APLs de Apicultura, de Pecuária de Leite e Derivados e Ovinocaprinocultura. Maior parte das ações foi encaminhada e está aguardando retorno, exceto o “Entrepasto do mel no município de Frei Paulo”, relacionada ao APL de Apicultura, que já está em andamento.

APLs beneficiados	Ação	Parceria	Situação
Apicultura	Entrepasto do mel no município de Frei Paulo	BNDES e BB	Em andamento.
Apicultura	Capacitação nas áreas: gerencial, técnica, gestão ambiental, formação de cooperativas e associações. Mesorregião do Xingó	SUDENE	Ação encaminhada, via SICONV, com previsão de início da execução para nov/2009.
Apicultura	Distribuição de kits apícolas	MAPA	A ação foi encaminhada. Aguardando retorno.
Pecuária do Leite e Derivados	Pesquisa para o desenvolvimento de sistemas silvipastorais	MAPA	A ação foi encaminhada. Aguardando retorno.
Pecuária do Leite e Derivados	Mecanização para produção e conservação de forragens	MAPA	A ação foi encaminhada. Aguardando retorno.
Ovinocaprinocultura	Projetos de pesquisa e difusão na área de reprodução animal	MAPA	A ação foi encaminhada. Aguardando retorno.
	Montar laboratório de reprodução para análise e congelação de sêmen e embriões de ovinos e caprinos	MAPA	A ação foi encaminhada. Aguardando retorno.
	Pesquisa e difusão de tecnologias para alimentação de ovinos e caprinos	MAPA	A ação foi encaminhada. Aguardando retorno.
	Melhoramento genético de ovinos	MAPA	A ação foi encaminhada. Aguardando retorno.
	Realizar Projeto de pesquisa com manejo acelerado de ovinos e capacitar produtores em sistema de produção e comercialização	MAPA	A ação foi encaminhada. Aguardando retorno.
	Projeto e ações de pesquisa e desenvolvimento em recursos genéticos e melhoramento de ovinos e caprinos	MAPA	A ação foi encaminhada. Aguardando retorno.
	Concessão de matrizes e reprodutores de caprinos	MAPA	A ação foi encaminhada. Aguardando retorno.
	Melhoramento genético de caprinos	MAPA	A ação foi encaminhada. Aguardando retorno.

Quadro 9 - Sergipe - Encaminhamentos da agenda de compromisso com o governo federal - 2009

Fonte: APL-SE/SEDETEC

Outra ação realizada pela SEDETEC é a elaboração de projetos para captação de recursos que garantam a execução das ações promotoras e de fomento aos APLs. Visando atender as demandas dos arranjos, apontadas nos PDs, os principais projetos elaborados, em 2008 e 2009, somaram um montante de mais de R\$ 19,20 milhões. Os recursos foram provenientes da FNDCT/FINEP, BNDES, APEX Brasil, IPTI, SEBRAE, FAPITEC, SENAIS/SE, PRONESE e a própria SEDETEC (ver Tabela 16).

Tabela 16 - Sergipe - Principais projetos da SEDETEC em execução/negociação vinculados a APLs – 2009

Projeto	Valor total	Origem dos recursos	Situação
Programa de Expansão Industrial e Exportadora - PEIEX	R\$ 300.099,20	APEX Brasil - 87,1%	Programa em execução.
		SEDETEC - 12,9%	
Contratação de Gestores de APLs	R\$ 475.342,50	SEDETEC - 100%	Contratação efetivada.
Capacitação para APLs	R\$ 89.160,30	SEDETEC - 100%	Contratação efetivada.
Projeto Rede SIBRATEC Sergipe	R\$ 2.690.271,84	FNDCT/FINEP - 73,4%	Proposta encaminhada em 11/09/2009.
		SEDETEC - 12,1%	
		SEBRAE - 7,4%	
		FAPITEC - 7,1%	
Programa de Capacitações para APLs	R\$ 60.190,00	SEDETEC - 30%	Contratação efetivada.
		SENAI - 70%	
Projeto FINEP Tecnologias Sociais - Um dos projetos vinculados é para o APL de Fruticultura (Mangaba)	R\$ 3.587.416,92	FNDCT/FINEP - 80,7%	Aguardando resultado. Vale destacar que essa proposta é conjunta com o IPTI, EMBRAPA e EMGETIS.
		PRONESE - 8,9%	
		IPTI - 10,4%	
Edital de apoio a APLs de baixa renda	R\$ 12.000.000,00	BNDES - 50%	Proposta encaminhada ao BNDES. Edital a ser lançado.
		Governo do Estado - 50%	

Fonte: APL-SE/SEDETEC. Adaptado pela autora.

4.2 As Instituições de Apoio aos APLs de Sergipe: Identificação, Conceito e Critérios de Seleção Adotados

A interação entre os atores locais é fundamental para o desenvolvimento regional/local. Como visto, diversas instituições realizam ações de apoio aos arranjos produtivos do estado de Sergipe. Para obter informações acerca dessas instituições, foi aplicado um questionário no âmbito do projeto “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte e Nordeste do Brasil e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais em Estados Nordestinos Seleccionados”, contendo 22 questões abertas, sobre i) identificação e caracterização da instituição entrevistada; ii) histórico da instituição quanto às ações voltadas a APLs no estado, antes de 2008; iii) APLs identificados e apoiados pela instituição no estado (2008-2009); e iv) programas, projetos e/ou ações da instituição para APLs no estado (2008-2009). No total foram 25 instituições pesquisadas, tendo, como entrevistados, dirigentes ou gestores responsáveis pelas ações direcionadas às aglomerações produtivas.

Instituição	Objetivo/Finalidade	Formas de apoio	Parceiros no apoio aos APLs
ACESE	Catalisar idéias e ações, relacionadas com o desenvolvimento econômico e social de Sergipe.	Consultoria e realização de eventos locais.	SEBRAE, BB, BNB e prefeituras.
ADEMA	Fiscalizar, licenciar e monitorar os empreendimentos no estado de Sergipe.	Divulgação de informações sobre licenciamento na área ambiental.	O governo do Estado.
BANESE	Satisfazer as necessidades de informações e serviços financeiros.	Financiamento através de linha de crédito.	BNDES, FNE/BNB, SEDETEC, EMDAGRO, SAGRI, COHIDRO e SEBRAE
BB	Impulsionar a economia e o desenvolvimento, atuando de forma responsável.	Linha de crédito, através do BB Giro APL.	Núcleo de APLs do Estado (APL-SE)
BNB	Desenvolvimento/ Crédito	Crédito, projetos de pesquisa e transferência de tecnologia, participação nos projetos.	EMBRAPA, EMDAGRO, SEBRAE, SENAC, TKDE Turístico, Universidades, Governo do Estado
CODEVASF	Promover o desenvolvimento e a revista ligação das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba.	Capacitação e infra-estrutura básica.	SEBRAE, Secretarias do Estado (SAGRI, PRONESE), Ministério de Integração Nacional e Associações Locais.
CODISE	Fomentar a geração de negócios.	Divulgação e análise de: Incentivos do PSDI, apoio técnico nos planos de ação, conscientização.	SEBRAE, SESI, SENAI e Sindicatos.
COHIDRO	Assistência técnica, manutenção e perfuração poços.	Assistência técnica, projetos de crédito, manejo fitossanitário e apoio à comercialização.	Núcleo de APLs do Estado (APL-SE)
EMBRAPA	Viabilizar pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura.	Capacitação de produtores e Projetos de pesquisa da própria EMBRAPA ou projetos externos.	SEDETEC, BNB, EMDAGRO e SEBRAE.
EMDAGRO	Contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e expansão do agronegócio.	Assistência técnica, pesquisa, capacitação e treinamento.	SENAC, SENAI-Rural, SEBRAE, INCRA, SEAGRI e Associações
FAPITEC	Fomento à pesquisa e inovação tecnológica.	Incentivo aos projetos de pesquisa voltados para APLs.	APL-SE, BNB, UFS, ITP e EMBRAPA
IEL	Promover a capacitação empresarial e interação entre empresas e centros de conhecimento.	Capacitação e Consultoria	Núcleo de APLs do Estado (APL-SE).
IFS	Contribuir com a educação do cidadão.	Ações de capacitação e apoio técnico.	SEBRAE.
INCRA	Promover a reforma agrária e regularização fundiária.	Assistência técnica especializada e financiamento através do programa "Terra-Sol".	SEBRAE, BB, SEPLAN, EMBRAPA, UFS, PETROBRAS, BNB E CONAB.
ITPS	Prestar serviços tecnológicos, de metrologia e de pesquisa para a sociedade sergipana.	Prestação de serviços, através da análise e consultoria.	Núcleo de APLs do Estado (APL-SE)
MCS	Disseminar e promover a excelência da gestão nas organizações e integrações.	A mobilização, capacitação e reconhecimento da melhoria da qualidade.	PETROBRAS, SEBRAE, SEDETEC e Universidades.
PRONESE	Implementar programas e ações voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável.	Execução de vários programas que convergem para o atendimento dos APLs, bem como financiamento/investimento, crédito, assistência técnica e acesso de mercado.	EMDRAGO, SEBRAE, PETROBRAS, Ministério da Agricultura e Organizações Não-Governamentais.
SAGRI	Promover o desenvolvimento rural sustentável.	Orientação tecnológica, mercadológica, acompanhamento da produção.	EMBRAPA, EMDAGRO, SEPLAN, CODEVASF, BNB e BB.
SEBRAE	Promover e consolidar a força empreendedora dos pequenos negócios	Consultoria, capacitação, tecnologia e mercado.	BB, PRONESE, Secretaria do Trabalho, SEDETEC, UFS, PIO X e UNIT
SEDETEC	Fomentar o desenvolvimento econômico sustentável de todos os territórios do estado	Coordenação do Núcleo de Apoio aos APLs do Estado de Sergipe.	Todas as instituições que apoiam os APLs.

Instituição	Objetivo/Finalidade	Formas de apoio	Parceiros no apoio aos APLs
SENAC	Capacitar e aperfeiçoar	Capacitação e aperfeiçoamento das pessoas envolvidas nos APLs	Ministério da Integração Nacional, SEBRAE e SEDETEC.
SENAI	Contribuir para o desenvolvimento industrial do estado.	Capacitação, consultoria, ações de desenvolvimento tecnológico, serviços de laboratório e consultorias.	SEBRAE, SEDETEC, UFS, IEL, BNB, Federação das Indústrias e outros.
SEPLAN	Contribuir no desenvolvimento sustentável do estado	Agregação de valor aos produtos; e Capacitação em gestão.	Sociedade, poder público e iniciativa privada.
SERGIPETEC	Fomento ao empreendedorismo nas áreas de TI, Biotecnologia e Energia.	Estudos e capacitações.	PETROBRAS, EMBRAPA, SEBRAE, FAPITEC e SEDETEC.
SETRAPIS	Requalificação profissional e aproximação entre instituição e trabalhador	Qualificação profissional, comercialização dos produtos e intermediação financeira.	BANESE, PRONESE, SEBRAE, EMSETUR e EMDAGO.

Quadro 10 - Sergipe – Características das instituições de apoio aos APLs - 2008-2009

Fonte: BNDES, 2009.

O Quadro 10 versa sobre quatro características das instituições - a função, o papel exercido junto ao APL, a forma de apoio e seus parceiros -, no período de 2008 e 2009. Ao todo, são 25 instituições apoiando através de consultoria e realização de eventos, divulgação de informações, oferta de crédito, infra-estrutura básica, assistência técnica, capacitação/treinamento e outros. O apoio se dá de acordo com as possibilidades e limitações de atuação de cada uma delas.

Através do Quadro 11, referente ao conceito de APL utilizado pelas instituições de apoio em Sergipe, constata-se que a maioria não formou um conceito próprio, mas sim, adota aquele da instituição parceira. Um dos mais utilizados é o da SEDETEC que, considerando o mesmo do MDIC, conceitua APLs como aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, de ensino e de pesquisa. Outro conceito substancialmente utilizado é o do SEBRAE/SE que baseia-se no da RedeSist.

Instituição	Conceito
ACESE	Aglomerado de empresas de um mesmo setor.
ADEMA	Utiliza o mesmo do APL-SE, da SEDETEC, voltando-se para micro, pequenas e médias empresas.
BANESE	Utiliza o mesmo do APL-SE, da SEDETEC, voltando-se para micro, pequenas e médias empresas.
BB	Concentração de agentes – empresas, cooperativas e associações urbanas, profissionais liberais e empreendedores informais – localizados em um mesmo território, operando em atividades produtivas correlacionadas e que apresentam vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem, tendo por objetivo o desenvolvimento econômico e social (Fonte: http://www.bb.com.br).
BNB	Utiliza o do APL-SE, da SEDETEC, e do SEBRAE.
CODEVASF	Utiliza o do MDIC, mas cientes de que não se adequam para Sergipe, já que as ações são de subsistência. Trata-se de aglomerados produtivos e não de APLs.
CODISE	Aglomerado de atividades produtivas.
COHIDRO	Utiliza o do APL-SE, da SEDETEC.
EMBRAPA	Atividade econômica definida, inserida num território bem delimitado representando um segmento significativo para o estado.
EMDAGRO	Utiliza o do APL-SE, da SEDETEC.
FAPITEC	Utiliza o do APL-SE, da SEDETEC.
IEL	Utiliza o do CNI e do SEBRAE, que é o de aglomeração de empresas em um determinado território com a mesma especialização produtiva.
IFS	Aglomerados de empresas voltadas para um mesmo setor econômico que necessitam de apoio das instituições para que possam deslançar.
INCRA	Não existe um conceito formado. Utiliza o do APL-SE, da SEDETEC, e do SEBRAE.
ITPS	Utiliza o do APL-SE, da SEDETEC, e do SEBRAE.
MCS	Junção de pessoas de um mesmo segmento específico, que tem como objetivo unir forças em prol do desenvolvimento.
PRONESE	O conceito de APLs utilizado pela instituição define-se como um segmento de atuação, atividade produtiva inserida num nicho de mercado, de forma iniciante ou bem sucedida, que se desenvolve a partir do trabalho em grupo com base em ações complementares. No entanto, a entrevistada acrescenta que a idéia ainda está sendo absorvida pelos técnicos no sentido de ter uma assimilação mais enfática deste conceito com as ações de forma integrada. (Segmento de atuação da PRONESE que se encaixa na geração de emprego e renda. Também identificada como parte do segmento da cadeia produtiva, uma parte da cadeia consolidada, bem sucedida.)
SAGRI	Ações articuladas em cadeia produtivas entre produtores em um espaço geográfico não limitado, por interagir com outras regiões, espaços além desse controle.
SEBRAE	É utilizado o termo de referência conceituado pela RedeSist. Utiliza-se a flexibilização dos conceitos buscando a potencialidade das aglomerações como APLs.
SEDETEC	Utiliza o do MDIC, que define APLs como aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.
SENAC	O conceito utilizado depende do projeto. Se a instituição está em parceria com o SEBRAE, o conceito é o do SEBRAE; se está com outra instituição, o conceito utilizado será o da outra instituição.
SENAI	Utiliza o mesmo do SEBRAE
SEPLAN	Conjunto de agentes econômicos, culturais sociais e políticos que desenvolvem atividades específicas no mesmo local, ou território.
SERGIPETEC	Utiliza o mesmo da SEDETEC, RedeSist e do Ministério da Tecnologia. Ou seja, um conceito geral.
SETRAPIS	O conceito não é trabalhado porque o foco é com a inserção do trabalhador no mercado.

Quadro 11 - Sergipe – Conceito de APL adotado pela instituição de apoio - 2008-2009

Fonte: BNDES, 2009.

No tocante à forma de seleção dos arranjos a serem apoiados, os critérios utilizados pelas instituições, em geral, estão vinculados ao impacto que o arranjo produtivo exerce sobre o desenvolvimento sócio-econômico de Sergipe. A SEDETEC, por exemplo, através do APL-SE, prioriza os APLs que geram considerável ocupação e renda na comunidade e que oferecem expressiva oportunidade de desenvolvimento, inclusive possibilidades de participação no comércio exterior. Além disso, observa, também, a oportunidade de inovação tecnológica e capital social, como observado no Quadro 12.

A CODEVASF, por sua vez, utiliza como critérios para seleção a estrutura da comunidade, o impacto sócio-econômico, organização de base institucional e a demanda dos APLs localizados nas regiões de estudo da instituição. Já a EMBRAPA utiliza os critérios: a) território e competência dos APLs; b) perfil dos APLs; c) interesse do governo estadual em apoiar determinado arranjo; d) contribuição econômica e social (geração de emprego e renda) do APL no estado. O do MCS utiliza o da idéia da necessidade de desenvolvimento do estado e o impacto do APL no PIB sergipano (ver Quadro 12).

O Quadro 12 mostra, ainda, os critérios adotados por outras instituições, como SEBRAE, que utiliza a quantidade de empreendimentos (mínimo de 20) e importância daquele aglomerado para a economia do estado, levando em conta a intensidade do setor em mão-de-obra, geração de emprego e renda na economia local. Ou seja, o peso da importância dos empreendimentos para o estado.

Instituição	Critério para APLs beneficiados
ACESE	i) Atividade econômica desenvolvida pelo APL deve ser correlata com as competências empresariais da instituição; e ii) a demanda por APLs que têm interesse em trocar experiências com outros associados.
ADEMA	Demanda dos APLs. Na estrutura da ADEMA, não existe um apoio a APL e sim um convite. A instituição é convidada para dar informações sobre licenciamento ambiental para APL. O trabalho é feito a partir das demandas trazidas pela SEDETEC.
BANESE	Demanda espontânea do público/APL.
BB	Não existe critério. Apóia todos os arranjos identificados pelo APL-SE de forma igual.
BNB	Estudo sobre as principais atividades do nordeste e dos arranjos apoiadas pelo governo do Estado.
CODEVASF	i) Estrutura da comunidade (se eles se constituem na forma de associação ou cooperativa, se há organização local e em que nível de maturidade (<i>sic</i>) se encontra; se existe comércio para aquela atividade; qual o histórico da localidade e, sobretudo, se a atividade está dentro da política da empresa); ii) Impacto sócio-econômico: por se tratar de famílias que vivem de subsistência; iii) Organização de base institucional; e iv) Demanda dos APLs localizados nas regiões de estudo da instituição.
CODISE	Os APLs que se adequam aos incentivos.
COHIDRO	Área de atuação da instituição.
EMBRAPA	i) Territorial e competência dos APLs; ii) Perfil dos APLs; iii) Interesse do governo estadual em apoiar determinado APL; e iv) Contribuição econômica e social (geração de emprego e renda) do APL no estado.
EMDAGRO	Demanda dos APLs
FAPITEC	A partir da definição do APL-SE e áreas de interesse do BNB.
IEL	Demanda dos APLs desde que estejam dentro do foco da instituição, ou seja, aquele que estão voltados para a indústria.
IFS	Compatibilidade das pesquisas da instituição e a atividade produtiva de aglomeração.
INCRA	A partir das demandas de outras instituições e dos assentamentos do INCRA.
ITPS	A partir das linhas de pesquisa que o ITPS trabalha, bem como as demandas dos APLs.
MCS	A partir da idéia da necessidade de desenvolvimento do estado e o impacto do APL no PIB. Vale ressaltar ainda, a questão da forte parceria existente com a Petrobrás.
PRONESE	A partir da legitimidade das associações que devem se configurar como associações comunitárias localizadas em áreas prioritárias (área rural dos municípios). Dentro disso a associação passa por um colegiado que identificará se a ação é de interesse da comunidade, do município. A associação deve fazer parte do colegiado municipal, e as ações vêm do planejamento participativo.
SAGRI	Através de técnicos dos 32 (trinta e dois) escritórios locais existentes, que se utilizam do mapeamento feito juntamente com a EMDAGRO, baseado no cadastro dos agricultores. A partir daí se busca formar indícios de evolução dentro das organizações ao ponto de se perceber suas potencialidades para APL, contemplando à visão de mercado e sustentabilidade, ou seja, o impacto econômico e social e na economia, impacto social desenvolvimento estadual em virtude da própria política do governo.
SEBRAE	Quantidade de empreendimentos (mínimo de 20) e importância daquele aglomerado para economia do estado, levando em conta a intensidade do setor em mão-de-obra, geração de emprego e renda na economia local. O peso da importância dos empreendimentos para o estado.
SEDETEC	São priorizados os APLs que geram considerável ocupação e renda na comunidade, que oferecem expressiva oportunidade de desenvolvimento, inclusive possibilidade de participação no comércio exterior. Além disso, observam também a oportunidade de inovação tecnológica e capital social.
SENAC	A partir da demanda, uma vez que o apoio é através da intervenção de ação indireta (promoção de curso).
SENAI	Organizações ou regiões que estão querendo crescer e tem potencial para o crescimento. E um ponto principal é que os APLs apresentem um caráter industrial.
SEPLAN	Atividade praticada por pequenos produtores e maior benefício social.
SERGIPETEC	A partir dos impactos que os APLs causam no PIB.
SETRAPIS	APLs que têm maior inserção no mercado de trabalho, em que a Secretaria pode oferecer cursos voltados para a demanda de trabalho. Autônomos que precisam de um apoio estadual.

Quadro 12 - Sergipe - Critérios utilizados pela instituição para a seleção dos APLs que serão beneficiados - 2008-2009

Fonte: BNDES, 2009.

Instituição	APLs apoiados
ACESE	Apicultura, Automecânica, Confecção e Artesanato de Bordado, Moda e Beleza, Ovinocaprinocultura, Panificação e Petróleo e Gás.
ADEMA	Apicultura, Cerâmica Vermelha, Confecções e Artesanato de Bordado, Fruticultura, Mandioca, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite, Petróleo e Gás, Piscicultura e Tecnologia da Informação.
BANESE	Apicultura, Cerâmica Vermelha, Confecções e Artesanato de Bordado, Fruticultura, Mandioca, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite, Petróleo e Gás, Piscicultura, Milho, Rizicultura e Tecnologia da Informação.
BB	Apicultura, Confecção e Artesanato de Bordados, Fruticultura, Mandioca, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite e Piscicultura.
BNB	Apicultura, Autopeças, Cana-de-açúcar, Cerâmica Vermelha, Citricultura, Confecções e Artesanato de Bordado, Fruticultura, Mandioca, Milho, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite, Petróleo e Gás, Piscicultura, Saúde, Tecnologia da Informação e Turismo.
CODEVASF	Apicultura, Ovinocaprinocultura e Piscicultura.
CODISE	Cerâmica Vermelha, Confecções e Artesanato de Bordado e Pecuária do Leite.
COHIDRO	Fruticultura
EMBRAPA	Mandiocultura, Ovinocaprinocultura e Pecuária do leite.
EMDAGRO	Apicultura, Bovinocultura, Ovinocaprinocultura e Pecuária do Leite.
FAPITEC	Apicultura, Cerâmica Vermelha, Confecções e Artesanato de Bordado, Fruticultura, Mandioca, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite, Piscicultura e Tecnologia da Informação.
IEL	Cerâmica Vermelha, Confecções e Artesanato de Bordado, Fruticultura, Petróleo e Gás e Tecnologia da Informação.
IFS	Atualmente, nenhum.
INCRA	Confecções e Artesanato de Bordado, Mandioca, Ovinocaprinocultura e Pecuária do Leite.
ITPS	Cerâmica Vermelha, Fruticultura, Mandioca, Ovinocaprinocultura e Pecuária de Leite.
MCS	Petróleo e Gás
PRONESE	Apicultura, Bovinocultura, Cerâmica Vermelha, Citricultura, Confecções e Artesanato de Bordado, Fruticultura, Mandioca, Ovinocaprinocultura, Piscicultura e Rizicultura.
SAGRI	Carcinicultura, Fruticultura, Mandioca, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite e Rizicultura.
SEBRAE	Apicultura, Cerâmica Vermelha, Confecções e Artesanato de Bordado, Fruticultura, Mandioca, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite, Petróleo e Gás, Piscicultura e Tecnologia da Informação.
SEDETEC	Apicultura, Cerâmica Vermelha, Confecções e Artesanato de Bordado, Fruticultura, Mandioca, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite, Petróleo e Gás, Piscicultura e Tecnologia da Informação.
SENAC	Apicultura, Cerâmica Vermelha, Confecções e Artesanato de Bordado, Fruticultura, Mandioca, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite, Petróleo e Gás, Piscicultura, Saúde e Tecnologia da Informação.
SENAI	Apicultura, Cerâmica Vermelha, Confecções e Artesanato de Bordado, Pecuária do Leite e Petróleo e Gás.
SEPLAN	Apicultura, Biodiesel, Mandioca e Piscicultura.
SERGIPETEC	Biocombustíveis, Energia e Tecnologia da Informação.
SETRAPIS	Artesanato de Cerâmica, Artesanato de Madeira, Artesanato de Palha, Artesanato de Ponto de Cruz, Artesanato de Redendê e Confecções e Artesanato de Bordado.

Quadro 13 - Sergipe - APLs apoiados, por instituição - 2008-2009

Fonte: BNDES, 2009

Através do quadro 13, pode-se notar os APLs apoiados por cada instituição. As instituições que apóiam maior número de APLs são BNB (16), BANESE (12), SENAC (11),

SEDETEC (10), SEBRAE (10), PRONESE (10) e ADEMA (10). Cabe ressaltar que, como mostrado no quadro 10, maior parte do apoio é realizado em parceria com outra instituição.

Instituição	APLs identificados
ACESE	Movelaria, Pecuária do Leite e Piscicultura
ADEMA	Nenhum. A identificação é feita pelo SEBRAE ou APL-SE.
BANESE	Rizicultura
BB	Nenhum. A identificação é feita pelo SEBRAE ou APL-SE.
BNB	Apicultura, Autopeças, Bovinocultura, cana-de-açúcar, Cerâmica Vermelha, Citricultura, Confecções e Artesanato de Bordado, Milho, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite, Petróleo e Gás, Saúde e Turismo.
CODEVASF	Nenhum. A identificação é feita pelo SEBRAE ou APL-SE.
CODISE	Cerâmica Vermelha e Confecções e Artesanato de Bordado e Pecuária do Leite e.
COHIDRO	Fruticultura
EMBRAPA	Piscicultura
EMDAGRO	Apicultura, Bovinocultura, Ovinocaprinocultura e Pecuária do Leite
FAPITEC	Apicultura, Cerâmica Vermelha, Confecções e Artesanato de Bordado, Fruticultura, Mandiocultura, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite, Petróleo e Gás, Piscicultura e Tecnologia da Informação.
IEL	Atualmente, nenhum. A identificação é feita pelo SEBRAE ou APL-SE.
IFS	Artesanato de Madeira, Cerâmica Vermelha, Pecuária do Leite e Petróleo e Gás.
INCRA	Nenhum. A identificação é feita pelo SEBRAE ou APL-SE.
ITPS	Nenhum. A identificação é feita pelo SEBRAE ou APL-SE.
MCS	Petróleo e Gás
PRONESE	Apicultura, Confecções e Artesanato de Bordado, Mandioca, Ovinocaprinocultura e Piscicultura.
SAGRI	Apicultura
SEBRAE	Apicultura, Cerâmica Vermelha, Confecções e Artesanato de Bordado, Fruticultura, Mandiocultura, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite, Petróleo e Gás, Piscicultura e Tecnologia da Informação.
SEDETEC	Apicultura, Artesanato de Cerâmica, Artefatos de Madeiras e Móveis, Carcinicultura, Carroceria, Cerâmica Vermelha, Citricultura, Confecções e Artesanato de Bordado, Fruticultura, Mandiocultura, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite, Petróleo e Gás, Piscicultura, Rizicultura, Saúde e Tecnologia da Informação.
SENAC	Nenhum. A identificação é feita pelo SEBRAE ou APL-SE.
SENAI	Apicultura, Cerâmica Vermelha, Confecções e Artesanato de Bordado, Fruticultura, Mandiocultura, Ovinocaprinocultura, Pecuária do Leite, Petróleo e Gás, Piscicultura e Tecnologia da Informação.
SEPLAN	Apicultura, Cerâmica Vermelha, Confecções e Artesanato de Bordado, Mandiocultura, Milho, Pecuária do Leite e Petróleo e Gás.
SERGIPETEC	Nenhum. A identificação é feita pelo SEBRAE ou APL-SE.
SETRAPIS	Nenhum. A identificação é feita pelo SEBRAE ou APL-SE.

Quadro 14 - Sergipe - APLs identificados, por instituição - 2008-2009

Fonte: BNDES, 2009

Além de contribuir com o apoio para a promoção e desenvolvimento dos APLs, bem como da localidade, muitas instituições realizam pesquisas e visitas técnicas que permitem identificar a existência de arranjos em determinados territórios, como é o caso da ACESE, BANESE, BNB, CODISE, COHIDRO, EMBRAPA, FAPITEC, IFS, MCS, PRONESE,

SAGRI, SENAI e SEPLAN. Contudo, por se apresentarem mais atuantes, a SEDETEC e o SEBRAE/SE respondem por maior parte dos arranjos identificados (ver Quadro 14).

4.3 Avaliação das Políticas e Ações de Apoio aos APLs de Sergipe

Com o intuito de promover um aprofundamento sobre as políticas de apoio aos APLs de Sergipe, ainda no âmbito do projeto “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte e Nordeste do Brasil e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais em Estados Nordestinos Selecionados”, foi realizada uma entrevista com a SEDETEC, Secretaria responsável pelo Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais (APL-SE), e com algumas das instituições que mais contribuem para a promoção e o desenvolvimento dos APLs no estado: SEBRAE, EMDAGRO e ITPS. Os entrevistados foram os dirigentes das instituições ou gestores responsáveis pelo apoio. A entrevista abordou as seguintes questões:

1. Segundo sua avaliação quais foram as políticas de apoio aos APLs mais eficazes ou bem sucedidas? Tipo de política: a) para gerar interações locais; b) para estimular a geração, difusão e uso de conhecimentos para o aprendizado; c) para cooperação e inovação; d) para envolver instituições locais; e) atingir um grupo relevante de atores locais quanto à sua posição na cadeia produtiva; e f) outros (especificar). Quais os efeitos surtidos por elas?
2. As políticas de apoio aos APLs identificadas acima como mais eficazes tornaram-se políticas públicas institucionalizadas? Segundo sua avaliação, com o passar do tempo, essas políticas de apoio aos APLs avançarão para o grau de sustentabilidade? Quais fatores podem contribuir ou dificultar o processo de aderência dessas políticas.
3. As políticas de apoio aos APLs mantêm coerência com outras políticas públicas no estado? Ou seja, existem complementaridades, superposições ou conflitos entre as políticas de apoio aos APLs, seus organismos de apoio no estado ou com outras políticas públicas no estado?
4. Quais políticas de apoio aos APLs NÃO foram bem sucedidas? Explique por que.

5. Quais políticas de apoio aos APLs poderiam ser realizadas adicionalmente? Ou seja, quais novas políticas para apoiar os APLs e o desenvolvimento do estado você recomenda?
6. Existem outras possibilidades de ação com o foco nos APLs no entorno dos grandes projetos que você conhece?
7. Como o (a) senhor (a) avalia os APLs como instrumentos para orientação de políticas públicas? Ou seja, quais suas vantagens ou limitações?

Para a SEDETEC, as políticas de apoio aos APLs mais eficazes ou bem sucedidas no estado foram aquelas com objetivo de envolver instituições locais, cooperação e inovação e cooperação institucional. As políticas possibilitaram a propagação e reconhecimento da experiência de Sergipe, em termos de APLs, por outros estados, cujo diferencial foi e é a metodologia, que traz maior proximidade com a forma de governança, e o lançamento de editais na área de tecnologia voltados aos APLs.

A SEDETEC ressaltou que o envolvimento com instituições locais foi fundamental para o avanço dos APLs. Os PDs, elaborados em parceria com instituições integrantes do núcleo estadual, permitiram inserir uma proposta para o CNPq, resultando no lançamento de um edital de quase R\$ 400 mil. Essa foi a primeira experiência. A segunda foi o lançamento de edital da FAPITEC/SE e BNB, instituições focadas nas demandas dos APLs. A terceira experiência foi a proposta da FINEP de Tecnologias Sociais, na qual havia um subprojeto de fruticultura, mais especificamente de mangaba, intitulado “Catã Mangaba”, no valor de R\$ 318 mil, de parceria SEDETEC, EMBRAPA, PRONESE, IPI/SP e EMGETIS.

A SEDETEC corroborou que há um reconhecimento das instituições sobre a importância da interação para o desenvolvimento dos APLs. O resultado disso são os arranjos que estão se formando, como é o caso do APL de Cultura (com base em Projetos de Economia da Cultura), localizados nos municípios de São Cristóvão e Laranjeiras, patrimônios culturais de Sergipe, onde é observada como estratégia de desenvolvimento sócio econômico sustentável a questão do patrimônio cultural, da gastronomia e do turismo.

A Secretaria acrescentou, ainda, que, além da formação de novos APLs, outro resultado da cooperação institucional é o APL de Mandioca, que já tem PD pronto e conta com o apoio da CODISE na reestruturação das casas de farinha de acordo com as normas de segurança do trabalho. Os arquitetos estão fazendo um novo *layout* para as casas.

Segundo a diretora técnica da SEDETEC, Sudanês Barbosa, depois da instauração do núcleo, o fator cooperação sempre esteve presente; e, fortalecer o capital social, termo que foi doutrinado à medida que se discutia APL, é extremamente importante. O APL-SE procura mobilizar as instituições parceiras para a realização de todas as ações que estão no PD; até instituições de âmbito federal estão juntas, como a SUDENE, CETEM, BNDES, MME, EMBRAPA, CODEVASF e outras.

Ainda com relação à questão do tipo de política de apoio aos APLs mais eficazes ou bem sucedidas, o SEBRAE destacou aquelas “para gerar interações locais”, “para estimular a geração, difusão e uso de conhecimentos para o aprendizado”, “para cooperação e inovação” e as de “gestão estratégica orientada para obtenção de resultados”. A EMDAGRO destacou aquelas “para gerar interações locais”, “para envolver instituições locais” e “para atingir um grupo relevante de atores locais quanto à sua posição na cadeia produtiva”. Por seu turno, o ITPS enfatizou aquelas “para atingir um grupo relevante de atores locais quanto à sua posição na cadeia produtiva”, “para gerar interações locais”, “para envolver instituições locais” e “para estimular a geração, difusão e uso de conhecimentos para o aprendizado”.

Os efeitos surtidos por esses tipos de políticas foram: i) a realização de trabalhos coletivos, gerando maior interação e aprendizado entre os envolvidos - podendo citar o APL de Petróleo e Gás e o APL de Apicultura, como exemplo (SEBRAE); ii) a integração entre as instituições e a chamada aos integrantes dos grupos de APLs em operação no estado, sendo levantados desafios, oportunidades e ações voltadas para as atividades já previstas nos orçamentos das instituições do grupo, bem como a captação de recurso – o APL da Cerâmica e da Apicultura são bons exemplos (ITPS); iii) o aumento da produção e melhoria na estruturação dos produtores (de leite) frente à crise/seca (EMDAGRO).

No tocante à segunda indagação da entrevista, sobre se as políticas de apoio aos APLs identificadas como mais eficazes tornaram-se políticas públicas institucionalizadas, todos os entrevistados responderam que sim e que, com o passar do tempo, avançarão para um grau de sustentabilidade. A SEDETEC atribuiu isso ao fato de as instituições já estarem cientes da importância dos arranjos produtivos e pretenderem dar continuidade ao trabalho. O fator que pode contribuir ou dificultar o processo de aderência das políticas é a questão do impacto ambiental, que tem de ser respeitada por todos. Os editais que serão lançados pelo BNDES abordarão essa questão.

Para os entrevistados das demais instituições pesquisadas, os fatores que podem contribuir para a aderência dessas políticas são a organização dos arranjos (SEBRAE), o

estímulo e esforços do Governo do Estado, através do Núcleo de APL (ITPS) e a ampliação e capacitação do quadro de técnicos nos projetos específicos (EMDAGRO). Como fatores dificultadores, citaram a falta de governança dos arranjos (SEBRAE), o nível cultural e o endividamento dos produtores (EMDAGRO).

Quando perguntado se as políticas de apoio aos APLs mantêm coerência com outras políticas públicas no estado, ou seja, se existem complementaridades, superposições ou conflitos entre as políticas ou seus organismos de apoio no estado, os entrevistados das quatro instituições responderam que sim. A SEDETEC informou que está trabalhando para evitá-las, através do acompanhamento das ações. Cada instituição inserida no APL possui uma listagem para divulgar o que está fazendo, suas atividades, programas/ações, mas a intenção é que todas as ações sejam realizadas em conjunto (SEBRAE). O SEBRAE informou que se tenta trabalhar na mesma direção, da forma mais adequada possível, sem isentar a autonomia das outras instituições, para evitar as superposições. A EMDAGRO, por sua vez, comentou que não há superposição; o que existe é um trabalho paralelo, uma complementaridade. Nenhuma instituição é capaz de atender a todos, por isso algumas instituições complementam o trabalho da outra, como é o caso da CODISE, que facilita os processos de formação de preços e custo de laticínios (EMDAGRO). Seguindo a mesma visão, o ITPS argumentou que existe complementaridade das ações do governo e as de incentivo às políticas para APLs no estado. A organização dos APLs, sendo prioridade da SEDETEC, tem ações de diversas outras secretarias, revelando a importância que o conjunto do Governo atribui às especialidades produtivas do Estado, especialmente àquelas instaladas no interior, o que promove a interiorização do desenvolvimento econômico, uma das diretrizes do governo estadual (ITPS).

Sobre as políticas de apoio aos APLs que não foram bem sucedidas ou que necessitam de melhor adaptação, as instituições mencionaram: i) o CREDI-APL, linha de crédito do BANESE voltada para arranjos produtivos, que precisa ser mais divulgada. O Banco de Sergipe concede muitos créditos para microempresas, mas não há um instrumento de política do banco, ou seja, há ausência do crédito para apoio aos APLs como diretriz (SEDETEC); ii) a difícil adesão de cooperação, atribuindo a dificuldade à questão cultural da localidade que ainda prevalece nos empreendimentos ligados a condutas individualistas, (SEBRAE) e de organização dos produtores. Consoante a EMDAGRO, em todas as suas capacitações/treinamentos, há a tentativa de sensibilizar os produtores para se associarem e, assim, comprarem seus produtos de forma coletiva.

Para apoiar os APLs e o desenvolvimento do estado, as políticas de apoio aos arranjos recomendadas foram: a) lançamento de mais editais voltados para as demandas dos APLs; b) assistência técnica ao crédito, uma vez que as pessoas que utilizam o crédito nem sempre o direcionam para a atividade produtiva, contribuindo para o aumento da inadimplência. (SEDETEC); c) a intensificação do processo de inovação nos empreendimentos, por exemplo, inovação na busca de mercado externo (SEBRAE); d) a busca de outras alternativas, além das existentes, de captação de recursos, apoio de infra-estrutura e capacitação para os envolvidos nas cadeias produtivas destes dos APLs (ITPS); e) melhoria na extensão rural, ampliando e treinando o quadro de técnico; f) desenvolvimento de novas pesquisas voltadas para o semi-árido; g) redução da burocracia e agilidade do crédito rural; h) oferta de máquinas e equipamentos pela prefeitura dos próprios municípios, para atender a todos os produtores, cobrando apenas o preço de custo, já que os pequenos produtores sofrem muito com a falta de máquinas e equipamentos, o que acaba influenciando na produção; i) valorização dos produtos da região, através da compra para merenda escolar, ao invés de adquirir produtos externos (EMDAGRO).

Por meio da entrevista foi possível constatar que existem outras possibilidades de ação com o foco nos APLs no entorno dos grandes projetos. A esse respeito, a SEDETEC informou que a SEPLAN tem tomado a iniciativa de convocá-la para participar de grandes projetos e que todo o projeto grande do estado de Sergipe tem ações vinculadas com outras políticas, como é o caso do “Desenvolver-SE”, “Sergipe Cidades” e o “Desenvolvimento Integrado do Alto Sertão e do Baixo São Francisco”. Já as demais instituições apontaram como ações a participação de empresas âncoras, o que, em geral, diz respeito à qualificação de fornecedores - por exemplo, na linha de Petróleo e Gás poderia ser trabalhada a parte de mineração (SEBRAE); a aquisição de equipamentos com a finalidade de agilizar e aperfeiçoar análises (ITPS); e, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, atuação na parte de eletrificação, fornecimento de água de qualidade, melhoria nas estradas para facilitar o escoamento e construção de armazéns para estocar os produtos (EMDAGRO).

Em termos de avaliação, os APLs são considerados, pelas instituições entrevistadas, verdadeiros instrumentos para orientação de políticas públicas, mas, segundo a diretora técnica da SEDETEC, eles não podem ser únicos, devem ser complementados com outras políticas estaduais. A vantagem do foco em APL reside no fato de ele ser o “guarda-chuva” de várias políticas ou ações e a abrangência destas ações poderem ir da produção interna à externa. Outras vantagens são a sinergia no processo, resultando em maior rendimento, e o

benefício coletivo numa mesma ação (SEBRAE). Além disso, a organização e o gerenciamento dos arranjos estimulam a interiorização e acelera o crescimento do estado (ITPS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Potencial para criar economias de escala, inovar, possibilitar a entrada de pequenas empresas no comércio internacional e melhorar qualitativamente os bens produzidos são vantagens competitivas derivadas dos APLs. A esse respeito, a implementação de políticas e/ou ações de desenvolvimento direcionadas para o APLs é fundamental para o aumento da competitividade das unidades produtivas e o desenvolvimento sócio-econômico da localidade, região e país.

No Brasil, o conceito e metodologia de APL surgiram nos anos 90, com o trabalho desenvolvido por uma rede de pesquisadores. Em 1997, recebendo o apoio de instituições brasileira, como o CNPq, e internacional, como a OEA, os pesquisadores criaram oficialmente a RedeSist. Aos poucos, a Rede foi se fortalecendo, aumentando o número de pesquisadores e ganhando amplitude nacional.

As discussões em torno dos arranjos logo foram difundidas, resultando, em 2004, no foco de políticas públicas. Para coordenar a temática, o governo federal adotou duas estratégias: inserir a abordagem dos APLs em torno do Plano Plurianual (PPA) e criar o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL).

Sergipe conta com uma população estimada de pouco mais de 1,9 milhões de habitantes e uma densidade demográfica de 89,9 hab/km², conforme contagem populacional 2007 do IBGE. Entre 2002 e 2007, o PIB sergipano cresceu 78,71%. O crescimento deu-se em razão do aumento da demanda interna, possibilitado pelo surgimento de novos empreendimentos e da geração de empregos.

Com o intuito de promover o desenvolvimento de Sergipe, a estratégia do Governo do Estado, voltada para APLs, foi a instalação de um núcleo de apoio a esses empreendimentos. Seguindo orientação do GTP APL, o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe (APL-SE), sob responsabilidade da SEDETEC, busca articular as ações de apoio às aglomerações locais, com a participação de instituições que visem o crescimento das unidades produtivas.

Atualmente, os arranjos produtivos de Sergipe contam com o apoio de 25 instituições (incluindo a SEDETEC, através do APL-SE), atuando através de consultoria e realização de eventos, divulgação de informações, oferta de crédito, infra-estrutura básica, assistência técnica, capacitação/ treinamento e outros. O apoio ofertado segue em conformidade com a política de atuação de cada instituição.

Baseando-se em uma pesquisa feita pelo BNDES, constatou-se que a maioria das instituições de apoio, em Sergipe, não formou um conceito próprio de APL, mas sim, adotou aquele da instituição parceira. Um dos mais utilizados é o da SEDETEC, que considera o mesmo do MDIC, define APLs como aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Em termos de critérios adotados, a pesquisa indicou que as instituições apóiam os APLs que podem proporcionar maior contribuição para o desenvolvimento do estado. São priorizados para seleção fatores como: geração de emprego e renda, potencial de crescimento mercadológico (inclusive participação no comércio exterior), capacidade inovativa, capital social e outros.

Para aprofundar as informações acerca das políticas e ações, foi realizada uma entrevista com algumas das instituições que apóiam os arranjos produtivos do estado (a saber: SEDETEC, SEBRAE, EMDAGRO e ITPS). A entrevista apontou que as políticas para APLs mais eficazes ou bem sucedidas foram aquelas com objetivo de envolver instituições locais; de cooperação e inovação; de geração de interações locais; e de estímulo a geração, difusão e uso de conhecimentos para o aprendizado. Tais políticas resultaram na difusão e reconhecimento da experiência de Sergipe com arranjos produtivos; a realização de trabalhos coletivos gerando maior interação e aprendizado entre os envolvidos; a integração entre as instituições; e a chamada aos integrantes dos grupos de APLs em operação no estado.

A entrevista apontou, ainda, no tocante às políticas de apoio aos APLs que não foram bem sucedidas ou que necessitam de melhor adaptação, que o CREDI-APL, linha de crédito do BANESE voltada para arranjos produtivos, precisa ser mais divulgado; e que há dificuldade para aderir à cooperação, atribuída à questão cultural do território.

Apesar do foco em arranjos ter crescido nos últimos anos, alguns fatores têm limitado o desempenho das políticas e ações, podendo citar como tais a ênfase teórico-conceitual adotada na identificação dos APLs, a falta de mão-de-obra capacitada para trabalhar com os arranjos e desenvolver projetos, a falta de legalização das ações das cooperativas e associações, a visão das políticas e ações com foco em APLs como panacéia para o desenvolvimento regional e local.

Nesse contexto, recomenda-se que as políticas de apoio aos arranjos produtivos sejam formuladas e implementadas visando:

- Desenvolver ou adequar novos conceitos de arranjos produtivos a partir dos modelos/casos identificados;
- Observar e valorizar as características locais e regionais;
- Elevar a interação entre os atores econômicos, políticos e sociais do local/região;
- Gerar e difundir conhecimento nos empreendimentos, a fim de intensificar o processo inovativo;
- Ofertar assistência técnica ao crédito, a fim de elevar a capacidade produtiva e inovativa dos empreendimentos;
- Capacitar e treinar técnicos ou profissionais que atuam nos APLs.

Por fim, a avaliação das políticas ou ações de promoção e desenvolvimento dos APLs em Sergipe confirma a importância da interação com outros atores locais e a necessidade de implementar outras políticas públicas. Como visto, a vantagem do foco em APL pode atingir extensa dimensão, mas seu desempenho depende de fatores, como aprendizagem, conhecimento, inovação, cooperação, capital humano, capital social e, sobretudo, governança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 9-16, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.ibict.br>. Acesso em: 12 nov. 2009.

AMARAL FILHO, Jair do; AMORIM, Mônica; RABELO, Dayane; MOREIRA, Maria Vilma C.; ARAÚJO, Miriam Rebouças de; ROCHA, Glauter; SCIPIÃO, Tatiana. *Identificação de arranjos produtivos locais no Ceará*. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Eds). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

APL-SE/SEDETEC. *Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo de Sergipe*. Disponível em: <http://www.neapl.sedetec.se.gov.br/>. Acesso em: 04 dez. 2009.

AUN, M. P.; CARVALHO, A. M. A.; KROEFF, R. L. Aprendizagem Coletiva em Arranjos Produtivos Locais: um novo ponto para as políticas públicas de informação?. In: V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura - ENLEPICC, 2005, Salvador, BA - Brasil. *Anais do V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura* V ENLEPICC, 2005.

BANCO CENTRAL. *Boletim Regional do Banco Central do Brasil*. Brasília: BACEN, v. 3, n. 1, p. 1-114, jan. 2009.

BAPTISTA, J. R. V.; ALVAREZ, V. M. P. Relações socioeconômicas em rede: a governança no Arranjo Produtivo do Vestuário de Cianorte no estado do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 113, p. 59-81, jul./dez. 2007.

BNDES. *Análise do Mapeamento e das Políticas para APLs no Estado de Sergipe Relatório de pesquisa – Nota Técnica 2*, 2009. Disponível em: <http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>. Acesso em: 02 fev. 2010.

CAMPOS, R. R.; CÁRIO, Silvio Antônio Ferraz; NICOLAU, José Antônio; VARGAS, Geraldo Teixeira. *Aprendizagem por interação: pequenas empresas em sistemas produtivos e*

inovativos locais. In: Políticas para sistemas produtivos locais de MPME, 2002, Mangaratiba. Seminário políticas para sistemas produtivos locais de MPME. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CAMPOS, Renato Ramos; CARIO, Sílvio Antônio Ferraz; NICOLAU, José Antônio; VARGAS, Geraldo. *Aprendizagem por interação: pequenas empresas em sistemas produtivos e inovativos locais*. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Eds). Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CARLEIAL, L. *Redes Industriais de Subcontratação: um enfoque de sistema nacional de inovação*. São Paulo: Hucitec, 2001.

CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. M. M. (coord.). *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ/SEBRAE, 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist>. Acesso em: 17 dez. 2009.

CASSIOLATO, J.; LASTRES, H. M. *O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas*. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Eds). Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASSIOLATO, J.; SZAPIRO, Marina. *Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas*. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Eds). Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CERVIERI, Cândida Maria. Desafios para uma Política Nacional de Apoio aos APLs. *T&C Amazônia*, Ano VI, N. 15, p. 24-32, out. 2008. Disponível em: https://portal.fucapi.br/tec/imagens/revistas/005_ed015_desafios_para_uma_politica_naciona.pdf. Acesso em: 18 dez. 2009.

DULTRA, M. P. M.; CRUZ, U. A.; SOUZA, V. R. Arranjos Produtivos Locais como Política de Desenvolvimento Econômico e Social. *CienteFico (Faculdade Rui Barbosa)*, v. I, p. 1-6, 2007.

ENRÍQUEZ, G.; COSTA, J. G. C. *Sistemas Locais de Inovação Tecnológica, Incubadoras de Empresas e Desenvolvimento da Indústria no Pará*, 2001. Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/rev20011213_04.pdf. Acesso em: 26 out. 2009.

ERBER, Fabio Stefano. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. *Nova economia*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 11-32, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v18n1/01.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2010.

GANZERT, Christian Carvalho; MARTINELLI, Dante Pinheiro. Transferência de conhecimento em sistemas regionais de inovação: a perspectiva do caso do Vale do Silício Californiano. *Interações (Campo Grande)*, vol.10, n.2, p. 149-158, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v10n2/v10n2a03.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2010.

GARCEZ, Cristiane M. D'Ávila. Sistemas Locais de Inovação na Economia do Aprendizado: Uma Abordagem Conceitual. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, dez., p. 351-366, 2000.

HASENCLEVER, L.; TIGRE, Paulo Bastos. *Estratégias de Inovação*. In: Lia Hasenclever; David Kupfer. (Org.). *Economia Industrial - Fundamentos Teóricos e práticos no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002, p. 431-447.

IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 de janeiro de 2010.

IGLIORI, Danilo Camargo. *Economia dos clusters industriais e desenvolvimento*. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2001. 147p.

LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J.E.; ARROIO, A. (Ed.). *Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ e Contraponto, 2005. 452p.

LASTRES, H.M.M; CASSIOLATO, J.E. Arranjos produtivos e inovativos locais: contribuições para uma nova política de desenvolvimento industrial e tecnológico no Brasil. *Boletim Regional – Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional*, n. 7. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2008, p. 20-27.

LÉON, Maria Elena, AMATO NETO, João. Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. *Gestão & Produção*, v. 8, n. 3, p. 289-303, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a06.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2009.

MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). Secretaria do Desenvolvimento da Produção. *Projeto Extensão Industrial Exportadora - PEIEx*. Brasília: MDIC, 2005. 09p.

MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). Secretaria do Desenvolvimento da Produção. Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais. *Mecanismo para Ampliação do Apoio do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP APL*. Brasília: MDIC, 2004. 10p.

MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). *Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/portalmDIC/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=937>. Acesso em: 12 dez. 2009.

MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Mapeamento das ações orçamentárias integrantes da Lei Orçamentária para 2009. *Programa 0419 – Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas*. Brasília: MPOG, 2008. Disponível em: <http://sidornet.planejamento.gov.br/docs/cadacao/cadacao2009/downloads/0419.PDF>. Acesso em: 03 fev. 2010.

MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *Plano Plurianual 2008-2011: projeto de lei*. Brasília: MPOG, 2007. 540p.

OLIVEIRA, G. B. de. Algumas Considerações sobre Inovação Tecnológica, Crescimento Econômico e Sistemas Nacionais de Inovação. *Revista FAE*, Curitiba, v. 4, n. 3, set./dez., p. 5-12, 2001.

OLIVEIRA, Jorge Santana de. *A Experiência do Estado de Sergipe*. 4ª Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais (4ª CB-APL). Apresentação PowerPoint, Brasília, 28 de outubro de 2009.

PAULA, Juarez de. *Desenvolvimento e Gestão Compartilhada*, 2004. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br>> Acesso em: 08 nov. 2009.

PNUD. *Emprego, Desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente*. Brasília: CEPAL/PNUD, OIT, 2008.

RAIS/MTE. *Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego*. Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em: 08 dez. 2009.

REDESIST. *Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais*. Disponível em: www.redesist.ie.ufrj. Acesso em: 14 fev. 2010.

RESENDE, M. F. C.; GOMES, J. O. Competitividade e potencial de crescimento do cluster de produtores de moldes para a indústria do plástico de Joinville. *Nova Economia (UFMG)*, Belo Horizonte, v. 14, p. 67-104, 2004.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, A. M. M.; GUARNERI, L. S. Características gerais do apoio a arranjos produtivos locais. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 195-204, set. 2000.

SANTOS, Gustavo A. G. dos; DINIZ, Eduardo José; BARBOSA, Eduardo Kaplan. Aglomerações, Arranjos Produtivos Locais e Vantagens Competitivas Locacionais. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 11, n.22, p. 151-179, dez. 2004a.

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos; DINIZ, Eduardo José; BARBOSA, Eduardo Kaplan; SANTOS, Bruno Galvão dos. Arranjos produtivos locais e o desenvolvimento regional. In.: *Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento*. Versão Preliminar. Rio de Janeiro: BNDES, 2004b.

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos; DINIZ, Eduardo José; BARBOSA, Eduardo Kaplan. Arranjos Produtivos Locais, Política Industrial e Desenvolvimento. In.: *Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento*. Versão Preliminar. Rio de Janeiro: BNDES, 2004c.

SECEX/MDIC. *Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior*. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&ref=1076>. Acesso em: 10 fev. 2010.

SEPLAN (Secretaria do Estado de Planejamento). *Plano Plurianual 2008-2011: Desenvolvimento com inclusão pelo direito e pela renda*. Sergipe: SEPLAN, 2007. 37p. Disponível em: <http://www.seplan.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=137>. Acesso em: 14 jan. 2010.

SEPLAN (Secretaria do Estado de Planejamento). *Sergipe em dados*. Aracaju: SEPLAN/SUPES, v. 9, 2008. 112p. Disponível em: <http://www.seplan.se.gov.br/supes/arquivos/Revista%20Sergipe%20em%20Dados%202008.pdf>. Acesso em: 14 jan. de 2010.

SILVA, Maria Geane Bezerra da; BITOUN, Jan. A dimensão espacial do desenvolvimento: definições de aglomerações produtivas e sua incorporação à política nacional. *Revista de Geografia*, Recife, v. 23, n. 2, p. 135-145, 2006.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J; GARCIA, R; DIEGUES, A. C.; RUFFONI, J.; CERRON, A.P. (2006). *Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil*. Relatório Consolidado. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Diretoria de Estudos Setoriais - DISET, out. 2006.

SUZIGAN, Wilson; MUNHOZ CERRON, Ana Paula; DIEGUES JUNIOR, Antonio Carlos. Localização, inovação e aglomeração: o papel das instituições de apoio às empresas no Estado de São Paulo. *São Paulo Perspectiva*, vol.19, n.2, São Paulo, abr./jun., 2005, pp. 86-100. ISSN 0102-8839.

TEIXEIRA, Keuler Hissa; FILHO, Jair do Amaral; MAYORGA, Ruben Dario; MAYORGA, Maria Irlés de Oliveira. Território, cooperação e inovação: um estudo sobre o Arranjo Produtivo Pingo D'água. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 03, p. 573-594, jul./set. 2006

TIGRE, Paulo Bastos. Paradigmas Tecnológicos e Teorias Econômicas da Firma. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 4, n. 1, jan./jun., 2005, p. 187-223.

VISCONTI, Gabriel Rangel. Arranjos Cooperativos e o Novo Paradigma Tecnoeconômico. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 317-344, dez. 2001.

APÊNDICE

Tabela 1A - Sergipe e Municípios - Produto Interno Bruto a preços de mercado – 2003-2007

Unidades da Federação e municípios	Produto Interno Bruto (R\$ milhões)				
	2003	2004	2005	2006	2007
Sergipe	10.873,83	12.167,43	13.427,44	15.124,27	16.895,69
Aracaju	3.903,77	4.519,18	5.197,57	5.633,12	6.353,20
Nossa Senhora do Socorro	562,28	635,54	730,24	839,13	956,98
Canindé de São Francisco	933,63	1.052,42	885,01	782,14	890,45
Estância	669,81	620,21	624,25	749,29	864,67
Laranjeiras	523,95	557,09	596,61	671,69	769,72
Itabaiana	333,71	373,26	423,09	490,71	565,20
Lagarto	390,71	399,06	402,17	464,24	533,02
São Cristóvão	214,95	251,09	275,50	315,92	349,25
Itaporanga D'Ajuda	180,16	223,11	226,23	279,69	343,70
Japaratuba	146,54	181,93	253,38	330,07	313,37
Carmópolis	137,51	157,59	207,89	293,48	308,68
Rosário do Catete	124,30	133,35	152,01	186,71	217,14
Propriá	147,53	166,51	171,07	196,26	209,34
Tobias Barreto	122,27	136,28	155,70	178,15	199,75
Barra dos Coqueiros	121,77	137,82	180,83	215,29	198,63
Nossa Senhora da Glória	96,55	108,86	134,61	157,00	193,11
Simão Dias	128,76	128,11	133,57	157,18	185,08
Frei Paulo	82,81	88,01	93,00	132,49	157,05
Itabaianinha	93,07	101,97	118,44	136,36	148,79
Capela	74,81	83,57	93,86	116,69	133,24
Boquim	74,43	81,67	96,11	115,12	123,26
Maruim	63,73	73,84	81,14	98,10	121,24
Porto da Folha	65,51	73,94	89,27	107,96	113,26
Divina Pastora	47,96	60,27	93,29	126,18	111,44
Poço Redondo	59,54	65,84	79,97	97,29	110,89
Nossa Senhora das Dores	64,71	72,13	81,28	97,44	108,01
Neópolis	69,36	82,92	84,81	95,65	107,42
Riachuelo	74,51	82,13	84,35	102,72	107,31
Pacatuba	44,43	66,15	74,06	97,04	101,31
Umbaúba	59,14	67,22	77,07	85,63	96,33
Siriri	43,32	52,96	69,74	88,47	91,12
Aquidabã	54,99	62,81	66,81	76,34	87,27
Poço Verde	50,18	57,92	66,03	75,44	85,27
Carira	48,16	54,69	58,63	69,49	81,49
Ribeirópolis	52,99	55,97	63,76	73,12	81,36
Japoatã	75,41	92,16	83,84	87,90	81,04
Riachão do Dantas	55,97	52,31	62,54	73,17	72,42
Salgado	54,16	56,96	63,99	72,83	71,32
Areia Branca	53,32	53,62	64,52	70,02	70,91
Campo do Brito	47,52	49,39	54,05	60,27	66,37
Indiaroba	37,63	40,60	44,72	56,54	63,54
Cristinápolis	40,38	41,97	49,97	57,03	60,50
Santa Luzia do Itanhy	36,79	40,20	45,09	54,57	56,18
Santo Amaro das Brotas	30,48	38,11	38,48	47,56	54,76
Monte Alegre de Sergipe	30,63	33,68	40,35	48,33	52,85
Araúá	34,56	34,32	41,16	48,26	49,78
Gararu	29,03	32,34	36,83	44,36	47,33
São Domingos	36,70	37,03	37,16	42,61	47,03
Tomar do Geru	30,55	30,93	36,59	44,04	45,48
Pirambu	24,97	31,03	36,21	39,46	44,34
Malhador	32,83	33,41	34,72	39,72	43,25
Moita Bonita	30,47	30,72	31,68	37,03	39,97
Nossa Senhora Aparecida	21,17	23,04	24,76	29,13	37,93
Brejo Grande	25,10	28,33	28,43	34,13	36,76
Ilha das Flores	21,55	25,12	25,69	31,25	32,40

Unidades da Federação e municípios	Produto Interno Bruto (R\$ milhões)				
	2003	2004	2005	2006	2007
Pedrinhas	20,36	22,24	25,88	30,41	32,10
Muribeca	19,77	24,52	26,51	30,04	29,84
Feira Nova	15,78	18,10	20,40	23,84	26,45
Nossa Senhora de Lourdes	15,99	17,87	20,47	23,42	25,98
Graccho Cardoso	15,23	17,21	18,15	21,84	24,26
Macambira	20,36	20,09	20,48	21,06	23,68
Cedro de São João	14,51	16,47	18,06	20,03	23,08
Santana do São Francisco	15,82	19,18	19,41	22,86	23,05
Pinhão	15,25	15,91	17,84	20,12	22,67
Malhada dos Bois	12,41	14,20	16,48	18,20	22,24
Itabi	15,59	18,30	20,66	24,20	22,02
Santa Rosa de Lima	11,68	12,68	13,43	15,55	19,74
Cumbe	10,59	11,63	12,68	15,05	16,69
Canhoba	10,63	12,51	13,86	16,45	16,01
São Miguel do Aleixo	10,20	11,26	12,71	14,18	15,97
General Maynard	7,44	9,14	9,65	11,49	13,00
Telha	8,71	10,39	10,49	12,60	12,91
São Francisco	8,17	8,85	9,83	11,55	12,41
Pedra Mole	7,68	8,59	9,44	10,94	12,15
Amparo de São Francisco	6,64	7,63	8,91	10,66	9,89

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

Tabela 2A – Sergipe, Nordeste e Brasil – Valor das exportações, importações e saldo da balança comercial - 2000-2009

Ano	Sergipe			Nordeste			Brasil		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
	Valor (A)	Valor (B)	(A) – (B)	Valor (A)	Valor (B)	(A) – (B)	Valor (A)	Valor (B)	(A) – (B)
2000	29.781	94.427	-64.646	4.026.157	4.776.450	-750.293	55.118.920	55.850.663	-731.743
2001	20.835	101.891	-81.056	4.187.783	5.128.805	-941.022	58.286.593	55.601.758	2.684.835
2002	37.630	101.886	-64.256	4.655.566	4.659.981	-4.415	60.438.653	47.242.654	13.195.999
2003	38.847	97.152	-58.305	6.112.110	4.328.651	1.783.459	73.203.222	48.325.567	24.877.655
2004	47.792	101.051	-53.260	8.043.285	5.510.521	2.532.764	96.677.497	62.835.616	33.841.882
2005	66.482	93.359	-26.877	10.561.141	6.307.782	4.253.359	118.529.184	73.600.376	44.928.809
2006	79.002	94.224	-15.221	11.629.125	8.854.753	2.774.372	137.807.470	91.350.841	46.456.629
2007	144.760	140.196	4.564	13.086.245	11.776.555	1.309.690	160.649.073	120.617.446	40.031.627
2008	111.677	203.560	-91.883	15.443.502	15.526.387	-82.885	197.942.443	172.984.768	24.957.675
2009	60.730	153.310	-92.580	11.616.306	10.735.140	881.166	152.994.743	127.647.333	25.347.409

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração própria.

Tabela 3A – Sergipe – Principais produtos exportados – 2008/2009

Produtos exportados	2009 (Jan/Dez)		2008 (Jan/Dez)		Variação (%)
	US\$ F.O.B.	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
Total	60.729.971	100	111.606.957	100	-45,59
Sucos De Laranjas, Congelados, Nao Fermentados	20.147.331	33,18	46.798.975	41,93	-56,95
Cimentos Nao Pulverizados ("Clinkers")	10.380.804	17,09	14.874.421	13,33	-30,21
Outs. Acucares De Cana, Beterraba, Sacarose Quim	8.724.999	14,37	6.546.127	5,87	33,28
Outs. Calç. Cobr. Torno. Part. Sup. Borr., Plást.	6.600.238	10,87	13.515.293	12,11	-51,16
Sucos De Outras Frutas, Prods. Horticolas, Nao F	4.303.875	7,09	2.148.441	1,93	100,33
Outros Sucos De Abacaxi	2.100.869	3,46	1.568.448	1,41	33,95
Outras Frutas Congelad. N/Cozidas, Cozidas Em A	1.278.512	2,11	2.516	---	---
Outs. Sucos De Outs. Citricos	1.268.197	2,09	---	---	---
Tecido De Algodao >=85%, Tinto, Ponto Sarjado, Pe	1.099.718	1,81	458.886	0,41	139,65
Aquecedores Eletr. De Agua, Incl. De Imersao, Uso	1.036.100	1,71	928.336	0,83	11,61
Outs. Calçados De Materia Textil, Sola De Borra	830.792	1,37	1.357.674	1,22	-38,81
Outros Oleos Essenciais, De Laranja	637.287	1,05	1.530.718	1,37	-58,37
Suco De Abacaxi Com Valor Brix <=20	320.584	0,53	---	---	---
Outs. Couros Bovinos, Incl. Bufalos, N/Div. Umid. P	318.294	0,52	---	---	---
Roupas De Toucador/Cozinha, De Tecidos Atoalh.	303.786	0,5	809.412	0,73	-62,47
Outras Frutas Secas	256.377	0,42	---	---	---
Tecido Poliester <85% C/Algodao, P >170g/M2, Sarj	236.413	0,39	257.490	0,23	-8,19
Outs. Calçads. Sol. Ext. Borr./Plást. Couro/Nat.	159.182	0,26	5.337	---	---
Tecido Algodao <85%, Tinto/Fibr. Sint/Art. Sarjad	139.018	0,23	45.954	0,04	202,52
Resistencias Aquecim. P/Apars. Eletroterm. Uso D	79.187	0,13	54.093	0,05	46,39
Marmore, Travertino, Etc. Talhada/Serrad. Superf.	74.120	0,12	59.207	0,05	25,19
Limoneno	73.802	0,12	103.965	0,09	-29,01
Aparelhos De Destilacao Ou Retificacao, De Alc	58.734	0,1	---	---	---
Outs. Calç. Cobr. Torno. Part. Sup. Borr., Plást.	47.320	0,08	---	---	---
Outros Aparelhos Eletrotermicos, Uso Domestico	33.039	0,05	34.574	0,03	-4,44
Citricos Preparados Ou Conservados	23.101	0,04	---	---	---
Tecido De Algodao >=85%, Tinto, Pto. Sarjado, P <=2	22.032	0,04	40.558	0,04	-45,68
Tecido Poliester <85% C/Algod. P >170g/M2, Sarjad	18.520	0,03	138.011	0,12	-86,58
Tecido Algod <85%, Tinto/Fibra Sint/Art. Sarjad.	18.433	0,03	23.247	0,02	-20,71
Xampus Para Os Cabelos	18.422	0,03	45.498	0,04	-59,51
Tec. D/Alg. Div. Cor. Sint. Artif. Pto. Sarj. <200g/M	12.628	0,02	12.838	0,01	-1,64
Tecido Poliester <85% /Algodao, P <=170g/M2, Taf	12.370	0,02	34.986	0,03	-64,64
Cremes De Beleza, Cremes Nutritivos E Locoos T	11.696	0,02	---	---	---
Outras Preparacoes Capilares	11.383	0,02	56.668	0,05	-79,91
Desodorantes Corporais E Antiperspirantes, Liq	10.080	0,02	5.999	0,01	68,03
Outs. Medicamentos C/Prods. Pos. 2930 A 2932, Etc	8.328	0,01	42.588	0,04	-80,45
Tecido De Algodao >=85%, Cru, Pto Tafeta, P <=10	8.125	0,01	---	---	---
Colchoes De Outras Materias	7.252	0,01	---	---	---
Tecido Algod <85%, Tinto/Fibra Sint/Art. Tafeta,	6.321	0,01	15.333	0,01	-58,78
Outros Desodorantes Corporais E Antiperspiran	5.192	0,01	---	---	---
Tecido Poliester <85% C/Algod. P <=170g/M2, Tafeta,	5.107	0,01	---	---	---
Outros Citricos Frescos Ou Secos	4.293	0,01	---	---	---
Sacos P/Embalagem, De Malha De Polietileno/Pol	3.840	0,01	4.930	---	-22,11
Outs Tecidos De Algodao >=85%, Cru, Peso >200g/	2.950	---	---	---	---
Roupas De Mesa, De Fibras Sinteticas/Artif. Exc	2.110	---	---	---	---
Aquecedores De Agua, De Aquecimento Instantane	2.100	---	869	---	141,66
Tecido de Algodao >=85%, Branqueado, Pto. Sarjado	1.949	---	2.823	---	-30,96
Indutos N/Refratarios Do Tipo Utilizados Em A	1.902	---	1.696	---	12,15
Outros Prods/Prepars. De Toucador, Em Barras, Pe	1.123	---	36.915	0,03	-96,96
Camisas De Fibras Sinteticas/Artificiais, Uso	956	---	---	---	---
Tubo Borracha Vulc. N/End. Ref. Out. Mat. S/Acess.	723	---	---	---	---
Consumo De Bordo - Combustiveis E Lubrif. P/Ae	389	---	1.994	---	-80,49
Teclados P/Maquinas Automat. Proc. Dados	43	---	---	---	---
Unidades De Discos Magneticos, P/Discos Flexiv	25	---	---	---	---
Cimentos "Portland", Comuns	---	---	16.518.893	14,8	---

Produtos exportados	2009 (Jan/Dez)		2008 (Jan/Dez)		Variação (%)
	US\$ F.O.B	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
Alcool Etilico N/Desnaturado C/Vol.Teor Alcoo	---	---	2.153.819	1,93	---
Terminais Portáteis De Telefonia Celular	---	---	273.055	0,24	---
Barcos A Vela,Mesmo C/Motor Auxiliar	---	---	239.876	0,21	---
Tecido de Algodao>=85%,Cru,Pto Tafeta,100<P	---	---	129.325	0,12	---
Peles E Outs.Partes De Aves,Com Suas Penas,Pe	---	---	120.235	0,11	---
Outros Medicam.Cont.Prods.P/Fins Terapeuticos	---	---	82.354	0,07	---
Quartzitos, Em Bruto Ou Desbastados	---	---	65.033	0,06	---
Complementos Alimentares	---	---	52.800	0,05	---
Medicamento C/Hidroxocovalamina/Seus Sais,Etc	---	---	50.842	0,05	---
Consumo De Bordo - Combustiveis E Lubrif.P/Em	---	---	44.020	0,04	---
Tecido de Algodao>=85%,Fio Color.Denim,Indigo	---	---	42.513	0,04	---
Calçados P/Esportes,Etc.De Mat.Text.Sola Borr	---	---	38.714	0,03	---
Outs.Couros/Peles,Bovinos,Incl.Bufalos,Umidos	---	---	35.666	0,03	---
Fio Algodao>=85%,Simples,Fibra N/Pent.Tit>=71	---	---	32.784	0,03	---
Outros Sucos De Laranjas,Nao Fermentados	---	---	28.600	0,03	---
Outros Tecidos de Algodao>=85%,Tinto,Peso>200	---	---	26.264	0,02	---
Bombas Volumetr.Rotativas,Vazao<=300l/Min.De	---	---	16.990	0,02	---
Fio Algodao>=85%,Retorc.Fibra N/Pent.232.56d<	---	---	15.976	0,01	---
Calças,Jardineiras,Etc.De Algodao,Uso Masculi	---	---	15.962	0,01	---
Queimadores P/Aliment.Fornalhas,De Combustiv.	---	---	9.837	0,01	---
Tecido De Algodao>=85%,Cru,Ponto Sarjado,Peso	---	---	7.400	0,01	---
Calçados De Borracha/Plast.C/Parte Super.Em T	---	---	6.304	0,01	---
Outs.Valvulas P/Transmissoes Oleo-Hidraulicas	---	---	6.106	0,01	---
Consumo de Bordo - Qq.Outra Mercadoria P/Emba	---	---	4.620	---	---
Tecido Algod<85%,Branq/Fibra Sint/Art.Tafeta,	---	---	3.894	---	---
Fio Algodao>=85%,Simples,Fibra N/Pent.232.56<	---	---	3.850	---	---
Carbonato De Calcio	---	---	2.624	---	---
Tec.Alg.Branq.Sint.Artif.Pto.Sarj.Diag.<200g/	---	---	2.346	---	---
Tecido Algodao>=85%,Branq,Pto.Sarjado,P<=2	---	---	2.139	---	---
Outs.Tecidos De Algodao>=85%,Fio Color.Denin,	---	---	2.133	---	---
Tubos De Raios X	---	---	1.950	---	---
Betoneiras E Aparelhos P/Amassar Cimento	---	---	1.490	---	---
Outras Bombas Volumetricas Rotativas	---	---	848	---	---
Outras Unidad.Proc.Digit.Com Unid.Memo E/ou 1	---	---	604	---	---
Partes E Acess.P/Apars.De Raios X/Outras Radi	---	---	542	---	---
Tec.D/Alg.Branq.Sint.Artif.Sarj.Diag.<200g/M	---	---	511	---	---
Roupas De Cama,De Algodao,Estampadas	---	---	353	---	---
Outs.Artigos P/Usos Sanitarios/Higienicos,De	---	---	223	---	---
Maquinas E Aparelhos P/Soldar A "Laser"	---	---	195	---	---
Porcas De Ferro Fundido,Ferro Ou Aco	---	---	195	---	---
Outros Motores Hidraulicos,De Movimento Retil	---	---	178	---	---
Outras Flanges P/Tubos,De Ferro Fundido/Ferro	---	---	51	---	---
Juntas,Gaxetas,Semelhs.De Borracha Vulcan.N/E	---	---	22	---	---
Arruelas De Pressao Ou Seguranca,De Ferro Fun	---	---	1	---	---

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração própria.

Tabela 4A – Sergipe – Principais empresas exportadoras – 2008/2009

Empresas exportadoras	2009 (Jan/Dez)		2008 (Jan/Dez)		Variação (%)
	US\$ F.O.B	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
Total	60.729.971	100	111.606.957	100	-45,59
Maratá Sucos do Nordeste Ltda.	15.241.678	25,1	29.875.640	26,77	-48,98
Tropfruit Nordeste S/A	14.700.857	24,21	20.760.382	18,6	-29,19
Companhia de Cimento Portland Poty	10.380.804	17,09	31.393.314	28,13	-66,93
Calçados Hispana Ltda	6.986.069	11,5	13.077.424	11,72	-46,58
Energy Comercial Importadora e Exportadora Ltda	6.764.859	11,14	2.472.472	2,22	173,61
Usina São Jose do Pinheiro Ltda	1.963.980	3,23	4.078.585	3,65	-51,85
Santista Têxtil Brasil S.A.	1.572.509	2,59	1.152.176	1,03	36,48
Sideragro Siderurgicos e Agropecuarios Ltda	714.426	1,18	662.532	0,59	7,83
Dakota Calçados S/A	345.453	0,57	885.093	0,79	-60,97
Curtume Souza Ltda	318.294	0,52	35.666	0,03	792,43
Calçados Azaléia Nordeste S/A	306.010	0,5	953.093	0,85	-67,89
Sergipe Industrial S A	305.896	0,5	819.772	0,73	-62,69
Duas Rodas Nordeste Indústria de Alimentos Ltda	260.670	0,43	---	---	---
Novinternational Exportadora e Comercial Ltda	203.006	0,33	---	---	---
Destro Macro Exportação De Alimentos Ltda	150.028	0,25	194.590	0,17	-22,90
Forcomex Trade Company Brasil Ltda - ME	137.472	0,23	---	---	---
Flama Fabrica De Laminados De Mármore S A	74.120	0,12	124.240	0,11	-40,34
Latinex Internacional Importação e Exportação Ltda	73.551	0,12	147.948	0,13	-50,29
Dedini S/A Indústrias de Base	58.734	0,1	---	---	---
Londres Macro Atacado De Produtos Alimenticios	32.120	0,05	33.670	0,03	-4,60
Exportadora e Importadora Globo Ltda	24.997	0,04	62.246	0,06	-59,84
Olex Importação e Exportação S/A	24.305	0,04	---	---	---
E.L.P.Comercio Exterior Ltda	17.995	0,03	42.006	0,04	-57,16
Peixoto Goncalves S/A Indústria E Comercio	11.075	0,02	---	---	---
Global Impex Comercial, Importadora e Exportadora	8.594	0,01	---	---	---
Bayer S.A.	8.328	0,01	175.784	0,16	-95,26
Tecnomag Comercio Representações Ltda	7.252	0,01	---	---	---
V L Oddone Moline	6.583	0,01	25.541	0,02	-74,23
Nibia Lilian Borches Gau	6.186	0,01	15.929	0,01	-61,17
Exportadora União Ltda	4.901	0,01	---	---	---
Luis Carlos Baldessari Dos Santos	4.389	0,01	245	---	---
Gomer Exportadora Ltda	3.730	0,01	29.922	0,03	-87,53
Exportadora Santiago Ltda	2.645	---	---	---	---
P. R. Pisos E Materiais Para Construções Ltda	2.100	---	605	---	247,11
Ralu Comercial De Equipamentos Industriais Ltda	1.902	---	4.320	---	-55,97
Ahmad M. H. Mustafa	1.807	---	---	---	---
Nao Consta No Cadastro	956	---	4.358	---	-78,06
Kidde Brasil Ltda.	723	---	---	---	---
Altamar Custodio e Cia Ltda	510	---	---	---	---
Petrobras Distribuidora S A	389	---	46.014	0,04	-99,15
Demais Empresas	68	---	4.533.390	4,06	---

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração própria.

Tabela 5A – Sergipe – Principais produtos importados – 2008/2009

Produtos importados	2009 (Jan/Dez)		2008 (Jan/Dez)		Variação (%)
	US\$ F.O.B	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
Total	153.317.521	100	203.559.909	100	-24,68
Trigo (Exc.Trigo Duro Ou P/Semeadura),E Trigo	21.735.168	14,18	41.742.419	20,51	-47,93
Coque De Petroleo Nao Calcinado	12.990.296	8,47	21.036.569	10,33	-38,25
Elevadores De Liquidos	10.382.314	6,77	---	---	---
Sulfato De Amonio	10.048.627	6,55	20.328.304	9,99	-50,57
Diidrogeno-Ortofosfato De Amonio,Incl.Mist.Hi	6.042.087	3,94	26.356.977	12,95	-77,08
Fio De Fibras Artificiais>=85%,Simples	5.950.281	3,88	4.918.344	2,42	20,98
Outs.Maqs.Ferram.P/Forjar/Estampar Metais,Mar	5.512.081	3,6	---	---	---
Outras Maquinas Ferram.P/Enrolar,Arquear,Etc.	3.948.199	2,58	292.830	0,14	---
Maquinas E Aparelhos P/Encher Caixas/Sacos Co	2.896.507	1,89	18.665	0,01	---
Tubo Rigido,De Outros Plasticos	2.385.659	1,56	1.905.593	0,94	25,19
Outs.Máqs.Aps.Ofset Form.<=37,5x51cm	2.280.954	1,49	---	---	---
Outras Maquinas E Aparelhos Mecanicos C/Funca	2.046.037	1,33	5.058.168	2,48	-59,55
Maquinas Ferram.P/Cisalhar Metais,C/Comando N	1.915.681	1,25	---	---	---
Superfosfato,Teor De Pentoxido De Fosforo (P2	1.912.846	1,25	6.963.730	3,42	-72,53
Tubos D/Perfuração S/Cost.D/Aços Ñ Ligados	1.898.245	1,24	---	---	---
Outras Bombas Volumetricas Alternativas	1.699.822	1,11	408.454	0,2	316,16
Bacalhaus Polares,Lings,Zarbos,Etc.Secos,Nao	1.674.807	1,09	1.605.782	0,79	4,3
Maquinas E Apars.P/Limpar/Secar Garrafas/Outs	1.584.529	1,03	---	---	---
Outs.Maquinas E Apars.P/Empacotar/Embalar Mer	1.528.303	1	---	---	---
Apars.Elevadores/Transp.De Mercadorias,De Tir	1.482.520	0,97	---	---	---
Fio Texturizado De Poliesteres	1.455.120	0,95	1.721.367	0,85	-15,47
Partes De Outras Maquinas De Sondagem/Perfura	1.329.810	0,87	686.589	0,34	93,68
Outs.Ferramentas De Perfur.Etc.De Met.Comuns.	1.302.118	0,85	904.586	0,44	43,95
Outras Preparacoes Cataliticas	1.266.629	0,83	---	---	---
Outs.Maqs.E Apars.Autopropulsados,De Pneumati	1.244.541	0,81	---	---	---
Fio De Fibras De Poliesteres>=85%,Simples	1.235.138	0,81	1.264.047	0,62	-2,29
Farinha De Trigo	1.198.257	0,78	359.106	0,18	233,68
Aspartame	912.913	0,6	840.982	0,41	8,55
Outros Aparelhos P/Filtrar Ou Depurar Liquido	909.206	0,59	6.355	---	---
Outs.Tubos D/Perfuração S/Cost.D/Ferro,Aço	905.482	0,59	---	---	---
Outros Fornos Industriais Ou De Laboratorio,N	872.220	0,57	---	---	---
Outs.Instrumentos,Aparelhos E Maqs.De Medida/	866.861	0,57	392.999	0,19	120,58
Outras Maquinas Ferram.P/Cisalhar Metais	800.379	0,52	---	---	---
Outros Fios Texturizados,De Nailon,Titulo<=50	793.644	0,52	555.592	0,27	42,85
Sulfato De Potassio,Teor De Oxido De Potassio	791.675	0,52	1.027.390	0,5	-22,94
Outs.Fios Elastôms.Simp.,Torção<=50volt./Met	780.290	0,51	631.495	0,31	23,56
Pistolas Aerograficas E Aparelhos Semelhantes	743.569	0,48	---	---	---
Tecido De La/Pelos Finos,Pentead.(Cont>=85%),	728.108	0,47	1.551.967	0,76	-53,08
Microscopios Eletronicos	700.000	0,46	---	---	---
Outros Veiculos Automoveis Para Usos Especiai	630.053	0,41	---	---	---
Fosfatos De Calcio,Naturais,Moidos	629.247	0,41	2.669.985	1,31	-76,43
Fio De Fibras De Poliesteres Com Fibras Artif	589.112	0,38	2.588.884	1,27	-77,24
Outros Tecidos De Algodao>=85%,Fio Color.Peso	569.464	0,37	1.160.180	0,57	-50,92
Tecido Algodao>=85%,Fio Color.Pto.Tafeta,100<	554.851	0,36	757.291	0,37	-26,73
Partes E Acess.P/Outros Instrum.E Apars.Meid	552.038	0,36	24.327	0,01	---
Outras Maquinas Ferram.P/Trab.Madeira,Cortica	549.647	0,36	---	---	---
Aparelhos De Raios X,De Diagnost.P/Angiografi	549.000	0,36	---	---	---
Outs.Artigos Semelh.Caixas,Engradados,Etc.De	539.634	0,35	---	---	---
Outros Prods.E Prepars.A Base De Compostos Or	507.909	0,33	268.462	0,13	89,19
Pneus Novos Para Automóveis De Passageiros	501.288	0,33	1.016.112	0,5	-50,67
Polipropileno Sem Carga,Em Forma Primaria	497.027	0,32	445.967	0,22	11,45
Outros Boratos Naturais,Acido Borico,Natural,	486.791	0,32	909.313	0,45	-46,47
Outras Partes P/Motores Diesel Ou Semidiesel	482.760	0,31	107.593	0,05	348,69
Catalisador Em Suporte,Subst.Ativa=Niquel Ou	471.342	0,31	---	---	---
Partes E Acess.De Teares P/Tecido L>30cm,Jato	460.182	0,3	324.464	0,16	41,83

Produtos importados	2009 (Jan/Dez)		2008 (Jan/Dez)		Variação (%)
	US\$ F.O.B	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
Outs.Motores Diesel,Estacionarios,Pot>=337.5k	437.287	0,29	217.986	0,11	100,6
Vitamina C (Acido L- Ou DI-Ascorbico),Nao Mis	434.461	0,28	146.184	0,07	197,2
Outs.Carregadoras/Pas-Carregadoras,De Carrega	414.450	0,27	---	---	---
Fio Algodao>=85%,Cru,Simpl.Fibra Pent.192.3d<	402.060	0,26	1.894.098	0,93	-78,77
Partes Das Maquinas De Sondagem Rotativas	386.168	0,25	1.683.789	0,83	-77,07
Explosivos Preparados,Exceto Polvoras Propuls	362.743	0,24	382.430	0,19	-5,15
Partes Superiores De Calçados E Seus Componen	360.142	0,23	276.930	0,14	30,05
Outras Partes De Compressores De Ar/Outras Ga	349.615	0,23	46.337	0,02	654,51
Outros Acessorios P/Tubos De Ferro Fundido,Fe	348.459	0,23	100.125	0,05	248,02
Outs.Partes De Bombas P/Liquidos	339.060	0,22	344.881	0,17	-1,69
Sais Duplos E Misturas De Nitratos De Calcio	328.411	0,21	274.426	0,13	19,67
Contadores De Liquidos,Peso<=50kg	323.731	0,21	13.444	0,01	---
Outs.Partes De Maquinas E Apars.Mecan.C/Funca	314.221	0,2	154.253	0,08	103,7
Partes E Acess.De Outs.Maqs.Ferram.P/Trab.Met	313.806	0,2	193.120	0,09	62,49
Caixas De Transmissao,Redutores,Etc.De Veloci	309.309	0,2	71.215	0,03	334,33
Pasta Quim.Madeira De Conifera,A Soda/Sulfat.	303.657	0,2	548.609	0,27	-44,65
Tetraoxido De Trimanganes (Oxido Salino De Ma	300.045	0,2	---	---	---
Latex De Borracha De Estireno-Butadieno (Sbr)	299.021	0,2	130.898	0,06	128,44
Outras Obras De Plasticos	291.079	0,19	115.583	0,06	151,84
Outs.Máqs.Apar.Elétr.C/Função Própria,Ñ Cit.	286.054	0,19	347.390	0,17	-17,66
Outras Maquinas E Aparelhos P/Brochura Ou Enc	273.495	0,18	---	---	---
Outs.Materias Veget/Miner.De Entalhar,Trabalh	270.133	0,18	169.932	0,08	58,97
Ditionitos (Hidrossulfitos) De Sodio Estabili	269.822	0,18	304.290	0,15	-11,33
Valvulas De Seguranca Ou De Alivio	251.721	0,16	52.963	0,03	375,28
Hastes De Bombeamento P/Extracao De Petroleo	247.331	0,16	117.294	0,06	110,86
Outs.Instrumentos E Apars.P/Medida/Controle D	243.906	0,16	4.443	---	---
Tecido De Filamentos Artificiais>=85%,Tinto	234.167	0,15	547.764	0,27	-57,25
Outras Lactonas	223.542	0,15	108.793	0,05	105,47
Maquinas P/Bordar,Automaticas	221.932	0,14	41.298	0,02	437,39
Engrenagens E Rodas De Friccao,Eixos De Esfer	221.400	0,14	202.680	0,1	9,24
Outs.Maqs.Ferram.P/Retif.Metais,Prec>=0.01mm,	220.697	0,14	---	---	---
Outs.Instrum.E Apars.Automat.P/Controle Grand	218.186	0,14	446.565	0,22	-51,14
Tecido De Fibras De Poliester Com Raiom Visco	216.697	0,14	191.752	0,09	13,01
Juntas,Gaxetas,Semelhs.De Borracha Vulcan.N/E	215.706	0,14	322.272	0,16	-33,07
Cromatografos De Fase Gasosa	212.704	0,14	453.093	0,22	-53,06
Tecido De Algodao>=85%,Fio Color.Pto.Tafeta,P	204.578	0,13	226.831	0,11	-9,81
Outs.Instrs.E Apars.P/Análise/Ensaio/Medida	202.215	0,13	249.166	0,12	-18,84
Outros Acessorios Para Tubos,De Plasticos	202.209	0,13	168.371	0,08	20,1
Outras Empilhadeiras Autopropulsoras,Cap>6.5t	197.671	0,13	---	---	---
Torneiras E Outros Dispositivos P/Canalizacaoe	196.235	0,13	101.205	0,05	93,9
Prods.Mucilaginosos E Espessantes,De Sementes	196.042	0,13	166.023	0,08	18,08
Partes E Acess.De Outs.Filatorios P/Fiacao Ma	187.661	0,12	130.176	0,06	44,16
Gravador-Reprodutor E Editor Imag/Som,Em Disc	184.531	0,12	---	---	---
Outros Tubos Flexiveis De Ferro Ou Aco	183.295	0,12	6.511	---	---
Teares P/Tecido De L>30cm,S/Lancadeira,A Jato	179.894	0,12	62.070	0,03	189,82
Demais Produtos	13.616.704	8,88	41.693.831	20,48	-67,34

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração própria.

Tabela 6A – Sergipe – Principais empresas importadoras – 2008/2009

Empresas importadoras	2009 (Jan/Dez)		2008 (Jan/Dez)		Variação (%)
	US\$ F.O.B	Part%	US\$ F.O.B.	Part%	
Total	153.317.521	100	203.559.909	100	-24,68
Petróleo Brasileiro S A Petrobras	30.281.463	19,75	16.379.258	8,05	84,88
Aruma Produtora de Embalagens do Sergipe Ltda	24.087.617	15,71	1.470.856	0,72	---
Moinho de Sergipe SA	21.735.168	14,18	41.742.419	20,51	-47,93
Fertilizantes Heringer S.A.	19.082.535	12,45	49.271.082	24,2	-61,27
Companhia de Cimento Portland Poty	13.090.433	8,54	18.348.616	9,01	-28,66
Ematex do Nordeste Ltda	8.270.434	5,39	9.781.068	4,81	-15,44
Indústrias Alimentícias Marata Ltda.	5.335.401	3,48	1.944.120	0,96	174,44
Schlumberger Serviços de Petróleo Ltda	4.106.507	2,68	2.226.816	1,09	84,41
G. Barbosa Comercial Ltda.	2.862.854	1,87	3.139.150	1,54	-8,8
Colortêxtil Nordeste Ltda	2.375.401	1,55	3.118.425	1,53	-23,83
Vale S.A.	2.193.447	1,43	2.603.420	1,28	-15,75
Nataly Group Importação e Exportação Ltda	2.063.229	1,35	3.861.302	1,9	-46,57
Fapese Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão	1.802.790	1,18	1.434.035	0,7	25,71
Indústria Alimentícia Mendonça Ltda	1.198.257	0,78	359.106	0,18	233,68
Intergriffe's Nordeste Indústria de Confecções	1.054.237	0,69	1.865.301	0,92	-43,48
H Dantas Construção e Reparos Navais Ltda	879.244	0,57	2.663.019	1,31	-66,98
Fertinor Fertilizantes Ltda	876.627	0,57	12.771.996	6,27	-93,14
Radio Televisão de Sergipe SA	784.373	0,51	1.289.714	0,63	-39,18
Sandvik Mining and Construction do Brasil S/A	740.544	0,48	1.998.865	0,98	-62,95
Fiação e Tecelagem Nortista Ltda.	604.923	0,39	1.558.290	0,77	-61,18
DuchaCorona Ltda..	582.444	0,38	543.419	0,27	7,18
Dakota Calçados S/A	565.976	0,37	397.134	0,2	42,52
Artline Ind e Com de Móveis Ltda	562.463	0,37	---	---	---
Diagnose Médico Hospitalar Ltda	553.800	0,36	1.538.593	0,76	-64,01
BJ Services do Brasil Ltda	546.438	0,36	398.363	0,2	37,17
Televisão Atalaia Ltda	489.385	0,32	542.855	0,27	-9,85
Sergipe Industrial SA	456.939	0,3	2.459.110	1,21	-81,42
Duas Rodas Nordeste Indústria de Alimentos Ltda	449.595	0,29	385.941	0,19	16,49
Calçados Hispana Ltda	381.076	0,25	143.043	0,07	166,41
Demelo Comércio Importação e Exportação Ltda	373.383	0,24	260.364	0,13	43,41
Santista Têxtil Brasil S.A.	361.959	0,24	513.253	0,25	-29,48
Ipatinga- Comércio e Indústria de Tecidos Ltda.	343.368	0,22	551.912	0,27	-37,79
SA Constâncio Vieira	335.036	0,22	207.154	0,1	61,73
U. S. Matic Indústria e Comércio de Equipamento	323.914	0,21	21.950	0,01	---
Sergyene Indústria e Comércio Ltda	303.657	0,2	548.609	0,27	-44,65
Companhia de Bebidas das Américas - Ambev	300.237	0,2	3.391	---	---
Aubos Sudoeste Ltda	280.522	0,18	---	---	---
Sergifil Indústria Têxtil Ltda	273.255	0,18	943.225	0,46	-71,03
BJ Química do Brasil Ltda.	212.004	0,14	383.776	0,19	-44,76
Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda	205.327	0,13	---	---	---
Demais Empresas	1.991.259	1,3	15.890.959	7,81	-87,47

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração própria.

Município	Território	APL	Apoiado	Identificado
Amparo de São Francisco	Baixo São Francisco	Confecção e Artesanato	X	
Amparo do São Francisco	Baixo São Francisco	Piscicultura	X	
Amparo do São Francisco	Baixo São Francisco	Artesanato de Bordados	X	
Aquidabã	Médio Sertão Sergipano	Piscicultura	X	
Aquidabã	Médio Sertão Sergipano	Confecção e Artesanato	X	
Aquidabã	Médio Sertão Sergipano	Artesanato de Bordados	X	
Aracaju	Grande Aracaju	Artefatos de Madeiras e Móveis		X
Aracaju	Grande Aracaju	Carcinicultura		X
Aracaju	Grande Aracaju	Apicultura	X	
Aracaju	Grande Aracaju	Petróleo e Gás	X	
Aracaju	Grande Aracaju	Artesanato de Cerâmica		X
Aracaju	Grande Aracaju	Saúde		X
Araúá	Sul Sergipano	Citricultura		X
Barra dos Coqueiros	Grande Aracaju	Artesanato de Cerâmica		X
Barra dos Coqueiros	Grande Aracaju	Carcinicultura		X
Barra dos Coqueiros	Grande Aracaju	Apicultura	X	
Boquim	Sul Sergipano	Citricultura		X
Brejo Grande	Baixo São Francisco	Piscicultura	X	
Brejo Grande	Baixo São Francisco	Artesanato de Cerâmica		X
Brejo Grande	Baixo São Francisco	Carcinicultura		X
Brejo Grande	Baixo São Francisco	Rizicultura		X
Campo do Brito	Agreste Central Sergipano	Mandiocultura	X	
Canhoba	Baixo São Francisco	Confecção e Artesanato	X	
Canhoba	Baixo São Francisco	Piscicultura	X	
Canhoba	Baixo São Francisco	Artesanato de Bordados	X	
Canindé de São Francisco	Alto Sertão Sergipano	Pecuária do Leite	X	
Canindé de São Francisco	Alto Sertão Sergipano	Apicultura	X	
Canindé do São Francisco	Alto Sertão Sergipano	Ovinocaprinocultura	X	
Canindé do São Francisco	Alto Sertão Sergipano	Piscicultura	X	
Capela	Leste Sergipano	Piscicultura	X	
Capela	Leste Sergipano	Apicultura	X	
Carira	Agreste Central Sergipano	Ovinocaprinocultura	X	
Carmópolis	Leste Sergipano	Petróleo e Gás	X	
Cedro de São João	Baixo São Francisco	Confecção e Artesanato	X	
Cedro de São João	Baixo São Francisco	Piscicultura	X	
Cedro de São João	Baixo São Francisco	Artesanato de Bordados	X	
Cedro de São João	Baixo São Francisco	Rizicultura		X
Cristinápolis	Sul Sergipano	Citricultura		X
Estância	Sul Sergipano	Petróleo e Gás	X	
Estância	Sul Sergipano	Artesanato de Cerâmica		X
Estância	Sul Sergipano	Citricultura		X
Estância	Sul Sergipano	Carcinicultura		X
Frei Paulo	Agreste Central Sergipano	Mandiocultura	X	
Gararu	Alto Sertão Sergipano	Ovinocaprinocultura	X	
Gararu	Alto Sertão Sergipano	Piscicultura	X	

Município	Território	APL	Apoiado	Identificado
Gararu	Alto Sertão Sergipano	Confecção e Artesanato	X	
Gararu	Alto Sertão Sergipano	Pecuária do Leite	X	
Gararu	Alto Sertão Sergipano	Apicultura	X	
Gararu	Alto Sertão Sergipano	Artesanato de Bordados	X	
Graccho Cardoso	Médio Sertão Sergipano	Piscicultura	X	
Graccho Cardoso	Médio Sertão Sergipano	Confecção e Artesanato	X	
Graccho Cardoso	Médio Sertão Sergipano	Artesanato de Bordados	X	
Ilha das Flores	Baixo São Francisco	Piscicultura	X	
Ilha das Flores	Baixo São Francisco	Rizicultura		X
Indiaroba	Sul Sergipano	Artesanato de Cerâmica		X
Indiaroba	Sul Sergipano	Citricultura		X
Indiaroba	Sul Sergipano	Carcinicultura		X
Itabaiana	Agreste Central Sergipano	Mandiocultura	X	
Itabaiana	Agreste Central Sergipano	Carroceria		X
Itabaianinha	Sul Sergipano	Confecção e Artesanato	X	
Itabaianinha	Sul Sergipano	Artesanato de Bordados	X	
Itabaianinha	Sul Sergipano	Citricultura		X
Itabi	Médio Sertão Sergipano	Piscicultura	X	
Itabi	Médio Sertão Sergipano	Confecção e Artesanato	X	
Itabi	Médio Sertão Sergipano	Artesanato de Bordados	X	
Itaporanga D' Ajuda	Grande Aracaju	Artesanato de Cerâmica		X
Itaporanga d' Ajuda	Grande Aracaju	Carcinicultura		X
Itaporanga d' Ajuda	Grande Aracaju	Petróleo e Gás	X	
Japarutuba	Leste Sergipano	Piscicultura	X	
Japarutuba	Leste Sergipano	Apicultura	X	
Japarutuba	Leste Sergipano	Petróleo e Gás	X	
Japoatã	Baixo São Francisco	Rizicultura		X
Japoatã	Baixo São Francisco	Piscicultura	X	
Japoatã	Baixo São Francisco	Fruticultura	X	
Japoatã	Baixo São Francisco	Confecção e Artesanato	X	
Japotã	Baixo São Francisco	Artesanato de Bordados	X	
Lagarto	Centro-Sul Sergipano	Ovinocaprino cultura	X	
Lagarto	Centro-Sul Sergipano	Mandiocultura	X	
Lagarto	Centro-Sul Sergipano	Artesanato de Bordados	X	
Lagarto	Centro-Sul Sergipano	Confecção e Artesanato	X	
Lagarto	Centro-Sul Sergipano	Artefatos de Madeiras e Móveis		X
Malhada dos Bois	Baixo São Francisco	Piscicultura	X	
Malhada dos Bois	Baixo São Francisco	Confecção e Artesanato	X	
Malhada dos Bois	Baixo São Francisco	Artesanato de Bordados	X	
Maruim	Grande Aracaju	Piscicultura	X	
Monte Alegre	Alto Sertão Sergipano	Ovinocaprino cultura	X	
Monte Alegre	Alto Sertão Sergipano	Piscicultura	X	
Monte Alegre	Alto Sertão Sergipano	Pecuária do Leite	X	
Monte Alegre	Alto Sertão Sergipano	Apicultura	X	
Muribeca	Baixo São Francisco	Artesanato de Bordados	X	

Município	Território	APL	Apoiado	Identificado
Muribeca	Baixo São Francisco	Confecção e Artesanato	X	
Neópolis	Baixo São Francisco	Piscicultura	X	
Neópolis	Baixo São Francisco	Fruticultura	X	
Neópolis	Baixo São Francisco	Rizicultura		X
Nossa Senhora da Glória	Alto Sertão Sergipano	Piscicultura	X	
Nossa Senhora da Glória	Alto Sertão Sergipano	Apicultura	X	
Nossa Senhora da Glória	Alto Sertão Sergipano	Ovinocaprinocultura	X	
Nossa Senhora da Glória	Alto Sertão Sergipano	Pecuária do Leite	X	
Nossa Senhora das Dores	Alto Sertão Sergipano	Piscicultura	X	
Nossa Senhora de Lourdes	Alto Sertão Sergipano	Pecuária do Leite	X	
Nossa Senhora de Lourdes	Alto Sertão Sergipano	Artesanato de Bordados	X	
Nossa Senhora de Lourdes	Alto Sertão Sergipano	Piscicultura	X	
Nossa Senhora de Lourdes	Alto Sertão Sergipano	Confecção e Artesanato	X	
Nossa Senhora do Socorro	Grande Aracaju	Carcinicultura		X
Nossa Senhora do Socorro	Grande Aracaju	Apicultura	X	
Nossa Senhora do Socorro	Grande Aracaju	Artesanato de Cerâmica		X
Nossa Senhora do Socorro	Grande Aracaju	Artefatos de Madeiras e Móveis		X
Pacatuba	Baixo São Francisco	Piscicultura	X	
Pacatuba	Baixo São Francisco	Artesanato de Cerâmica		X
Pacatuba	Baixo São Francisco	Carcinicultura		X
Pacatuba	Baixo São Francisco	Fruticultura	X	
Pacatuba	Baixo São Francisco	Rizicultura		X
Pedrinhas	Sul Sergipano	Citricultura		X
Pinhão	Agreste Central Sergipano	Ovinocaprinocultura	X	
Pirambu	Leste Sergipano	Artesanato de Cerâmica		X
Pirambu	Leste Sergipano	Carcinicultura		X
Pirambu	Leste Sergipano	Piscicultura	X	
Poço Redondo	Alto Sertão Sergipano	Pecuária do Leite	X	
Poço Redondo	Alto Sertão Sergipano	Piscicultura	X	
Poço Redondo	Alto Sertão Sergipano	Apicultura	X	
Poço Verde	Centro-Sul Sergipano	Ovinocaprinocultura	X	
Porto da Folha	Alto Sertão Sergipano	Ovinocaprinocultura	X	
Porto da Folha	Alto Sertão Sergipano	Artesanato de Bordados	X	
Porto da Folha	Alto Sertão Sergipano	Piscicultura	X	
Porto da Folha	Alto Sertão Sergipano	Confecção e Artesanato	X	
Porto da Folha	Alto Sertão Sergipano	Pecuária do Leite	X	
Porto da Folha	Alto Sertão Sergipano	Apicultura	X	
Propriá	Baixo São Francisco	Confecção e Artesanato	X	
Propriá	Baixo São Francisco	Piscicultura	X	
Propriá	Baixo São Francisco	Cerâmica Vermelha	X	
Propriá	Baixo São Francisco	Artesanato de Bordados	X	
Propriá	Baixo São Francisco	Rizicultura		X
Riachão do Dantas	Centro-Sul Sergipano	Mandiocultura	X	
Riachão dos Dantas	Centro-Sul Sergipano	Ovinocaprinocultura	X	
Riachuelo	Grande Aracaju	Apicultura	X	

Município	Território	APL	Apoiado	Identificado
Riachuelo	Grande Aracaju	Petróleo e Gás	X	
Salgado	Sul Sergipano	Citricultura		X
Santa Luzia do Itanhy	Sul Sergipano	Artesanato de Cerâmica		X
Santa Luzia do Itanhy	Sul Sergipano	Citricultura		X
Santa Luzia do Itanhy	Sul Sergipano	Carcinicultura		X
Santana do São Francisco	Baixo São Francisco	Artesanato de Bordados	X	
Santana do São Francisco	Baixo São Francisco	Piscicultura	X	
Santana do São Francisco	Baixo São Francisco	Fruticultura	X	
Santana do São Francisco	Baixo São Francisco	Confecção e Artesanato	X	
Santana do São Francisco	Baixo São Francisco	Cerâmica Vermelha	X	
Santo Amaro das Brotas	Grande Aracaju	Artesanato de Cerâmica		X
Santo Amaro das Brotas	Grande Aracaju	Carcinicultura		X
Santo Amaro das Brotas	Grande Aracaju	Petróleo e Gás	X	
São Cristovão	Grande Aracaju	Petróleo e Gás	X	
São Cristovão	Grande Aracaju	Artesanato de Cerâmica		X
São Cristovão	Grande Aracaju	Artefatos de Madeiras e Móveis		X
São Cristovão	Grande Aracaju	Carcinicultura		X
São Domingos	Agreste Central Sergipano	Mandiocultura	X	
São Francisco	Baixo São Francisco	Confecção e Artesanato	X	
São Francisco	Baixo São Francisco	Artesanato de Bordados	X	
São Francisco	Baixo São Francisco	Piscicultura	X	
Simão Dias	Centro-Sul Sergipano	Ovinocaprino cultura	X	
Simão Dias	Centro-Sul Sergipano	Mandiocultura	X	
Telha	Baixo São Francisco	Artesanato de Bordados	X	
Telha	Baixo São Francisco	Piscicultura	X	
Telha	Baixo São Francisco	Confecção e Artesanato	X	
Telha	Baixo São Francisco	Cerâmica Vermelha	X	
Telha	Baixo São Francisco	Rizicultura		X
Tobias Barreto	Centro-Sul Sergipano	Ovinocaprino cultura	X	
Tobias Barreto	Centro-Sul Sergipano	Confecção e Artesanato	X	
Tobias Barreto	Centro-Sul Sergipano	Artesanato de Bordados	X	
Tomar do Geru	Sul Sergipano	Citricultura		X
Umbaúba	Sul Sergipano	Citricultura		X

Quadro 1A - Sergipe - APLs identificados e APLs apoiados pelo APL-SE, por município - 2009

Fonte: APL-SE/SEDETEC. Elaboração própria.